



a/m
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2026

(Mandato 2025/2029)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis, realizada no auditório do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Presidente – *Maria José Vieira Teodoro Moreno*

Primeiro Secretário – Edgar Manuel Rodrigues Fragoso

Segundo Secretário – *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*

Eram catorze horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão e deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de substituição dos Deputado Municipais Isabel Maria Faustino Carvalho, por Beatriz Justo Lopes Pereira, Luís Miguel Pereira Vaz, por Luís Carlos Veigas Lino, João Alves, por José Joaquim dos Santos, Maria Assunção Gemelgo, por Paula Cristina Ferreira Martins, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, por Carlos Alberto Maravilha Azevedo.-----

Por impossibilidade de estar presente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Olmos, *Abel Francisco Paulos Rocha*, fez-se substituir pela Tesoureira da Junta de Freguesia, *Cláudia Maria Trinchete Peludo* e a Sr.ª Presidente da Junta da União de Freguesias de Talhinhas e Bagueixe *Maria Cristina Moura Regente*, fez-se substituir pelo Secretário da Junta de Freguesia, *Óscar Manuel Quina Asseiro*. -----

Faltou à sessão com apresentação de justificação à Mesa da Assembleia Municipal, o Deputado Municipal Carlos Alberto Maravilha Azedo. -----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, Sérgio David Ramos Borges e os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Clementina



Augusta Marçal Gemelgo, Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires e Leonardo do Nascimento Moraes Vila Franca e os Vereadores em regime de não permanência Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Paulo José Castro Rogão e Susana Alexandra Esteves Viana. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam 60 Deputados Municipais: Maria José Vieira Teodoro Moreno, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Elisabete Vilares Alves, David da Silva Martins, Luís Pedro Moraes Dias, Diana Isabel Barreira Alves, Beatriz Isabel Mata Pires, Daniela Filipa Lopes Artilheiro, Sérgio Ricardo Dias Lameiras, Celina da Conceição de Sá Martins, Jorge Orlando Pires Asseiro, Alfredo Carlos Preto Fernandes, Manuel António de Sá Mico, Sandra Cristina Baptista Matos, Eurico José Gonçalves Afonso, Maria da Conceição Caseiro Xavier Fernandes, Luís Miguel Oliveira Pires Cabral, Elisabete de Jesus Martinho Fernandes Choupina, Daniela de Almeida Rebelo, Maria Cristina Branco Miranda de Carvalho Neto, João Nuno Ferreira Pires, Victor Manuel de Almeida Nunes dos Santos, Paula Cristina Ferreira Martins, Valdemar da Cruz Salselas, José Joaquim dos Santos, Beatriz Justo Lopes Pereira, Luís Carlos Veigas Lino, Francisco Inácio Alves Oliveira, Mickael Martins Silva, Carlos Manuel Pinheiro Martins, Andreia Isabel Moraes Eugénio, José Miguel Príncipe Faria Mascarenhas, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Moraes, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Diogo André Pires Ruivo, Miguel Ângelo Caseiro, José David Veiga Vaz, Ramiro Borges Valadar, Cláudia Maria Trinchete Peludo, Ivan Luís Sequeira Ramalho, Emanuel de Jesus Pinto Nascimento, Jorge Luís Pinto, José Casimiro Vilar, António Benedito Falcão Lopes, Carla Alexandra Dias Miranda, Ulisses Jaime Sá dos Santos, Patrick Alexandre da Silva Machado, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, Natália da Graça da Costa Carrazedo, Rufino Xavier Lopes e Óscar Manuel Quina Asseiro. -----

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal informou que a correspondência recebida pela Assembleia Municipal se encontrava disponível, na mesa de apoio à sessão para consulta. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a ata da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada



a 29 de dezembro de 2025, a votação. A mesma foi aprovada por maioria com 7 abstenções dos membros que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

m/n
cel
off

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

- Tomada de posse dos membros da Assembleia Municipal Jovem de Macedo de Cavaleiros, que faltaram no dia 16 de dezembro de 2025 – Mandato 2025/2026 ----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal antes de se proceder à tomada de posse fez a seguinte intervenção “ Nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros realizada no dia 26 de fevereiro de 2026, pelas 14.30 horas, cumpre-me com elevado sentido institucional dirigir uma palavra de saudação e de boas vindas aos jovens que hoje tomam posse na Assembleia Municipal Jovem, designadamente aqueles que por motivo justificado, não o puderam fazer no dia 16 de dezembro de 2026, perante a Comissão Permanente e a Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal Jovem. -----

Iniciando pelos alunos do 12.º ano, estendendo-se aos alunos do 11.º, 10.º, 9.º, 8.º e 7.º, anos, reconhecemos em todos vós, o empenho a responsabilidade e o espírito cívico que dignificam esta iniciativa, e eu, honro a juventude do nosso concelho. A vossa participação representa um exercício concreto de cidadania ativa e um contributo relevante para o fortalecimento da nossa Democracia Local. Uma palavra especial de apreço e que é devida às Professoras Eugénia Gonçalo e Fernanda Vicente, cujo acompanhamento atento e orientação têm sido determinantes para o sucesso deste projeto formativo e cívico, estando as mesmas aqui presentes. Não podemos igualmente deixar de referir o Prof. Queiroz, um dos mentores do projeto e temos aqui mais um que é o Dr. Camilo Morais. Lamentavelmente hoje, por motivo justificado o Prof. Queiroz não pode estar presente, nesta Assembleia mas cuja visão, empenho e dedicação foram essenciais para a concretização e consolidação desta iniciativa. Saudamos ainda, todos os presentes e dirigimos igualmente uma palavra de reconhecimento ao Executivo em funções e aos restantes senhores Vereadores, cuja presença e acompanhamento reforçam a importância que o Município atribuiu à participação cívica e ao envolvimento dos jovens na vida pública. A todos reiteramos



as mais cordiais boas vindas desejando que este mandato seja pautado pelo respeito, pelo diálogo construtivo e pelo genuíno interesse do bem comum. Muito obrigado.” -----
Seguiu-se a chamada dos alunos que sob compromisso de honra tomaram posse na Assembleia Municipal Jovem. -----

- Intervenções dos porta-vozes da Assembleia Municipal Jovem. -----

CATARINA ESPINHEIRA (12.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da mesa. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores. Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, Exmos. Srs. Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia e Jovens Deputados. Ilustres convidados, público presente, comunicação social e todos os que nos ouvem. -----

Hoje venho falar de um problema que afeta diretamente os jovens do nosso concelho: a falta de horários adequados de transporte entre as aldeias e Macedo de Cavaleiros.

Para muitos alunos que vivem nas aldeias, a escola não termina quando acabam as aulas. Termina quando existe transporte para regressar a casa. -----

Eu sou aluna do 12.º ano e, como eu, há muitos colegas que em vários dias da semana não têm aulas à tarde. No entanto, o único transporte disponível é às 18h. -----

Isto significa que somos obrigados a permanecer na escola durante várias horas sem necessidade. Horas que poderiam ser produtivas, mas que acabam por ser tempo de espera forçada — simplesmente porque não existe alternativa. -----

Por outro lado, há também a situação inversa. -----

Alunos de anos inferiores, que à quarta-feira têm a tarde livre, poderiam aproveitar esse tempo para realizar trabalhos de grupo, participar em clubes, estudar ou integrar atividades extracurriculares. No entanto, o único transporte disponível é às 13h15. Se não o apanharem, não têm como regressar a casa. -----

Isto cria uma desigualdade clara entre os alunos que vivem na cidade e os que vivem nas aldeias. -----

Mas o problema não termina aqui. -----

Ao fim de semana, simplesmente não existem transportes regulares entre as aldeias e a cidade. -----

Isto significa que muitos jovens não conseguem participar em atividades culturais, desportivas ou associativas que acontecem ao sábado ou ao domingo. Não



mpm
wsl.
[Signature]

conseguem vir estudar para a biblioteca, participar em torneios, ensaios, reuniões, iniciativas juvenis ou eventos promovidos pelo próprio município. -----

Na prática, os jovens das aldeias ficam limitados ao espaço onde vivem. -----

Num concelho que quer combater o isolamento e a desertificação do interior, esta realidade é preocupante. Porque mobilidade é oportunidade. E sem mobilidade, não há igualdade. -----

Não estamos a pedir algo impossível. -----

Estamos a pedir: -----

- Um levantamento das necessidades reais dos estudantes. -----
- A criação de horários intermédios em dias estratégicos. -----
- Reforço de transporte à quarta-feira à tarde. -----
- E a possibilidade de pelo menos uma ligação ao fim de semana. -----

Pequenos ajustes podem fazer uma grande diferença. A educação não acontece apenas dentro da sala de aula. Acontece nos projetos, no desporto, na cultura, na participação cívica. Acontece quando os jovens têm liberdade para ficar, para colaborar, para criar. -----

Mas não pode haver verdadeira igualdade de oportunidades quando o código postal determina até que horas podemos aprender. -----

Os jovens das aldeias não pedem privilégios. Pedem condições. Pedem equidade. Pedem mobilidade. -----

Porque mobilidade é acesso. Mobilidade é inclusão. Mobilidade é futuro. -----

Se queremos fixar jovens no concelho, temos de começar por lhes dar razões para se sentirem incluídos nele. A pergunta que deixo é simples: Que concelho queremos construir? Um onde os jovens participam... ou um onde ficam limitados pelos horários de um autocarro? A decisão está nas vossas mãos. Mas o impacto será sentido na nossa geração. Muito obrigada." -----

FRANCISCO VILA FRANCA (11.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da mesa. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores. Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas, Exmos. Srs. Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia e Jovens Deputados. Ilustres convidados, público presente, comunicação social e todos os que nos ouvem através da rádio Onda Livre Macedense. -----
Na primeira intervenção que fiz nesta AMJ, falei acerca do papel das mulheres na



política. Naquela altura, referi que nunca a AM de Macedo de Cavaleiros tinha sido presidida por uma mulher. Saúdo hoje portanto, de forma muito especial Maria José Moreno, a primeira mulher a presidir a nossa AM. -----

Mas não é disto que vos pretendo hoje falar. Hoje, venho-vos falar do papel determinante que os jovens têm e devem ter na política e do papel que vós, adultos têm na formação dos jovens. -----

Vivemos tempos conturbados. Socialmente, economicamente e politicamente conturbados. Tempos em que a Liberdade e a Democracia que tomamos como garantidas são constantemente ameaçadas. -----

É por isso mesmo que quero aproveitar esta oportunidade para lançar não um mas dois apelos. -----

O primeiro para vós, para nós jovens. A vós, peço-vos que nunca deixem de lutar, que nunca deixem os outros decidir por vós e expressem as vossas opiniões. Aqui, têm a oportunidade de fazer exatamente isso, de estar frente a frente com o poder local e de opinar, questionar, sugerir medidas e alterações para a cidade e para o concelho, de modo a potenciar a nós próprios um presente e um futuro melhores. -----

Aos adultos, nomeadamente ao novo Executivo, apelo a que não caiam nos erros do passado, sendo o maior de todos eles ignorar os jovens, as suas propostas e principalmente as suas necessidades. É absolutamente vital implantar medidas não só para fixar os jovens que temos, como também para atrair jovens para a nossa região. É preciso fomentar o investimento e a iniciativa privada, criar condições de uma vida com qualidade e reverter a tendência do interior envelhecido. Para isso é vital ouvir os jovens, não deixar as suas propostas, as suas ideias e os seus projetos cair para trás numa gaveta, sem que nunca cheguem sequer a ver a luz do dia. Mas basta de passado. -----

Ao passado cabe-nos aprender dele, para tomar as decisões do presente, e são as decisões que vós tomais no presente que vão marcar o futuro do nosso concelho. O futuro do nosso concelho passa, indubitavelmente por nós, jovens Macedenses, que queremos ficar, só precisamos que nos deem um como e um porquê.” -----

LUANA SERAPICOS (10.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “ Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Caros



colegas Jovens Deputados; Ilustres convidados, público presente, comunicação social e todos os que nos veem e ouvem através da Rádio TV Onda Livre. -----

Como porta-voz do 10.º ano, começo por expressar o meu agradecimento pela oportunidade de participar nesta Assembleia Municipal Jovem, um espaço de diálogo e cidadania que valoriza a voz dos jovens do nosso concelho. É com sentido de responsabilidade, honra e profundo orgulho que aqui me apresento, representando os meus colegas, que em mim depositaram a sua confiança para trazer a esta Assembleia as preocupações que marcam o nosso quotidiano escolar. -----

Fui desafiada a refletir sobre os problemas que os jovens estudantes do Concelho de Macedo de Cavaleiros enfrentam no seu dia-a-dia e, sobretudo, aqueles que mais nos preocupam enquanto comunidade educativa. -----

Após refletir e debater esta questão com vários colegas e estudantes do nosso Agrupamento, tornou-se evidente que existe uma preocupação transversal e consensual: as condições atuais do transporte escolar. Este é um tema que afeta diretamente o bem-estar, a assiduidade e o desempenho dos alunos, e que, por isso, merece a nossa reflexão e discussão. -----

O transporte escolar representa, para muitos estudantes do nosso concelho, a única forma de acesso à escola. Vivemos numa região onde diversas localidades se encontram afastadas do centro urbano, o que torna este serviço essencial para garantir igualdade de oportunidades no acesso à educação. Assim, quando o transporte falha, não se trata apenas de um incómodo momentâneo — trata-se de uma limitação concreta ao direito à educação. -----

Uma das principais preocupações prende-se com os atrasos frequentes, sobretudo nos meses de inverno e em dias de condições meteorológicas adversas. É compreensível que fatores externos possam influenciar a circulação rodoviária; no entanto, quando os atrasos se tornam recorrentes, deixam de ser situações excecionais e passam a constituir um problema estrutural. -----

Chegar atrasado às aulas, compromete a concentração, prejudica o acompanhamento das matérias lecionadas e pode até influenciar negativamente o desempenho académico. Para além disso, cria nos alunos um sentimento de frustração e desigualdade, pois muitos não dependem deste serviço e iniciam o seu dia letivo em condições diferentes. -----

Outra questão, igualmente relevante, diz respeito às condições no interior dos transportes. Em várias situações, verifica-se excesso de lotação, falta de espaço adequado e níveis de conforto insuficientes, especialmente nos períodos mais frios.



No inverno, o desconforto é ainda mais evidente, tornando a deslocação diária mais exigente do que deveria ser. -----

Importa sublinhar que o transporte escolar não deve ser visto apenas como um meio de deslocação funcional, mas como parte integrante do percurso educativo dos alunos. Um ambiente seguro, organizado e minimamente confortável contribui para que os estudantes iniciem o dia com melhor disposição, tranquilidade e motivação. --- Para além do impacto individual, esta situação tem também uma dimensão coletiva. Quando os atrasos afetam vários alunos em simultâneo, perturbam o normal funcionamento das aulas e exigem constantes reajustes por parte dos docentes. Assim, estamos perante uma questão que não afeta apenas os estudantes, mas toda a comunidade educativa. -----

Enquanto jovens representantes, não trazemos este tema com o intuito de criticar sem fundamento, mas sim com espírito construtivo. Acreditamos que identificar problemas é o primeiro passo para encontrar soluções. -----

Nesse sentido, consideramos pertinente que possam ser analisadas medidas como: – A revisão e ajustamento dos horários dos transportes, tendo em conta as distâncias e a realidade das diferentes freguesias; – Um acompanhamento mais rigoroso da pontualidade do serviço; – Melhoria das condições dos veículos utilizados; – O reforço da articulação entre a autarquia, o agrupamento de escolas e as entidades responsáveis pelo transporte. -----

Estamos conscientes de que a gestão de recursos públicos exige responsabilidade e equilíbrio. No entanto, investir na melhoria do transporte escolar é investir diretamente no sucesso educativo e no futuro dos jovens do nosso concelho. -----

A Educação começa muito antes de entrarmos na sala de aula. Começa no momento em que saímos de casa, muitas vezes ainda de madrugada, confiando que chegaremos à escola em segurança, com pontualidade e em condições dignas. Garantir esse percurso é garantir estabilidade, igualdade e respeito pelos estudantes. - Concluo, reforçando que esta intervenção representa a voz de muitos alunos que, diariamente, enfrentam estas dificuldades. -----

Não trazemos apenas uma preocupação — trazemos uma responsabilidade partilhada. -----

Acreditamos que um concelho que investe nos seus jovens está, na verdade, a investir no seu próprio futuro. Melhorar o transporte escolar não é apenas resolver um problema logístico; é afirmar que a educação é uma prioridade real e não apenas um



Ch/m
WGL
[Signature]

princípio. -----

Confiamos que esta Assembleia saberá ouvir a voz dos estudantes e transformar esta preocupação em ação concreta. Isto Porque, quando garantimos condições dignas de acesso à escola, estamos a garantir oportunidades, igualdade e desenvolvimento para todo o concelho. -----

É com esse espírito de cooperação, compromisso e responsabilidade que deixamos esta reflexão à consideração de todos. -----

Muito obrigada pela vossa atenção!" -----

MARTIM SEQUEIRA (9.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados Municipais, Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Caros Colegas Jovens Deputados, Ilustres Convidados, Público presente, elementos da comunicação social. -----

É com sentido de responsabilidade que estou hoje aqui, a representar os meus colegas. Participar nesta Assembleia é uma oportunidade importante para dar voz às nossas preocupações e propostas. E é precisamente sobre responsabilidade que vos venho falar. Vossas excelências conhecem, decerto, este símbolo que vos mostrei. Sabem o que significam os quatro R. Este símbolo representa quatro palavras: Repensar, Reutilizar e Reciclar. Mas talvez esteja a faltar uma quinta: Respeitar. ----- Temos informação. Temos contentores. Temos campanhas. Afinal, o que nos falta? A resposta é simples: Responsabilidade. Não precisamos de mais palavras. Precisamos de mais ações. -----

Temos professores atentos. Temos projetos como o Clube Ciência Viva que, neste mês, sensibilizou os alunos do 3.º ano para a separação de resíduos. Temos tudo...menos consistência. E mesmo assim... (*mostrando imagens*) continuamos a ver garrafas e pacotes de sumo no chão. Copos de iogurte no sítio errado. Resíduos recicláveis colocados no lixo indiferenciado. -----

Quando não separamos corretamente, não estamos apenas a deitar fora plástico ou papel. Estamos a desperdiçar recursos que podiam ser reaproveitados. Estamos a aumentar os resíduos que vão para o aterro. Estamos a contribuir para mais poluição, mais desperdício, mais impacto ambiental. Mas há algo ainda mais sério. Se numa escola – onde aprendemos valores, responsabilidade e cidadania – não conseguimos cumprir um gesto tão simples, que tipo de cidadãos estamos a formar? Separar



resíduos demora três segundos. É um pequeno gesto. Mas é um grande teste ao nosso carácter. Agora, não basta apontar o problema. É preciso agir com estratégia. ----
Primeiro: começar cedo. Reforçar campanhas de sensibilização no 2.º ciclo e no início do 7.º ano. Criar hábitos quando ainda estamos a educar e a formar crianças e jovens. Podemos fazer isso através de sessões práticas. Exemplos reais. Mostrar o impacto verdadeiro da má separação. -----

Segundo: criar concursos entre turmas, com métricas claras e prémios reais. Transformar a responsabilidade num compromisso coletivo. Quando a turma inteira depende do comportamento de cada um, o erro deixa de ser individual – passa a ser responsabilidade partilhada. -----

Terceiro: tornar o problema visível. Mostrar dados reais. Percentagens. Evolução. Quando vemos números, deixamos de discutir opiniões e começamos a enfrentar factos. Mas esta mudança não depende apenas da escola. O Município pode – e deve – ser parte da solução. Pode apoiar campanhas de sensibilização mais abrangentes. Pode reforçar a educação ambiental nas escolas do concelho. Pode colaborar na monitorização e divulgação de dados sobre reciclagem. Pode também envolver de forma ativa os assistentes operacionais, que desempenham um papel fundamental no dia-a-dia da escola. São eles que acompanham os espaços, que apoiam os alunos e que garantem o funcionamento diário da nossa comunidade escolar. Integrá-los neste processo de sensibilização e acompanhamento é essencial para que a mudança seja consistente e partilhada por todos. E, essencialmente, que possamos avaliar, dentro de um ano, os resultados alcançados. Porque quando a Escola e o Município trabalham juntos, a mudança deixa de ser algo pequeno, passando a ser uma mudança estrutural. A mudança só acontece com decisões repetidas todos os dias. Para mim, este problema não está resolvido se 60% dos alunos separarem os resíduos. Nem 70%. Nem 80%, Nem 90%. O problema só estará verdadeiramente resolvido quando 100% dos alunos separarem os resíduos. Imaginem a nossa escola daqui a um ano. Macedo de Cavaleiros é uma terra com identidade. Terra onde a natureza se impõe e a Albufeira do Azibo é um símbolo claro desse equilíbrio e dessa preservação. Terra onde tradições como os Caretos de Podence atravessam gerações porque alguém decidiu mantê-las vivas. Não faz sentido que, numa terra que sabe preservar a sua paisagem e as suas tradições, não consigamos preservar o nosso próprio espaço escolar. Imaginem a escola sem lixo. Com a separação correta feita por todos. Imaginem visitantes a entrarem na nossa escola e a reconhecerem um



m/n
C. L.
A. J.

espaço limpo, cuidado e responsável. Imaginem sermos uma escola onde aquilo que se ensina é aquilo que se pratica. Imaginem sermos exemplo para outras escolas do distrito. Porque aquilo que parece pequeno revela muito sobre nós. Separar aquilo que parece pequeno revela muito sobre nós. Separar resíduos não é apenas uma regra ambiental. É um reflexo do nosso carácter. E o carácter constrói-se todos os dias, em decisões simples de três segundos. Hoje deixo aqui uma proposta. Mas, acima de tudo, u, compromisso. Que passemos das palavras às ações. Que deixemos de apontar o problema e passemos a ser parte da solução. E que, daqui a um ano, possamos olhar para trás e dizer, com orgulho, que fomos a geração que decidiu fazer melhor.” -----

NELLY ADESHIMA (8.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da mesa; Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores; Exmos. Senhores Deputados Municipais; Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Caros colegas Jovens Deputados; Ilustres convidados, público presente, comunicação social e todos os que nos vêem e ouvem através da Rádio TV Onda Livre. -----
Saúdo-vos, uma boa tarde para todos. O meu nome é Nelly Adeshina, da Turma 8ºE. Nasci na Nigéria e vivi no Brasil, em São Paulo, dos dois aos 11 anos. Depois, há cerca de três anos e meio, vim com a minha família para Portugal e diretamente para Macedo de Cavaleiros. Estou aqui para fazer a minha intervenção nesta Assembleia, e citar dois pontos que acho que seriam benéficos para Macedo de Cavaleiros. -----

Clube de dança -----

O primeiro ponto que eu gostaria de mencionar é a criação de um clube ou escola de Dança acessível a todos. Acho que um clube de dança seria uma boa aquisição para nossa cidade. Pode promover a felicidade dos que a frequentam, incentiva o exercício físico e a socialização dos alunos e, por isso, seria uma ótima maneira de passar o tempo livre. -----

Abrigo de animais vadios -----

O segundo ponto que gostaria de mencionar é a construção de um abrigo para animais vadios. Na nossa cidade, há alguns animais andando por aí pelas ruas, sem comida, sem família e sem cuidados médicos. E apercebi-me que há um bom número de cães e gatos sem-abrigo, na minha rua e que comem restos de alimentos e lixos do chão. Sofrem com o estado do tempo: frio no inverno e o calor no verão. E eu acho que todos os animais merecem um lar, uma família que os ame e que trate deles.



Acho que não merecem viver nas ruas abandonados, esfomeados e quem sabe doentes. Então, é por isso que estou a propor esta ideia. Para poder mostrar que nos importamos com as pessoas de Macedo, mas não esquecemos os animais. E também fiz questão de verificar se os meus colegas do 8º ano concordam com estas as ideias, e todos os que responderam, concordam.” -----

EMA NETO (7.º ANO) – Fez a seguinte intervenção: “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal e ilustres membros da mesa; Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores; Exmos. Senhores Deputados Municipais; Exmos. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; Caros colegas Jovens Deputados; Ilustres convidados, público presente, comunicação social e todos os que nos veem e ouvem através da Rádio TV Onda Livre. Boa tarde a todos!-----
O meu nome é Ema Neto, sou da turma 7.º C, tenho 12 anos. Nasci em Itália, na cidade de Roma e vim para Portugal com três anos, para a aldeia de Lamas. Aldeia da minha avó materna. Reparei, em tempos, que uma colega minha estava a ter algumas dificuldades financeiras, porque a sua família tinha vindo há pouco tempo viver para Macedo de Cavaleiros, e os seus pais não conseguiram logo emprego. Felizmente, agora já têm emprego. Esta situação fez-me pensar nas dificuldades que as pessoas podem ter. Quer sejam pessoas de Macedo; ou pessoas que vêm de outros pontos de país ou ainda pessoas que vêm de outros países. Queria pedir ao Sr. Presidente de Câmara, que ajude a desenvolver o concelho e a cidade para que todos tenham emprego. Que esteja atento e acompanhe as famílias para verificar se todos têm casa com condições dignas, se conseguem ter uma boa alimentação e acesso à saúde e à educação. E, caso, elas necessitem, que lhe sejam asseguradas as ajudas necessárias, para criarem as suas famílias com dignidade e segurança. É importante, que todos possam ter e sonhar com o futuro. Obrigado a todos por me ouvirem.” -----

Terminadas as intervenções dos Jovens Deputados Municipais a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra aos membros da Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal. -----

Assim, usaram da palavra: -----

CAMILO ANTÓNIO MORAIS – Que fez a seguinte intervenção “Excelentíssima Senhora Presidente e respetiva Mesa, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os que estão nesta sala. Digo isto precisamente porque o cumprimento especial



M/M
Luff
off

é para esta juventude, os Jovens Deputados que hoje tomaram posse e para todos aqueles que já tomaram posse antes, perante a Comissão Permanente e a Comissão de Acompanhamento deste projeto. -----

Portanto, esta saudação especial é para vós os Jovens Deputados. Eu estou um bocadinho emocionado porque quando se pensou em lançar este projeto, havia muita gente que dizia que não tinha viabilidade, e eu e outras pessoas, nomeadamente todos aqueles que fizeram parte das Comissões de Acompanhamento da AMJ, incluindo os professores, e a Direção da Escola e também os Deputados que faziam parte desta Comissão, todos acreditamos e ajudamos a que este projeto fosse avançando. -----

E como é bem visível, aqui estamos e hoje vimos aqui, por estas intervenções que vocês fizeram, que a política e o país, daqui a uns anos, vai ser muito mais rico do que é hoje. Vocês vão estar muito mais preparados quando forem chamados a desempenhar funções políticas do que nós estávamos quando começámos. Porque eu sempre disse e continuo a afirmar que formação não é despesa, formação é investimento. Senhor Presidente da Câmara, eu vou renovar aqui todos os pedidos que eu fiz durante muito tempo à anterior Câmara, que olhe para esta juventude porque eles vão ser os políticos da amanhã e sabem que a política, quer queiram quer não, muitas vezes as pessoas querem diminuir quem trabalha ou quem faz política, mas a política é a atividade mais nobre da sociedade. E sabem porquê? Porque é a gestão da coisa pública e nós, para gerir a coisa pública, temos de o fazer com parcimónia, porque são impostos que a sociedade paga e têm de ser bem distribuídos e vocês vão estar muito mais bem preparados para fazer essa gestão. Por isso, eu só vos quero encorajar, que vocês encorajem os vossos colegas que não podem estar aqui, porque nem todos podem fazer parte deste projeto, mas encorajem-nos para que vos acompanhem, para que partilhem as preocupações deles, para vocês serem os porta-vozes dessas preocupações como acabaram de fazer agora. -----

Quero ainda, agradecer a todos os que estiveram no início do projeto, aos Professores, aos Deputados, e a todos aqueles que estão neste momento a fazer parte do mesmo projeto, porque sem eles, sem a Escola, sem os Deputados da Assembleia e sem a Câmara Municipal, isto não seria possível. Felizmente, é um projeto que está a andar e tem futuro. Muito obrigado a todos e deixo a sugestão à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal que a Comissão de Acompanhamento da AMJ deveria reunir mais regularmente." -----



DIANA ISABEL BARREIRA ALVES – Fez a seguinte intervenção: “ Cumprimento a todos mas em particular estes jovens deputados Quero começar por dar as boas-vindas aos jovens que hoje se tomaram posse. O facto de estarem aqui já é, por si só, uma escolha importante. Num tempo é que é tão fácil ficar de fora, vocês decidiram participar. E a cidadania começa exatamente aí, na decisão de não ficar indiferente. Muitas vezes ouvimos dizer que os jovens estão afastados da política, mas esta Assembleia mostra precisamente o contrário. Mostra que há vontade de pensar, de questionar, de propor e de melhorar aquilo que é de todos. A democracia não é apenas votar. Não é apenas ter opinião. É assumir com responsabilidade as ideias que defendemos. É saber argumentar com respeito. É ouvir quem pensa diferente. E é perceber que construir soluções exige compromisso. Este espaço é mais do que simbólico. É um verdadeiro exercício de participação. Aqui aprende-se que propor é mais importante que criticar. Que identificar problemas é necessário, mas procurar caminhos para os resolver é essencial. O nosso Concelho precisa da vossa visão, da vossa criatividade, da vossa capacidade de olhar para os desafios com novas perspetivas. Mas precisa também do vosso sentido de responsabilidade. Porque a participação cívica não é apenas um direito. É também um compromisso com a comunidade. Não tenham receio de apresentar ideias concretas. Não tenham medo de fazer perguntas difíceis. A democracia cresce quando há pensamento crítico, mas fortalece quando há respeito e vontade de construir em conjunto. Vocês não são apenas os cidadãos do futuro. São os cidadãos do presente, e o presente constrói-se com atitude, com iniciativa e com a coragem de participar. Que esta Assembleia seja um exemplo de algo sério, de maturidade e de compromisso com aquilo que nos une. A vontade de tornar a nossa comunidade melhor. Muito obrigada.” -----

DANIELA DE ALMEIDA REBELO – Fez a seguinte intervenção: “ Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, como é hábito, permita-me que na sua pessoa cumprimente todos. Contudo, um cumprimento muito especial aos nossos jovens deputados. Caros jovens, vou ser breve e repetitiva, pois a mensagem que vos quero transmitir é em tudo semelhante à que já transmiti aos vossos colegas no passado. Mas a mensagem mantém-se. Vocês, enquanto jovens deputados da Assembleia Municipal Jovem, de hoje em diante, representam todos os jovens do nosso Concelho, nesta tarefa cívica e construtiva. A política é simples. Nós, mais velhos, é que tendencialmente a complicamos. A Política não é só Partidos ou



Handwritten signature in blue ink.

Eleições. Isso faz parte, claro. Mas é apenas uma parte. Política é também participar, dar opinião, envolverem-se em Associações ou defenderem causas que sejam importantes para vocês. Aquelas causas comuns, plurais, que vocês realmente sentem que vale a pena lutar. Política é ainda sobre como tomar conta e cuidar bem do que é de todos. Melhor ainda do que cuidarmos do que é só nosso. -----

E política também é sinónimo de responsabilidade. E a vossa responsabilidade, a responsabilidade da vossa geração, é fazer diferente, é fazer melhor. E devolver à política a genuinidade da causa pública em detrimento da causa própria. Devolvam à política o respeito pelo próximo, pela diversidade e pela diferença. Devolvam à política os mais autênticos princípios da Democracia, a liberdade, a igualdade e o Estado direito. Mesmo que, em alguns momentos, tenhamos muita dificuldade em acreditar na justiça. Ela pode tardar, mas chega. Este é o legado que nós, Deputados Municipais, acreditamos que vocês construirão, com toda a excelência. Bom trabalho, boa sorte e obrigada.” -----

VÍCTOR MANUEL DE ALMEIDA NUNES DOS SANTOS – Fez a seguinte intervenção: “ Não vou ser repetitivo. O “mentor” desta bonita Assembleia de Jovens já disse tudo o que eu tenho também em pensamento. Dizer que eu não sou político, mas no meu tempo de Professor na Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, onde iniciei a minha atividade ainda no edifício onde hoje é o Quartel da GNR em 1981, os jovens não tinham uma integração no sistema político do concelho. Mas inauguramos a nova Escola onde fizemos aqueles arranjos que ainda hoje existem e depois fui trabalhar para Carvalhais, onde criei amizades com muitos jovens, que hoje são grandes empresários agrícolas, e entre eles alguns andam na política. E fico muito satisfeito quando vejo a formação de consciência dos nossos jovens aqui na nossa terra. E do que eu ouvi aqui dos intervenientes desta pequena Assembleia, fiquei muito satisfeito e orgulhoso por saber que vocês estão no bom caminho, têm professores que vos orientaram e têm pessoas que vos estimam. Como sabem, eu faço parte da Comissão que vos acompanhará, e já sabem da minha parte, estou disponível para qualquer necessidade que tenham desde informação, há minha experiência de vida neste concelho. Não nasci cá, mas já cá estou há 50 anos e gosto desta terra, por isso desejo contribuir com o máximo dos meus conhecimentos e ajuda para convosco. A todos, muito obrigado e espero que vocês se valorizem e seja uma consciência para aqui, para a nossa região.” -----



A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que fez a seguinte intervenção: “ Muito boa tarde a todos, cumprimento a Sr.^a Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os Vereadores, todos os Deputados Jovens e os seus Professores, os Deputados de todas as bancadas, bem como todos os Presidentes de Junta de Freguesia, a todos os Funcionários do Município, ao Público presente e a todos os que nos ouvem lá em casa e a todos os Órgãos de Comunicação Social presentes. -----

Quero começar por dirigir uma palavra de reconhecimento muito sincero a estes Jovens Deputados Municipais pelas intervenções que aqui trouxeram. Eu fui professor/monitor ou até treinador da maior parte deles e foram intervenções lúcidas, responsáveis e profundamente pertinentes. As vossas palavras não são apenas contributos formais para um debate, são alertas, são sinais, são exigências legítimas de quem olha para o território com ambição e um sentido sempre crítico. E isso honra-vos, fizeram-nos refletir sobre uma questão essencial, que futuro queremos para o nosso Concelho e, mais importante ainda, que condições estamos a criar para que os jovens macedenses possam aqui construir os seus projetos de vida com oportunidades, com qualidades e com esperança. A política local só faz sentido se souber escutar os seus jovens. E hoje, escutamos. Escutamos as preocupações reais sobre as oportunidades, participação, fixação de talento, qualidade de vida e perspetivas de futuro. Essas preocupações não ficam encerradas nesta sessão e acompanham-nos a partir daqui. Obviamente, não vos prometemos soluções fáceis, nem mundos e fundos. Prometemos é algo mais sério. Trabalho, responsabilidade e empenho. O mesmo empenho que vocês demonstraram nas vossas intervenções. Em nome do Executivo, deixo-vos a garantia de que as questões levantadas serão objeto de análise, cuidada e de uma reflexão profunda. Queremos que a juventude não seja apenas o futuro, mas sim seja presente ativo na construção das nossas decisões. ----- Contamos convosco e queremos que continuem a contar convosco por isso, ainda vou mais longe. A Catarina, o Francisco, a Luana, o Martim, a Nélia e a Ema, eu convido-vos a reunir no Município para falar destes assuntos que vocês falaram aqui hoje. ----- Senhora Presidente da Assembleia, se puder fazer acontecer este encontro, será uma honra recebê-los, porque o Concelho constrói-se com todos e hoje ficou bem claro que há uma geração preparada para assumir essa responsabilidade, como dizia o Dr. Camilo. Obrigado.” -----



m/m
Lil.
[Signature]

Usando da palavra a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a todos os intervenientes e aproveitou para dizer “acabámos este capítulo da Assembleia Municipal Jovem mas se os jovens quiserem e puderem permanecer e assistirem um pouco aos trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, estejam à vontade.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu dando conhecimento à Assembleia Municipal que tinha chegado à Mesa da Assembleia uma nota de pesar, chamando a Deputada Municipal a Daniela Artilheiro para intervir. -----

DANIELA FILIPA LOPES ARTILHEIRO (PSD) – “Hoje, especialmente, despedimo-nos do Padre Pedro, mas não nos despedimos do seu legado, da presença marcante nem da luz tranquila que espalhou na nossa Comunidade. O Padre Pedro foi muito mais do que um Sacerdote. Foi um verdadeiro pilar, alguém profundamente envolvido na Comunidade, atento às nossas necessidades, às suas alegrias e, sobretudo, às suas dores. A sua presença constante, discreta e firme, esteve na celebração da fé, numa visita a quem esteve doente ou simplesmente numa conversa à porta da igreja. Na Unidade de Cuidados Paliativos, o contributo foi um valor incalculável. Levava consigo mais do que palavras. Levava escuta, humanidade, silêncio respeitador e uma fé serena que confortava todos aqueles que não sabiam bem o que dizer ou sentir. Tinha sempre uma palavra amiga, um gesto simples, um olhar que transmitia paz. Para muitos doentes e famílias, foi um porto seguro em momentos de grande fragilidade. Sabia estar, sabia ouvir, sabia acolher e fazia-o sem pressa e com o coração inteiro. Hoje, sentimos a sua ausência, mas também uma profunda gratidão. Gratidão pelo apoio constante, pela dedicação generosa, pela capacidade de transformar momentos difíceis em encontros de sentido e de dignidade. A marca que deixou na Comunidade e na Unidade de Cuidados Paliativos permanecerá viva na memória de todos os que tiveram o privilégio de o conhecer. Que o seu exemplo continue a inspirar-nos a cuidar com mais compaixão, a escutar com mais atenção e a estar com mais presença. Descanse em paz, Padre Pedro. A tua palavra amiga continuará a ecoar nos nossos corações.” -----

De seguida a **Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal** propôs que se fizesse um minuto de silêncio em memória do Sr. Padre Pedro. Foi pois guardado o minuto de



silêncio proposto. -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal antes de iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia deixou uma nota de reconhecimento sobre a intervenção dos Deputados Municipais, que se transcreve: “Na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Macedo Cavaleiros, no exercício das minhas funções Institucionais e no estrito cumprimento do Regime Jurídico das Autarquias Locais, bem como do Regimento da Assembleia Municipal, venho expressar publicamente o meu reconhecimento aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aos Senhores Deputados Municipais de todos os Grupos Municipais, à Câmara Municipal, bem como às Entidades da Sociedade Civil envolvidas, designadamente ao Corpo de Bombeiros, ao Corpo de Escuteiros do Agrupamento Macedo Cavaleiros e a todos os Cidadãos e Organizações e Empresas que, através de contatos diligentes e de um empenho ativo, contribuíram de forma decisiva para a concretização de uma resposta solidária, associando-se a uma causa comum perante as intempéries que recentemente assolaram o nosso país. É de particular justiça destacar o trabalho árduo, persistente e exemplar desenvolvido por alguns Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, bem como o empenho conjunto e solidário demonstrado em estreita articulação com os restantes Senhores Presidentes de Junta, com os Deputados Municipais, com a Câmara Municipal, com os Bombeiros e Escuteiros de Macedo e com os representantes da Sociedade Civil que souberam transformar a sua atuação numa verdadeira missão solidária, orientada para o apoio às pessoas e famílias que sofreram e continuam a sofrer os efeitos das referidas intempéries. A atuação conjunta, evidenciada, assente na Cooperação Institucional, na articulação eficaz entre os diversos órgãos autárquicos, demais Entidades e Estruturas da Sociedade Civil, bem como na prevalência do interesse público sobre a legítima diferença de natureza política ou institucional, constitui um exemplo digno de apreço e reconhecimento, contribuindo para a valorização do Poder Local Democrático e para o reforço da confiança das populações nas Instituições Públicas e Comunitárias. A presente nota de reconhecimento reveste natureza meramente Institucional e não deliberativa, destinando-se exclusivamente a assinalar e a enaltecer o contributo prestado pelas entidades e pessoas envolvidas, sem prejuízo das competências próprias da Assembleia Municipal enquanto Órgão Colegial. Determina-se ainda que a presente nota de reconhecimento seja dada a conhecer em sessão da Assembleia Municipal,



que é o caso, e que dela conste o respetivo registo em ata para memória futura.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CLAÚDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “Assiste-se hoje com preocupação e solidariedade à calamidade que atingiu Leiria. Infelizmente, a história recente ensina-nos que estes fenómenos não são exceções geográficas, são realidades estatísticas. Ontem aconteceu em Leiria, amanhã pode acontecer aqui, em Macedo Cavaleiros. A diferença entre a recuperação rápida e o caos prolongado não reside apenas no orçamento disponível, mas na capacidade de organização prévia. Não basta atirar dinheiro ou materiais para cima de um problema quando ele já explodiu, é necessária coordenação e método. Proponho, por isso, que este Executivo lidere a criação de um Plano de Prevenção e Reação, específico para a nossa realidade. Um documento que vá além do óbvio e que funcione como um verdadeiro manual de instruções para crises, abrangendo logística antecipada, ou seja, saber exatamente onde estão os materiais e os equipamentos, como se mobilizam bens alimentares e como se gere a mobilidade em tempo recorde, o estoque de subsistência, ou seja, estabelecer protocolos prévios com empresas, supermercados e padarias locais para fornecimento imediato de kits alimentares de emergência em caso de necessidade e informação validada. Não podemos andar à procura de contatos em plena crise, precisamos de um inventário real de capacidades. Quem são e onde estão os nossos eletricitas, picheleiros, carpinteiros e operacionais da construção civil e quem possui geradores, motobombas, motosserras, viaturas 4x4, camiões de carga, etc., e em que estado de prontidão se encontram. Em vez de esperar que o pessoal dos serviços municipais chegue a todo lado, é essencial otimizar, criando células de resposta rápida. Integrando as freguesias, em que cada uma coordenaria cada uma dessas unidades de reação, uma vez que elas são a nossa primeira linha de contato com as populações. Integrando o setor privado e os profissionais liberais, chamando-os a participar na elaboração deste plano e integrando-os voluntariamente na resposta. Criando protocolos de ativação, estabelecendo regras claras de quem coordena quem, e o quê, no caso deste plano de emergência ser ativado. A questão do seguro e formação é muito importante, é



essencial garantir que exista um seguro precedente para estes voluntários técnicos durante as intervenções, e garantir que têm informação básica em segurança e proteção à civil, por exemplo, um dia de formação por ano. Numa catástrofe, o silêncio é fatal, por isso este plano deve prever a salvaguarda das telecomunicações, no caso, por exemplo, uma rede de rádio alternativa, garantir que as juntas de freguesia e alguns pontos estratégicos, como escolas, centros de saúde, possuem equipamentos de rádio para comunicar caso as alternativas móveis falhem, pontos wi-fi de emergência, por exemplo, mas neste ponto há aqui uma questão que para mim é muito crítica, que é o backup dos dados das informações. É essencial garantir que a informação essencial do município e dos munícipes está salvaguardada em sistemas fora das zonas de risco. Portanto, ter um protocolo municipal escrito, testado e validado é uma ferramenta de proteção dos nossos cidadãos. É passar do modo reativo para o modo preventivo. Apelo, portanto, ao Executivo e a todos para que absorva as lições deste evento e comece a desenhar este plano para que Macedo seja um exemplo de que a segurança não se delega na sorte, mas sim no planeamento.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) - Fez a seguinte intervenção: “ Pretendia ser informado sobre o projeto de Reabilitação das Igrejas de Lamalonga e Vilarinho de Agrochão. Dizer que o anterior Executivo iniciou uma Candidatura e queria saber como é que está, porque a Igreja de Vilarinho está mesmo a ruir, chove muito e é preciso fazermos alguma coisa. Não é culpa deste Executivo, não é culpa do anterior, são coisas que acontecem. Relativamente ao Primeiro Direito na Habitação, queria saber como é que está o desenvolvimento do projeto, não é só no Bairro da Alegria, mas também relativamente aos outros Edifícios espalhados pelo Concelho. Queria também felicitar, todos os eventos que foram feitos neste período, nomeadamente a Feria da Caça e o Entrudo Chocalheiro. E relativamente à Feria da Caça, defendo que devem apostar cada vez mais nesta Feira, porque já é uma referência no nosso concelho. Relativamente aos Caretos de Podence e ao Entrudo Chocalheiro, eu ouvi comentários, e acho que é a opinião de toda a gente que depois do desfile de sábado à noite, não havia entretenimento, no Jardim e as pessoas estão a pedir que se faça qualquer coisa a seguir. E agora, é uma questão política que lhe quero pôr, é uma informação, e ao mesmo tempo uma reflexão sobre isso. Macedo é a Câmara maior eleita pela AD, porque Bragança é do PS, Mirandela é do PS, e é estranho, nós não



m/n
Uls
[Signature]

temos representantes em lado nenhum. E a pergunta é se foi o Sr. Presidente que não quis, ou se foram os Partidos que assim não o quiseram. Senão vejamos: a Resíduos do Nordeste o Presidente é da Câmara de Carrazeda de Ansiães; Desteque o Presidente é da Câmara de Carrazeda de Ansiães; a CIM o Presidente é da Câmara de Vila Flor. E temos que pensar. Macedo não se faz representar, e pode ter sido uma opção, e eu respeito, mas também quero saber aqui, e eu acho que os macedenses têm que saber isso. Depois, nós tínhamos o Vice-Presidente da CCDRN, que era o Engenheiro Beraldino Pinto, e infelizmente, recentemente perderam as Eleições, e posso dizer que eu sinto-me envergonhado porque perdeu no Município dele, mas os eleitos é que decidiram e cada um responde por si. Mas dava jeito, ter um Vice-Presidente da CDRN, dava jeito. Já na ULS acontece a mesma coisa. Tínhamos um membro na anterior Administração, que vai ser substituído, mas Mogadouro manteve o seu membro, e Macedo, nada. E isto faz-nos pensar porque a política é isto, e nós temos que ter poder, e já que Macedo é a maior Câmara do Distrito da AD, pelo menos que tire proveito de alguma coisa.” -----

JOÃO NUNO FERREIRA PIRES (CDS) - Fez a seguinte intervenção: “A Feira da Caça de Macedo Cavaleiros é, há quase 30 anos, um dos eventos mais emblemáticos do concelho, reúne pessoas, atrai visitantes e dá visibilidade nacional ao território. Esse mérito é indiscutível, Macedo gosta, e bem, de se apresentar como capital da caça, e é precisamente por conhecermos esse valor que acreditamos que pode ir mais longe, por isso, que importa hoje colocar uma questão simples e honesta? Estamos a transformar essa marca num projeto estruturado, de desenvolvimento sólido e sustentável? Na opinião do CDS, ainda não. A Feira da Caça não deve ser apenas um momento anual de exposição e convívio. Deve ser encarada como centro de um verdadeiro cluster cinegético, capaz de dinamizar todo o setor ao longo de todo o ano. Seja através da gestão de espécies, apoio às zonas de caça, valorização da carne, formação, ciência aplicada e ainda educação ambiental. A Assembleia Municipal é, para além da crítica, lugar de contributo construtivo. E é nessa medida que o CDS gostaria de propor alguns eixos de ação, que serão levados à Comissão do Plano Desenvolvimento Económico e Património, para que o projeto de proposta possa beneficiar do contributo de todos os Grupos Parlamentares com assento nesta Assembleia. A proposta é simples. Consiste em passarmos de uma Feira enquanto evento isolado no tempo para um verdadeiro cluster cinegético, estruturando-se em cinco eixos. O eixo 1 seria um maior envolvimento do Município nas zonas de caça.



Como? Com o município a assumir um papel muito mais ativo no apoio às zonas de caça, não substituindo, como é óbvio, os caçadores nem os proprietários rurais, mas criando condições para boas práticas, desde o apoio técnico à melhoria de habitats, e fiscalização com apoio de outras identidades. O eixo 2, que seria criarmos um Parque de Recriação de Coelho Bravo, um instrumento técnico essencial, em parceria com Universidades e ICNF. Um Parque deste tipo permitiria repovoamentos controlados, sanitariamente seguros e geneticamente adequados, bem como representaria um apoio direto às zonas de caça mais carenciadas, e ainda, a inestimável produção de conhecimento científico aplicável no terreno. O eixo 3, que seria um parque biológico de espécies cinegéticas autóctones. O CDS propõe ir mais longe. Portugal já tem bons exemplos, desde Vinhais a Gaia, Tapada Nacional de Mafra, o Parque Biológico da Serra da Lousã. São estruturas que unem conservação, educação e dinamização económica. Num eixo 4, propomos um Eixo de Educação Ambiental, programas e protocolos de sensibilização e proximidade com as escolas. As nossas crianças têm disciplinas como a nossa terra. Mas ficarão, de facto, a conhecer a própria terra? A riqueza inigualável que caracteriza este território? Este o nosso território? Acho que não. Valorização da carne de caça, com autoridade e controlo, através de planeamento e infraestruturas adequadas. O CDS ambiciona transformar estas linhas numa proposta de projeto estruturado, sólido e sustentável para o Concelho. Sem divisões, com visão e com ambição. Senhoras e Senhores Deputados, esta visão não é radical nem ideológica, é pragmática, responsável e alinhada com o nosso território. Se queremos continuar a chamar-nos capital da caça, então temos de mostrar que sabemos fazer algo mais do que organizar uma simples feira, sabemos gerir, valorizar, proteger e pensar o futuro. A Feira é apenas o ponto de partida. Agora é tempo de transformar o nome em conteúdo.” -----

ELISABETE VILARES ALVES (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Fui recentemente contactada por alguns Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Macedo Cavaleiros, que manifestaram grande preocupação com as condições em que são assegurados os transportes escolares. Segundo referiram, existem autocarros em estado bastante degradado, onde chega a chover no interior, quando as condições meteorológicas são adversas, situação que consideram inaceitável e que levanta sérias dúvidas quanto às condições de segurança e conforto das crianças que diariamente utilizam este serviço. Foram ainda descritas más condições gerais no



m/n
Lull
[Signature]

interior das viaturas, com sinais evidentes de desgaste e falta de manutenção, o que tem causado crescente inquietação entre as famílias. Para além desta situação, foram igualmente referidas preocupações relativas às refeições escolares, tendo sido apontadas falhas tanto ao nível da qualidade como da quantidade de refeições servidas, com referência a situações de escassez de alimentos. Acresce ainda a preocupação com a falta de pessoal qualificado na Escola, situação que, segundo os encarregados de educação, se faz sentir de forma evidente no dia-a-dia. Referem que a escassez de recursos humanos tem dificultado o normal funcionamento de alguns serviços, e comprometido o acompanhamento adequado dos alunos, levantando dúvidas quanto à capacidade de resposta às necessidades existentes. Perante estas preocupações, gostaria de questionar o atual Executivo, no sentido de saber se tem conhecimento destas situações e que medidas estão previstas ou poderão vir a ser adotadas para melhorar as condições atualmente existentes, quer ao nível dos transportes escolares, quer das refeições e dos recursos humanos da escola, de forma a garantir melhores condições de segurança, bem-estar e acompanhamento para as crianças do nosso concelho.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) - Fez a seguinte intervenção: “Antes da minha intervenção, deixar só uma nota de agradecimento à Assembleia Municipal Jovem. Dizer que foi com alegria e enorme satisfação que assisti a este momento hoje e penso que a generalidade de vós também, e por isso deixar este reconhecimento, pelo momento proporcionado aqui na Casa da Democracia Municipal com a presença de jovens nascidos nesta terra, nascidos de pais emigrantes que regressaram a esta terra, jovens emigrantes que estão nesta terra, mostrando a multiculturalidade que está a chegar a Macedo Cavaleiros também e é bom que os integremos, é bom que estas pessoas se sintam integradas e a Assembleia Municipal Jovem está a fazer esse trabalho, portanto daí deixar este reconhecimento. -----

Gostava também de vos falar aqui numa questão, querendo felicitar o Executivo Municipal e todos os funcionários do Município que estiveram envolvidos na organização do Carnaval, desde os trabalhadores Operacionais, os Técnicos, passando por todos aqueles que muitas vezes fora do seu horário normal tiveram que contribuir e que trabalhar para que o Carnaval fosse possível. -----

Vou-me centrar aqui um bocadinho no desfile, e dizer que o sucesso do desfile é evidente, participaram imensas Associações, correu de forma excecional, muito bem organizado, mas é precisamente porque o evento foi bom, foi organizado e mobilizou



centenas de pessoas, que havia muita gente na rua e após o término do desfile há claramente uma falha. As pessoas chegaram ao Jardim 1.º do Maio e agora? Eram centenas de pessoas, eventualmente até alguns milhares e cada um foi para a sua casa, porque não se criou dinâmica, não se criou aproveitamento para as pessoas que estavam na rua, mas se nós gostamos de ter os visitantes, temos que lhe oferecer alguma coisa. E é neste sentido que eu venho aqui, não no sentido crítico, mas no sentido construtivo de pedir que doravante neste evento, quando chegarmos ao Jardim 1.º de Maio, que tenhamos alguma atividade, que tenhamos eventualmente DJ's, que aproveitemos as Associações Culturais e Recreativas do nosso Município para que abram lá espaços para venderem bebidas e para poderem ganhar algum dinheiro, aproveitar esta situação, nesse sentido. -----

Pegando aqui agora, na intervenção do Sr. Deputado Cláudio Trovisco, deixar nota que também nós, Executivo do Partido Socialista, na última reunião apresentámos uma proposta de reforço dos meios do Serviço de Proteção Civil, o qual contempla já alguns destes aspetos que foram aqui referidos. Na reunião de hoje, penso que já ficou agendado o assunto e era bom que se fizesse nota disso, que o dinheiro que eventualmente possa estar a ser alocado para o transporte de doentes não urgentes, penso que 60 ou 70 mil euros, não sei exatamente, que em vez de usado para o transporte de doentes não urgentes, porque esse cabe ao Serviço Nacional de Saúde, ou seja o Serviço Nacional de Saúde é responsável pelo transporte dos doentes não urgentes e faz isso, em todas as ULS, mas na nossa em particular sei que faz e que funciona. Por isso não vejo que o Município tenha que despende dinheiro com isso e poderá alocar esse dinheiro para esta questão da Proteção Civil, que a todos nos é muito cara e neste momento de particular relevo será importante tomar nota disso.” ----

DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS) – Que fez a seguinte intervenção: “O CDS acredita convictamente, que a Assembleia Municipal deve ser o palco não só das críticas construtivas que contribuem para as melhorias do nosso concelho, mas também o lugar ideal para a partilha de ideias embrionárias que se possam tornar em mais valias para o bem comum. E assim, gostaria de começar com uma pergunta simples e um bocadinho provocadora. Somos a capital de eventos com temática da caça ou somos de facto a verdadeira capital da caça, cumprindo todos os critérios qualitativos sustentáveis e económicos inerentes à atividade? Talvez nem todos saibam, eu não sabia, mas a maioria dos restaurantes da região que serve carne da



2/07
all.
[Signature]

caça, serve-a com rótulo espanhol, e o mais surpreendente é que por vezes essa carne teve origem em Portugal e o motivo é muito simples, nós não estamos a valorizar estratégica e economicamente a carne de caça que é abatida no nosso território, falta consciencialização, faltam estruturas e faltam infraestruturas. A caça continua a ser tratada com mais uma pasta onde andamos sempre a resolver aos bocadinhos os problemas de ontem, limitados à gestão corrente de hoje, ao invés de assumirmos uma visão planeada, estratégica e sustentável para o amanhã. A caça é só mais uma das "grandes pérolas do nosso território" e se não for defendida com determinação e afinco, será naturalmente dissipada, seja por um concelho vizinho, seja por Espanha. Para valorizar verdadeiramente a carne da caça, o CDS propõe: uma estratégia clara de rastreabilidade, assente em circuitos legais de abate, nomeadamente em zonas de caça autorizada durante a época venatória, inspeção e comercialização com a intervenção firme das autoridades competentes e aqui o Município não está sozinho, pois pode contar com a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, com o ICNF e também, não menos mas muito importante, com as Associações de Caçadores. Em suma, o CDS propõe uma infraestrutura, um centro de recolha de caça, que é tão-somente uma instalação autorizada, onde a caça abatida é recebida, inspecionada, armazenada e encaminhada para a comercialização, cumprindo todos os requisitos sanitários rigorosos. E então sim, pode chegar ao consumidor final, através da Rede de Macedo, não indo lá fora para regressar, e seja este consumidor, talhos, restaurantes ou diretamente com o consumidor. Sempre cumprindo as regras de rotulagem, identificação da espécie, origem da carne e o número de controlo. O centro de recolha é, no fundo, o intermediário entre o caçador e a indústria, ou o consumidor, tão-somente isto. E com tantos Caçadores nesta Assembleia, deixo a pergunta. Onde está localizado o Centro de Recolha de Caça mais próximo de Macedo de Cavaleiros, a Capital da Caça? Acho que percebem aqui a intenção da pergunta. Temos aqui uma oportunidade com uma localização geográfica que não paramos de defender como ímpar. Não será tempo de rever prioridades em matéria de obras públicas e ponderar o investimento no equipamento que pode fomentar fortemente a nossa economia, que pode fortalecer qualitativamente a nossa marca, que pode auxiliar com toda a legalidade os nossos caçadores e todos aqueles que aqui possam ver uma oportunidade de negócio para investir no Concelho? Recordo ainda que na inauguração da última Feira da Caça, o Sr. Ministro, Dr. José Manuel Fernandes, referiu que estava iminente a publicação de legislação relativamente a matadores móveis, que beneficiaria a atividade cinegética,



sucintamente tratam-se orientações Europeias, propostas Parlamentares e consequências da Revisão do Regime Jurídico da Caça que decorreu agora em 2026. Contudo, hoje já existem matadores móveis aplicáveis à caça maior, que garantem condições de higiene equivalentes à de um estabelecimento fixo. E que também não temos, e poderíamos ter, obviamente, como importante apoio em montarias mais distantes, mas não substitui as valências e vantagens de uma infraestrutura fixa, pelo que termino, como comecei, e reitero. Queremos ser verdadeiramente a Capital da Caça? Então teremos de assumir essa ambição com estratégia e abrangência. E onde está o centro de recolha mais próximo?" -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “O que me traz aqui, como sempre, é a minha Freguesia. Na primeira conversa que tive consigo na Câmara, abordei um assunto porque em Morais tenho 4 ou 5 casas onde não chega a água, de maneira nenhuma. E falei com o Sr. Presidente da Câmara sobre isso, porque é a Junta que está a abastecer de um furo nosso e somos nós que pagamos as reparações dos furos, somos nós que fazemos isso tudo, e a Câmara é que recebe o dinheiro dessas pessoas, mas foi sempre assim e não vai ser diferente. -----

No dia 15 de novembro, tive uma fuga nessa rede que abastece essas 4 ou 5 casas, e obviamente reparei a fuga com os funcionários da Junta, só que tive que levantar alguns paralelos, e eu no paralelo não dou muito jeito, porque comecei a pôr e logo dei o cabo de um dedo, mas como referi reparei a fuga e fiz um pedido ao Sr. Presidente, no dia 19 de novembro, para termos a possibilidade de os calceteiros da Câmara irem lá colocar 2 ou 3 metros de paralelo na aldeia. De facto do seu Departamento, respondeu-me logo dia 24, que o assunto ia ser tratado de imediato, é verdade, foi e dali a 3 ou 3 semanas, recebi uma chamada dos serviços em que me disseram que não havia qualquer possibilidade de os calceteiros irem a Morais porque estavam em lamas, mas a reparar uma rua ou qualquer coisa assim, acho que era isso que estava a acontecer, e foi-me dito para arranjar um orçamento para retificar esses paralelos. Já mandei esse orçamento no dia 8 de janeiro e não tive qualquer resposta até agora. As pessoas que passam lá nessa rua, que é no bairro dos Carris, batem lá com o seu carro e dizem que o Presidente da Junta não faz nada porque tem lá aquele buraco. É verdade, mas eu estou a ajudar a Câmara, acho que se a Câmara for lá por 2 metros de paralelo acho que não custa nada. Se pudermos ver esse assunto, agradecia. Mandei depois o orçamento para a Câmara, que eu acho que é um exagero, porque



M/In
C/In
[Signature]

eu prefiro que vão os calceteiros da Câmara, eu até lhes pago lá o almoço. -----
Outra questão que me traz aqui, é o seguinte, eu mandei-lhe uma mensagem aqui há tempos, e se calhar devia ter feito um email, mas a minha preocupação, porque houve uma menina que veio aqui expor a preocupação com os transportes escolares e com os miúdos que são de longe e que levam uma hora e meia a chegar aqui a Macedo. Nesta caso nós estamos perante uma “guerra” com Bragança e eu avisei o Sr. Presidente e não sei se já fez alguma coisa. Também não sei se já aconteceu, com o Presidente da Junta de Talhas, o Sr. Nuno, mas se calhar já, tal como com a Presidente da União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe Cristina, que não está aqui hoje, mas os pais dos alunos da Zona Nascente do nosso concelho estão a ser “apertados” para que os alunos sejam encaminhados para a escola de Izeda, como era antigamente. E eu já falei consigo já para aí há um mês, não sei se fez alguma coisa, mas eu sei que durante este mês para cá já foram feitas várias propostas, inclusive até há minha Junta de Freguesia. E, lembro que os meninos de Morais estão a 10 minutos de Izeda. E eu escutei aquela aluna que veio aqui, que acho que era Catarina, do 12º ano que falou sobre a questão dos transportes. É que os miúdos de Morais levam uma hora a chegar a Macedo, e se forem para Izeda são 10 minutos. Os pais querem reunir comigo, não sei se o Município está fazer alguma coisa, nós estamos em combate com uma potência muito grande que é a Bragança e temos de ter muito cuidado com isso. Alerto para que vejam essa situação, porque a escola de Morais tem 18 alunos, são todos daquela zona, e serão menos de 18 que vêm para Macedo, acho que não é benéfico. -----

Na última Assembleia aqui, o Sr. Presidente disse que o processo das competências para as freguesias não foi para a frente, porque o processo estava mal feito e estava mal gerido. Já temos data para fazer o processo, vamos dar encaminhamento ao processo, as juntas vão ser compensadas, não vão ser compensadas, em que pé é que estamos? Fica este pedido também. -----

Em relação à Feira da Caça, é tudo muito bonito, só que o João Nuno tocou aqui num assunto muito importante. E preocupa-me, porque ninguém olha para as Freguesias, e o dia em que as freguesias, porque por acaso eu sou o dirigente de uma Associação de Caça, esquecerem que a Feira não pode fazer qualquer montaria nas nossas aldeias, não sei o que será da Feira da Caça de Macedo.” -----

BEATRIZ ISABEL MATA PIRES (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Venho hoje a esta Assembleia Municipal abordar um tema que, sendo muitas vezes tratado como



secundário, é na verdade estrutural para a formação das nossas crianças. As atividades de enriquecimento curricular, as AECs. Antes de mais, importa a referir que a minha experiência como docente das AECs permite-me conhecer esta realidade com proximidade, mas a intervenção que aqui faço é enquanto Deputada Municipal no exercício legítimo das minhas funções. Atualmente, os nossos alunos do primeiro ciclo beneficiam de áreas como música, inglês, literacia digital, expressão plástica e expressão corporal, todas elas áreas fundamentais para o desenvolvimento das crianças. As AECs foram criadas com um propósito claro, complementar a formação dos alunos do primeiro ciclo, promovendo o desenvolvimento artístico, tecnológico, desportivo e linguístico. No entanto, ao longo dos anos, temos assistido a uma progressiva descridibilização destas atividades. Aquilo que deveria ser um espaço de descoberta, criatividade e motivação transformou-se demasiadas vezes numa resposta meramente administrativa às necessidades do prolongamento do horário escolar. Os profissionais que asseguram as AECs enfrentam com frequência dificuldades significativas. Nem sempre têm acesso aos materiais necessários para desenvolver um trabalho de qualidade, nem sempre dispõem de salas adequadas, de equipamentos funcionais ou de condições logísticas que permitam implementar atividades diferenciadas, pedagógica e tecnicamente consistentes. E esta realidade compromete não apenas o desempenho profissional dos docentes, mas também a qualidade da experiência educativa proporcionada às crianças. Acresce que estas atividades decorrem ao final de dia, quando os alunos apresentam sinais naturais de cansaço. Exigir-lhes concentração, energia e entusiasmo é, muitas vezes, pedir o impossível. Se a isto juntarmos a falta de condições adequadas, estamos a criar um contexto que contribui para a desmotivação, tanto dos alunos como dos professores. Importa sublinhar que a desmotivação dos docentes das AEC's não é apenas uma questão individual, é um problema estrutural. Quando um profissional não dispõe de recursos, reconhecimento ou estabilidade, a sua capacidade de inovar, planear e envolver os alunos fica inevitavelmente comprometida. E quando os alunos percebem esta fragilidade, a qualidade do processo educativo também sofre. Não podemos continuar a olhar para as AEC's como um complemento menor. Elas são parte integrante do percurso escolar das nossas crianças, são muitas vezes, o primeiro contacto com áreas que podem moldar o seu futuro, são espaços onde talentos podem ser descobertos e vocações despertadas. Importa ainda referir que os professores das AEC's já reuniram com a Chefe da Divisão de Educação, a Prof. Rita



Bento, e com a Sr.^a Vereadora Clementina Gemelgo, tendo exposto estas preocupações e dificuldades. Perante este cenário, coloco ao atual Executivo as seguintes questões. Que medidas pretende implementar para garantir melhores condições materiais e pedagógicas nas AEC's? Existe um plano de melhoria? E se está prevista alguma estratégia para valorizar e motivar os profissionais das AEC's? Finalizo reiterando que as AEC's não podem ser tratadas como um mero prolongamento do horário escolar. São parte integrante da formação das nossas crianças e devem ser assumidas com responsabilidade e compromisso." -----

EMANUEL DE JESUS PINTO NASCIMENTO (PS) - Fez a seguinte intervenção:

"Venho apresentar um conjunto de questões e preocupações que resultam do contato direto com as populações e da identificação de problemas concretos que afetam o dia-a-dia dos cidadãos, a segurança, a qualidade de vida e a valorização do património local. Trata-se de matérias que, pela sua relevância, exigem esclarecimento e, sobretudo, uma resposta eficaz por parte deste Município. -----

Em primeiro lugar, questiono aqui o estado de conservação dos Fornos da Telha de Salselas, que fazem parte integrante do Território do Geoparque. Neste caso, gostaria de questionar qual é a estratégia do Município para a conservação dos antigos Fornos da Telha existentes na aldeia de Salselas, que se encontram atualmente em avançado estado de degradação, trata-se do património histórico, identitário da freguesia com relevante potencial cultural e turístico, cuja perda seria irreparável. Portanto, questiono aqui se existe algum levantamento técnico já realizado, se está algo previsto para algum projeto de reabilitação ou se há alguma candidatura, financiamento designadamente a fundos comunitários para a salvaguarda destes equipamentos e destes interesses. -----

Em segundo lugar, venho aqui falar, mais uma vez, da estrada de Salselas para Valdrez, que é uma estrada municipal que liga Salselas a Valdrez e recorro que a sua requalificação foi anunciada durante a campanha eleitoral. No entanto, a via apresenta atualmente um estado muito degradado, friso muito degradado, devido também às intempéries, contabilizando-se dezenas de buracos, cerca de 48, o que compromete seriamente a segurança rodoviária e a mobilidade dos residentes. Por isso, questiono para quando está efetivamente prevista a intervenção nesta estrada e se já existe algum calendário definido. -----

Outro ponto que quero aqui partilhar é relativamente à Iluminação da Barragem do Azibo. No dia 29 de dezembro tive a possibilidade de abordar este tema e a mesma

7/7
Lsf.
[Signature]



iluminação continua por repor há bastante tempo, afetando a segurança, o espaço público, a imagem turística de um dos principais cartões-de-visita do concelho. Neste sentido, questiono qual o ponto de situação desse processo e quando se prevê a reposição integral de iluminação. -----

Partilho também uma situação, aliás, tudo o que estou aqui a falar já foi tudo devidamente encaminhado para o município, por isso terão conhecimento, o desabamento das terras junto à estrada municipal em Salselas, existiu devido às intempéries, que constitui um risco evidente para a circulação rodoviária e para as populações. Neste sentido, questiono se já foi realizada alguma avaliação técnica da estabilidade do talude, qual a solução prevista para resolver definitivamente o problema e qual o prazo estimado para esta intervenção. -----

Relativamente à aldeia de Limãos, já foi também solicitado a colocação de lombas redutoras de velocidade e mecos, que tem sido uma reivindicação antiga da população devido ao excesso de velocidade praticado no interior da localidade que serve aqui também os nossos colegas autarcas, nomeadamente Lagoa, Morais, Talhinhos, Castro Roupal. Para quando está prevista a instalação destes equipamentos da acalmia de tráfego? O Município já possui algum estudo técnico realizado e se já foram solicitadas autorizações às entidades competentes. Ainda também na aldeia de Limãos, quero reforçar aqui o pedido de apoio para a intervenção no Adro da Igreja de Limãos uma vez que, segundo informação anteriormente prestada, esta obra estaria complementada no empréstimo municipal aprovado. Desta forma, também quero aqui questionar se a intervenção mantém enquadramento financeiro e para quando está previsto a intervenção. -----

Por último ponto, já falei disto numa reunião com o Sr. Presidente, logo no início, que tem a ver com a aplicação à plataforma participativa. O Executivo da Junta de Freguesia tem recorrido por diversas vezes à plataforma municipal participativa para sinalizar problemas existentes na nossa Freguesia, contudo após a submissão das ocorrências não é disponibilizado qualquer feedback oficial sobre o estado dos pedidos nem sobre a sua eventual resolução. Esta situação gera frustração junto dos nossos fregueses e descredibiliza um instrumento que deveria promover a participação cívica e a proximidade entre o Município e a população. Assim proponho a criação de um circuito de acompanhamento na própria aplicação, a possibilidade de consulta do estado de ocorrências, como por exemplo, recebida, em análise, em



execução ou até concluída, e a indicação de prazos previsíveis de resolução.” -----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) - Que fez a seguinte intervenção: “Uso da palavra porque acredito que a política, acima de qualquer ideologia, deve servir o interesse público e garantir a segurança de quem nos elegeu. O que hoje se verifica na Avenida Ilha do Sal e na Rotunda da GNR é infelizmente um exemplo claro de como não deve ser gerido o dinheiro dos contribuintes. Não tenhamos receio das palavras, esta obra foi marcada pela pressa e por evidente calculismo político do anterior Executivo. Foi executada à última hora, em período pré-eleitoral, o resultado está à vista, uma intervenção incompleta e com evidentes problemas de construção. O atual Executivo optou por abrir a via para evitar maiores constrangimentos à circulação, contudo o que hoje encontramos no terreno é preocupante, pavimento degradado, que em vários pontos já se encontra a desfazer-se, buracos que danificam viaturas e colocam em risco a segurança rodoviária, ausência de sinalização horizontal e de passadeiras devidamente marcadas. Estamos a falar de pessoas que diariamente arriscam a sua segurança ao atravessar uma via que deveria representar progresso e não perigo. Importa reconhecer que as chuvas intensas poderão ter contribuído para alguns atrasos na execução da obra, no entanto, tal circunstância não justifica o estado em que a intervenção se encontra. Segundo a informação enviada a esta Assembleia, a obra consta como concluída, porém, uma obra sem sinalização horizontal, com pavimento degradado e com intervenções por finalizar, não pode em consciência ser considerada concluída. Se administrativamente está encerrada, estamos então perante um problema sério de fiscalização e de rigor técnico. Declarar como concluída uma obra que na prática não o está, é desrespeitar os munícipes e é comprometer a transparência que deve orientar a gestão pública. -----

Sr. Presidente da Câmara coloco por isso questões claras e Institucionais. Em que estado encontrou a fiscalização da obra quando tomou posse? Em que condições ocorreu, ou não, a receção provisória ou definitiva da obra? Estão a ser acionadas as garantias junto do Empreiteiro? Qual é o prazo concreto para a correção integral das anomalias? -----

Estas perguntas não têm natureza partidária, são legítimas, são necessárias. Mas o problema não se limita a esta intervenção. Hoje venho apresentar factos, não venho suavizar a realidade. Aquilo que se comenta nas ruas, nos cafés e nas redes sociais é claro. O estado degradado das nossas ruas, avenidas e arruamentos tem responsáveis políticos. Durante oito anos, o anterior Executivo do Partido Socialista

2/2
LFL
[Signature]



dispôs de maioria, de orçamentos, de meios técnicos e de tempo, o resultado é o que hoje conhecemos: uma rede viária marcada pela degradação, por remendos sucessivos e pela ausência do planeamento estrutural. A cidade está esburacada, a cidade está remendada, a cidade está mal planeada, e o problema não se circunscreve ao Centro Urbano. Também as estradas de ligação às nossas aldeias e muitos arruamentos no interior do concelho se encontram em diversos casos em estado deplorável. Há populações que sentem diariamente que ficaram para trás, com pavimentos degradados, buracos constantes e ausência de manutenção adequada. Isto não aconteceu por acaso. Não se exigem milagres em quatro meses, mas a situação atual é consequência de anos de decisões erradas. Privilegiaram-se inaugurações em detrimento da manutenção, optou-se pela política dos tapa-buracos em vez de soluções estruturais e duradouras. As nossas vias transformaram-se numa verdadeira manta de retalhos e o resultado está à vista. Cidadãos a suportarem custos com pneus e suspensões, comerciantes prejudicados, peões sem condições adequadas de segurança, aldeias esquecidas, onde a intervenção só ocorria quando havia maior visibilidade ou interesse político. O essencial, a base física da cidade e das nossas aldeias, foi tratado como secundário, a responsabilidade política existe e deve ser assumida. Só com verdade se constrói confiança. Os munícipes não querem discursos técnicos nem palavras bonitas, querem estradas seguras, querem obras bem-feitas, querem respeito. Este Executivo encontrou problemas, isso é evidente, mas os cidadãos esperam soluções. O nosso concelho precisa de mais rigor, mais fiscalização e mais ação concreta. Estamos aqui para exigir rigor, fiscalização, responsabilidade. Porque governar não é inaugurar. Governar é cuidar. E durante demasiado tempo ninguém cuidou das nossas estradas." -----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) - Fez a seguinte intervenção: "Antes de mais começo pela intervenção do Deputado Sérgio Lameiras e pergunto ao Sr. Presidente e ao seu Executivo quem é que fez esta obra, ou seja, este tal alcatroamento da Avenida Ilha do Sal? -----

Queria dar os parabéns ao Executivo, nomeadamente na pessoa do seu assistente o João Chumbo. Tive oportunidade de falar com ele na Feira da Caça onde tivemos uma conversa cordial relativamente a esta questão das transmissões da Assembleia Municipal e foi acatada e bem, foi uma boa decisão fazer esta transmissão. Relativamente ao que nós vimos aqui anteriormente tivemos aqui os jovens neste



n/n
unh
[Signature]

projeto da Assembleia Jovem em que o Dr. Camilo já foi bastante elogiado, não vou estar a elogiar mais, mas dou parabéns também à Sra. Presidente Maria José por dar seguimento a este projeto e de facto, tenho a dizer que nós só combatemos populismos e a forma mais eficaz a “vacina” contra os radicalismos é a Educação. E portanto temos aqui um excelente exemplo os nossos meninos que nos estão a ouvir lá em casa, que têm orgulho da terra de onde provém, nós temos três selos Unesco somos uma terra que nos orgulha a todos de pertencer, e portanto tenham orgulho. Eu tenho orgulho particular de uma aluna minha que aqui esteve hoje, do PIEF, se não sabem é o Programa Integrado de Educação e Formação, é a minha direção de turma são alunos que diariamente me “dão o cabo da cabeça”, mas é um orgulho muito grande ter aqui pela primeira vez uma representante do PIEF que é uma formação alternativa e que aqui veio e que aqui está, pela primeira vez neste projeto da Assembleia Jovem, congratulo-me com isto. -----

Para terminar dizer que nós também tínhamos uma palavra a dizer do Padre Pedro mas antecipou-se a Senhora Deputada Daniela, que espero que não me leva mal, e já lhe fiz chegar as minhas antecipadas desculpas, mas como aconteceu antecipadamente outra vez na primeira reunião da Assembleia que tivemos aqui com o Sr. Deputado e Líder da bancada Cláudio Trovisco falou connosco previamente e deveria ser conjunta esta nota de pesar que também é do nosso Grupo Parlamentar.” -

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal neste momento disse “Sr. Deputado com certeza que esta nota de pesar é conjunta porque nós temos que nos unir tanto nas horas difíceis como nas horas de alegria mas neste momento é uma hora de dor e tenho a certeza absoluta que todas as bancadas com assento nesta Assembleia Municipal estão todos unidos nesta tristeza da perda do Padre Pedro.” -----

PAULA CRISTINA FERREIRA MARTINS (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da Câmara a abordagem que hoje ia fazer, ou seja o assunto que hoje aqui me traz é em relação à Avenida Ilha do Sal. E, faço aqui das palavras do Deputado Sérgio Lameiras as minhas: Vou falar da intervenção feita na Avenida Ilha do Sal, Avenida onde eu resido que quase me atrevo a dizer que está em pior estado agora do que antes das obras que foram realizadas há apenas seis meses, obras essas iniciadas o mês antes das últimas eleições. A degradação da via é notória todos os dias aparece uma nova fissura no pavimento, e estamos a falar de uma intervenção recente promovida pelo anterior Executivo, que representou um investimento avultado



do orçamento municipal e que deveria traduzir-se numa melhoria duradoura para a nossa cidade. O que vemos no terreno é infelizmente o oposto do que foi prometido uma obra que se degrada ao fim de meio ano é um sinal claro que a obra não foi condignamente realizada, não esquecendo que estamos a falar de um projeto que consumiu recursos importantes do orçamento municipal, logo essa falha torna-se ainda mais grave. Usar dinheiro público exige não apenas execução mas qualidade, controlo e responsabilidade. Primeiro temos uma obra onde se gastou dinheiro público e ficou em más condições e depois teremos gastos pela sua reparação o que torna legítimo perguntar se no momento da realização da obra existiu o nível de exigência que a boa gestão pública impõe. Mas o mais preocupante acontece na rotunda da GNR quando chove os carros que estão parados a aguardar a entrada na rotunda, é-lhes projetada água e pedras pelos veículos que aí vão circulando aliás, o que já me aconteceu a mim. -----

Quero também referir aqui o problema que afeta as garagens dos prédios, sitos na mesma avenida. Também em relação a estes os problemas que existiam antes das obras continuam a persistir, ou seja, basta chover um dia para verem as suas garagens completamente inundadas, exatamente como acontecia antes das obras ou seja, fez-se uma obra para resolver um problema mas o problema continua lá não podemos ignorar o calendário a obra começou um mês antes das eleições, e aquilo que devia ser eficaz deixou de o ser para ser apenas pressa, pressa para mostrar trabalho e a pressa como todos nós sabemos é a maior inimiga da perfeição. Hoje temos na avenida Ilha do Sal um piso degradado ao fim de seis meses um sistema de drenagem mal feito moradores exatamente com os mesmos ou mais problemas que tinham antigamente. -----

Sr. Presidente da Câmara importa esclarecer esta Assembleia e sobretudo a população se quando tomou posse, estando esta obra já quase concluída se tomou ou tem conhecimento se foi feita uma fiscalização técnica rigorosa durante a execução da obra, e também quem suportará os custos das reparações necessárias nesta avenida situações como estas obrigam-nos a refletir sobre a forma como algumas intervenções foram planeadas e executadas pelo anterior Executivo, o nosso concelho não pode herdar obras que rapidamente se transformem em novos encargos para os contribuintes. Os munícipes não pedem obras perfeitas pedem obras duradouras, precisamos de mais rigor mais fiscalização e mais responsabilidade, porque cada falha



numa obra pública é uma falha no compromisso com quem nos elegeu.” -----

LUÍS CARLOS VEIGAS LINO (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “A 28.^a Feira da Caça e a 30.^a Festa dos Caçadores do Norte confirmaram mais uma vez que este é um dos maiores ativos estratégicos do nosso concelho. Enquanto oposição não temos qualquer dificuldade em reconhecer o que é bem feito, esta edição trouxe melhorias visíveis na organização na decoração do recinto e na tenda dos DJs, o que na minha opinião valorizou claramente a imagem do evento, mas reconhecer mérito não impede de exigir mais. Se a Feira da Caça de Macedo de Cavaleiros é estratégica para a economia local então deve ser pensada com ainda mais ambição, por isso esperamos que o trabalho para a próxima Edição já esteja a decorrer como planeamento visão e capacidade de inovação. Relativamente a esta Edição deixo algumas sugestões construtivas: a prova de trail de jipes e motos realizada no Parque de Exposições teve grande adesão do público, precisamente por isso deve haver um reforço claro nas condições de segurança para quem assiste à prova, um incidente seria suficiente para manchar o nome da Feira e colocar em causa todo o trabalho desenvolvido até aqui, o sucesso da nova tenda demonstra o crescimento da Feira, talvez seja o momento de discutir uma tenda de maior dimensão e até a sua localização, garantindo melhores condições de segurança, circulação e conforto para todos os visitantes. ----- Gostaria ainda sugerir a inclusão da Rota do Corso na Programação da Feira. O Executivo anterior investiu cerca de 50 mil euros num percurso homologado que passa pelo Cercado do Corso e a Construção do Miradouro o que permite observar os animais no seu habitat natural. Parece-me que faz todo o sentido integrar e valorizar esse investimento potenciando como ainda mais um atrativo diferenciador do evento. A Feira da Caça deve-nos unir naquilo que realmente importa, o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros quando está em causa o futuro do concelho não há Partidos. Há ideias, há responsabilidade e há ambição para levar a nossa terra ainda mais longe, porque acima de qualquer diferença está o compromisso maior, honrar a nossa história servir a nossa gente e construir o futuro do concelho de Macedo de Cavaleiros.” -----

LUÍS PEDRO MORAIS DIAS (PSD) – No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Foi recentemente tornada pública uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, relativa a uma Ação intentada por um Grupo de Cidadãos que declarou ilegal, o Licenciamento de um Edifício Comercial na Rua Camilo Castelo Branco.



Trata-se de um ato praticado no final do ano de 2020, circunstância que considero que importa aqui recordar com objetividade, sobretudo porque ainda numa das últimas Assembleias Municipais ouvimos aqui referências à herança deixada. Esta é infelizmente uma herança que o atual Executivo recebeu, com potenciais implicações jurídicas e financeiras para o Município. -----

Durante largos anos ouvimos falar da intenção de alargamento da Rua Camilo Castelo Branco, entre demolições e investimentos públicos avultados, muitas vezes foi manifestada a necessidade de qualificar aquela entrada da cidade e no entanto, quando surgiu a oportunidade de consolidar essa visão com identidade urbanística optou-se por uma decisão que o Tribunal veio considerar agora ilegal. -----

Neste sentido gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente, qual é neste momento o ponto de situação de todo este processo? Existe risco de responsabilidade financeira para o Município de Macedo de Cavaleiros? De que modo pode este processo afetar a sustentabilidade deste mandato? E claro se estão a ser adotadas medidas para salvaguardar o interesse municipal e evitar que situações como esta se repitam no futuro? Não se trata de promover qualquer combate político mas sim de garantir transparência, segurança jurídica e a defesa do interesse público porque no fundo é esse o papel desta Assembleia.” -----

RUFINO XAVIER LOPES (PS) - Fez a seguinte intervenção: “O Entrudo Chocalheiro voltou a dar vida ao berço dos Caretos de Podence, reunindo milhares de visitantes em quatro dias de tradição, folia, gastronomia e animação, consolidando-se como um dos eventos mais emblemáticos da região. Símbolo maior da identidade local, os Caretos voltaram a percorrer as ruas da nossa aldeia numa manifestação cultural reconhecida além-fronteiras distinguida como Património Cultural e Imaterial da Humanidade pela Unesco. -----

O Executivo da Junta de Freguesia, e eu aqui vou falar sempre em nome do Executivo, porque ao meu lado estiveram duas pessoas incansáveis a trabalhar comigo, que foi o Nelson e a Sofia foram incansáveis, para que o Carnaval corresse como correu. Por isso, queremos agradecer primeiramente à Assembleia Municipal, principalmente à sua Presidente pela presença que teve no evento nomeadamente nas exposições e nas apresentações dos livros. O apoio da Câmara Municipal de Macedo Cavaleiros, nomeadamente ao Sr. Presidente e aos restantes Vereadores aos



11/9
LSD.
[Signature]

membros dos Gabinetes de Apoio à Vereação e à Presidência pela sua presença e pelo seu permanente apoio. Agradecemos também o empenho da Associação do Grupo dos Caretos de Podence. Estendemos a nossa gratidão à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Macedo Cavaleiros, à GNR do Posto Territorial de Macedo Cavaleiros, à Proteção Civil Municipal de Macedo Cavaleiros, bem como a todas as equipas de segurança, logística, organização e divulgação privadas, cujo contributo foi essencial para o sucesso de mais uma Edição. Agradecemos igualmente a participação das tabernas/expositores, que contribuíram mais uma vez para a dinamização gastronómica e económica do evento. Adicionalmente, salientamos a valiosa presença da Comunicação Social, que desempenha um papel crucial na divulgação do Entrudo Chocalheiro e da nossa tradição, reconhecendo a grandeza do evento e a dedicação de toda a organização. Neste ponto, a Junta de Freguesia lamenta que a Rádio Onda Livre, sendo o principal órgão de comunicação social, se tenha esquecido que Podence tinha uma Junta de Freguesia. Deixamos ainda um agradecimento especial a todas as pessoas que ao serviço da Junta de Freguesia e aos funcionários da Câmara Municipal trabalharem incansavelmente na preparação e realização do evento. Em jeito de conclusão final e tendo em vista que é a primeira Edição em que o Executivo da Junta e o Executivo Municipal participam, na nossa opinião, este evento já atingiu uma dimensão que não se coaduna com as constantes incertezas de anos anteriores, tais como a autorização para a instalação de tenda e de autorização de empréstimos de terrenos para estacionamento. As dimensões do evento carecem de uma preparação atempada e sem os sobressaltos dos anos anteriores, por isso, mostramos a nossa total disponibilidade para, lado a lado, com a Câmara Municipal e a Associação de Caretos de Podence, trabalharmos para que o evento cresça ainda mais. Em jeito de balanço, pedimos que nos façam chegar as vossas opiniões sobre o evento, só com elas podemos crescer. A vossa opinião sobre o nosso trabalho o que correu melhor e o que correu menos bem. Por fim, expressamos a nossa profunda gratidão aos Caretos de Podence e à Comunidade de Podence. Juntos, continuaremos a preservar e a valorizar as nossas tradições.” -----

VALDEMAR DA CRUZ SALSELAS (PSD) – Usando da palavra fez a seguinte intervenção: “Começo por dar aqui uma palavra aos jovens de agradecimento especial porque estiverem aqui nesta Assembleia e demonstraram o seu valor e o futuro é com os jovens. -----



O que me traz aqui é uma questão sobre a Albufeira do Azibo. Como nós sabemos, é uma das maravilhas do concelho, tanto a nível económico como de beleza natural. E visto de cima, é de cortar a respiração. Nos últimos dias e semanas, tem vindo a público, através dos meios de comunicação social locais, algumas notícias e alguma consequente preocupação relativamente à Revogação do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo, que teve lugar no Conselho de Ministros no passado dia 22 de janeiro. Quero questionar o Executivo se esta revogação põe, de facto, em causa a proteção da Albufeira do Azibo.” -----

NATÁLIA DA GRAÇA DA COSTA CARRAZEDO (PSD) - Que fez a seguinte intervenção: “É a primeira vez que uso da palavra na Assembleia Municipal e começo por deixar hoje uma palavra de reconhecimento que considero justa e necessária. Durante cerca de um ano numa das nossas aldeias da nossa União de Freguesias, Murçós, passo a citar, enfrentou-se um problema persistente na rede de abastecimento de água em determinada zona da aldeia. Foi uma situação que nos preocupou profundamente, houve várias deslocações ao terreno, várias tentativas de encontrar soluções. A situação foi analisada, acompanhada e debatida, mas infelizmente o problema arrastou-se no tempo, com impacto direto na qualidade de vida da nossa população. Enquanto membro de Junta, nunca deixei de insistir porque quem está no território sente diariamente as dificuldades das pessoas, e quero por isso reconhecer que com a entrada do novo Executivo Municipal, houve uma abordagem célere, objetiva e eficaz. Num curto espaço de tempo o problema foi resolvido, e quando um problema que dura um ano, se resolve em poucas semanas, isso deve ser assinalado. Não trago esta questão para estabelecer comparações políticas, mas para valorizar a capacidade de decisão, a prioridade dada à resolução concreta dos problemas e as respostas às necessidades reais das populações. Quando as instituições funcionam com proximidade e determinação, os resultados aparecem e quem ganha são os cidadãos. Fica por isso o meu agradecimento ao atual Executivo pela atenção, pela disponibilidade e pela eficácia demonstrada na resolução desta situação. É este o espírito de cooperação e de foco na solução que devemos cultivar. Em segundo lugar, gostaria de colocar uma questão ao Executivo relativamente à recente alteração do sítio onde funcionava e funciona o Conservatório da Música no Edifício do SIDUP. Gostaria de compreender quais os motivos desta



alteração e quais os impactos previstos. Fico a aguardar esclarecimentos.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Srs. Deputados Municipais e disse: “Começo então pelo Deputado Cláudio Trovisco e, em relação ao Plano de Prevenção e de Reação, dizer-lhe que tomamos nota, e que esta questão será sempre tratada em coordenação com o Coordenador da Proteção Civil, com os Bombeiros Voluntários, com a GNR e também com os Presidentes de Junta, que têm um papel fulcral e muito importante para a proximidade com as populações, e aqui a questão do reforço dos Meios de Proteção Civil, este reforço é obviamente uma prioridade para este Executivo, sendo que esta última tragédia ocorrida no país é um exemplo dessa mesma necessidade. E eu recordo também não só esta, mas também a do apagão que não deixa de nos preocupar também, e por isso, mesmo a nível de recursos humanos, afetaram-se mais dois trabalhadores do Município ao Serviço da Proteção Civil, um Operacional e uma Psicóloga com formação na área de primeiros socorros, no sentido do reforço do “capital humano” disponível, para assim acorrer as ocorrências que estejam no âmbito da Proteção Civil Municipal. Dizer que este reforço será, obviamente, acompanhado de equipamentos e meios de trabalho, ainda a definir, estando o Executivo a fazer o levantamento das necessidades mais prementes do serviço, para que em articulação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntárias, como eu disse, a Proteção Civil e os Presidentes Junta, se assegure sempre, em qualquer emergência, uma resposta rápida e articulada. -----

Respondendo ao Deputado Manuel Mico, em relação aos Projetos de Reabilitação das Igrejas, de Lamalonga e Vilarinho de Agrochão, dizer que está em fase de projeto e que temos a noção da necessidade e das responsabilidades dessa requalificação. Não temos conhecimento de que haja qualquer candidatura submetida, pelo menos no relatório que tenho do setor das candidaturas, nada consta pelo que estarão em fase de Projeto. Em relação ao Primeiro Direito, de salientar que temos a Reabilitação de frações de 32 fogos no Bairro da Alegria, quanto aos programas de intervenção em Habitações, temos oito candidaturas em fase de execução e cinco de procedimentos de concurso com extrema dificuldade, que é o que infelizmente está a acontecer, em encontrar empreiteiros com alvarás de obras públicas. -----

Em relação aos eventos da Feira da Caça, obviamente que não posso, em relação à mesma, como o Sr. Deputado Manuel Mico referenciou, deixar de dar os parabéns a

2/2
WJL
[Signature]



todos os envolvidos na Organização da Feira da Caça, ressaltando o esforço e a dedicação de todos os funcionários. Como não poderei deixar de lembrar que este Executivo conseguiu fazer ainda antes da Feira da Caça o Bô Natal, fazendo de novo do Natal um evento marcante para Macedo Cavaleiros, coisa que no ano da tomada de posse do anterior Executivo, se bem se lembram, não conseguiram organizar, dando a desculpa de falta de tempo e que em dois meses não era possível organizar o Natal à data. Não deixa de ser insólito que em 2018 não tivesse havido Cidade Natal em Macedo Cavaleiros, porque o Executivo em dois meses não o conseguiu organizar, dizendo o agora Vereador Benjamim Rodrigues o seguinte, na Assembleia Municipal de Dezembro, se bem se recordam. *“Em suma, no que era possível fazer, no pouco e escasso tempo que havia para executar, foi feito um excelente serviço, aproveitando esta oportunidade para agradecer a todos os funcionários que foram intranscendíveis nos seus esforços, tendo resultado um excelente trabalho”*. Trabalho que se cingiu, se bem se recordam, à iluminação, tendo a Câmara Municipal dado bilhetes para as crianças, na altura, irem à pista de gelo em Bragança. Contrariamente a este ano, o Bô Natal foi um sucesso, como o sucesso foi a Feira da Caça, organizada também em tempo recorde, mas conseguimos. Portanto, para todos quantos nos tentam menorizar com a tal ideia das festas e festinhas, dizer-lhes que ao menos conseguimos organizar e, acima de tudo, melhorar o que o anterior Executivo não conseguiu fazer em oito anos. Em relação à representatividade do Município e, estando preocupado o Sr. Deputado Manuel Mico, e notou-se a sua preocupação aqui em cima, da não eleição para nenhum Órgão não inferioriza nem menoriza a defesa dos interesses de Macedo nessas Instituições. E só para lhe lembrar que a Comissão da CIM responsável pela Proteção Civil, o Presidente sou eu, a vogal do Conselho Geral da ANAM é a Presidente da Assembleia, às vezes falamos sem saber, mas tudo bem, estamos aqui para dar essas essas informações. -----

Passando para o Deputado João Pires que falou também da caça, dizer que tomamos em conta obviamente todas essas sugestões e o trabalhar com as Associações e as Confederações de Caçadores e mesmo o ICNF, obviamente que é fulcral e determinante para melhorarmos não só esse Certame como todos os Certames, neste caso Cinegéticos. E eu até pedia se calhar que nos fizesse chegar as propostas para serem analisadas e obviamente serem tidas em conta. -----

Em relação à questão do desfile do Carnaval, que colocou o Sr. Deputado Mico do final do Carnaval, sem qualquer continuação, foi opção deste Executivo por uma



m/m
cel
[Signature]

questão de contenção até não sei se recordam à data pelo estado de calamidade e não só, também porque nessa semana anterior o tempo não foi o melhor e decidimos estar até à última hora para ver se realmente conseguimos executar o desfile, obviamente que os procedimentos legais para a contratação de DJs ou seja o que for para a animação obviamente teriam de ter sido feitos com antecedência e optamos por não o fazer, obviamente que foi uma aposta foi uma aposta ganha porque realmente trouxe um grande desfile, trouxe muita gente à Cidade, mas foi uma aposta “perdida” na parte da animação posterior, mas que vamos ter em conta obviamente para melhorar para o próximo ano. -----

Em relação às questões da Sr.^a Deputada Elisabete Alves pedia depois à Vereadora responsável pela Educação para dar a resposta à Sr.^a Deputada. -----

Relativamente ao Deputado Alfredo Fernandes no que diz respeito ao desfile penso que essa resposta está respondida e quanto à questão dos doentes não urgentes, falou na questão da verba, essa verba destina-se a um apoio complementar a regulamentar no que diz respeito ao transporte não urgente de doentes e repito, apoio complementar ao regime próprio do SNS, porque esta matéria não é competência exclusiva do Serviço Nacional de Saúde é competência do Município também no que diz respeito à promoção da saúde e ao apoio de grupos vulneráveis. O SNS tem um regime próprio para o transporte de doentes não urgentes só assegura o transporte quando estão cumulativamente verificados os critérios clínicos e económicos e há pessoas que não sendo consideradas, insuficientemente económicas, nos termos estritos da Lei Nacional, vivem na prática com enormes dificuldades para suportar estas despesas. Pergunto: ignoramos estas pessoas porque ultrapassam um limiar técnico definido numa portaria dizemos que o problema é do SNS e ficamos confortáveis com a resposta ou assumimos enquanto Autarcas a responsabilidade de olhar para a realidade concreta do nosso território? Somos um concelho como vocês bem sabem do interior temos distâncias bastante significativas para hospitais de referência e temos uma população envelhecida. O legislador nacional cria um regime geral mas a realidade local é mais complexa obviamente do que um critério administrativo e é aqui que o Município intervém não na área clínica não na definição da política da saúde nacional mas na área social. E a Lei das Autarquias é clara, temos competências próprias em Ação Social, Coesão Territorial e promessa da qualidade de vida e não estamos e eu repito a substituir o SNS estamos a preencher um vazio, podemos dizer social, que o regime nacional por definição não cobre, aliás se aceitássemos o argumento de que tudo o que toca à saúde é exclusivamente da



competência do SNS então o Município também não poderia apoiar medicamentos, financiar equipamentos de apoio, criar programas de envelhecimento ativo ou mesmo desenvolver projetos de proximidade social e todos sabemos que isso não é verdade. O que aqui está em causa caro Deputado não é disputa de competências é uma escolha política com responsabilidade e com responsabilidade social neste caso, isto é, assumir que a proximidade autárquica serve para resolver problemas concretos e digo mais a pior forma de responsabilização política será, e é escondermos atrás de uma Portaria. Nós fomos eleitos para governar o território real não para citar limites administrativos onde termina a cobertura do Estado Central pode e deve começar a resposta solidária do Poder Local. O Município não pretende obviamente substituir-se ao SNS mas pode e deve complementar estas falhas do SNS. -----

Quanto à intervenção da Deputada Daniela Rebelo dizer mais uma vez que tomamos em conta os projetos e mais uma vez também pediria que nos fizessem chegar as vossas sugestões para melhor podermos discuti-las e podermos ver o que se pode fazer em relação a essas propostas. -----

Ao Deputado Municipal Ramiro Valadar em relação à sua intervenção no que concerne aos buracos de água e permita-me a expressão *meteu muita água*. Nós reconhecemos que o problema dos buracos na via pública e atenção que não é só em Morais tal como das fugas de água, é uma realidade que se tem vindo a arrastar há vários anos causando transtornos a toda a população, prejuízos materiais e riscos para a segurança rodoviária e trata-se de uma situação que exige uma resposta mais eficaz e estruturada por parte do Município. Nesse sentido está a ser criado um Gabinete de Intervenção Rápida dedicado exclusivamente à identificação e à resolução célere destas ocorrências. Aliás, ainda agora ouvimos aqui a Deputada Natália relativamente à questão de Murçós. Obviamente que o nosso concelho é bastante vasto e tentamos chegar a todos mas nunca o conseguimos fazer como realmente o desejaríamos e com a velocidade que o desejaríamos o objetivo é garantir arranjos rápidos e reduzir os impactos para os munícipes e assegurar uma manutenção mais eficiente e preventiva do espaço público. -----

Em relação a outra questão que o Deputado Ramiro Valadar colocou dizer que tenho aqui o despacho do Chefe de Divisão de 27/11/2025 que diz o seguinte: *contactei o Sr. Presidente da Junta de Morais para saber pormenores da intervenção solicitada tendo o mesmo referido tratar-se de uma reposição de cubos em vala efetuada pela Junta de Freguesia para instalação de conduta de água a morador não servido pela rede*



m/n
well
Apo

pública na mesma chamada informei o Sr. Presidente da Junta que não havia disponibilidade no imediato para efetuar a reposição pretendida, dado que a equipa de calceteiros está a trabalhar em Lamas e ficarem de férias no início de dezembro. O mesmo referiu que a Junta de Freguesia iria tratar de mandar efetuar a reposição.

Obviamente que a Junta de Freguesia não teria que fazer isso, assumo mas lembro só que esta Divisão aquando da nossa tomada de posse tinha 100 pendentes, à espera de andamento. Mas em relação à fatura e ao orçamento é uma questão de nos sentarmos e vermos a melhor resolução para o problema. -----

Em relação à Delegação de Competências, e isto serve para todos os Presidentes de Junta, que estão aqui presentes, dizer que as reivindicações das Juntas de Freguesia não estão esquecidas, e quando houver a entrega do Saldo de Gerência efetuaremos uma Revisão ao Orçamento para trazer a esta Assembleia em Abril tal como foi prometido na última Assembleia. Quanto às delegações de competências o processo está a ser reiniciado, sem indicações para qualquer verba da decisão do Orçamento que depende da Revisão do Orçamento do Estado que terá como prioridade, infelizmente, acorrer aos prejuízos da tragédia das temporadas pelo que não temos certeza nenhuma por parte da DGAL à data, mas não está esquecido. -----

Em relação à questão da Feira da Caça agradecer obviamente o esforço a todos os Presidentes de Junta, e a essas pessoas que estão nessas Associações e obviamente agradecer sempre às Juntas de Freguesia onde são realizadas as montarias, pois sem as montarias não haveria Feira da Caça, portanto deixo uma palavra de apreço e de agradecimento a todos. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Sérgio Lameiras no que concerne à Rotunda da GNR e à Avenida da Ilha do Sal e o mau estado da obra é verdade, e é de facto uma vergonha terem deixado a obra naquele estado sendo que já foram tomadas as providências para a correção do piso, já foi lá colocado inclusive alcatrão líquido mas de facto não resolveu o problema dado o excesso da chuva e da água. Agora é esperar pelo fim da época das chuvas para resolver a situação sendo que na próxima terça-feira se o tempo assim o permitir serão feitos os trabalhos de correção ao abrigo da garantia desta obra. Dizer que a receção da obra foi provisória e que esta obra corresponde a dois procedimentos: a primeira empreitada para a pavimentação da avenida mas devido a um erro de planeamento foi depois realizado um ajuste direto no valor de 15 mil euros para a inclusão dos ramais domiciliários de saneamento e respetivos sumidouros, que não foram contemplados na empreitada inicial por falha de planeamento sendo que essa situação não ficou salvaguardada.



Como disse e referi a empreitada encontra-se no prazo de garantia e como tal é para corrigir todos os defeitos da obra. E sobre esta questão respondendo já à Deputada Paula Martins dizer que quando nós entramos para a Câmara esta obra já estava iniciada e não estamos aqui a fugir às responsabilidades, obviamente que temos que assumir o que está mas só para dizer que à data que nós entramos esta obra já estava iniciada, já estava projetada e já estava a ser realizada. -----

Em relação ao Deputado Miguel Cabral primeiro agradeço as palavras de incentivo e de elogio, pois quando as críticas são proactivas estamos aqui todos para o mesmo. – Quanto à intervenção do Deputado Luís Lino sobre a Feira da Caça dizer que realmente foi feita com bastante ambição foi um bocado diferente daquilo que estávamos habituados. Obviamente foi uma aposta e melhorou-se sim, e tem razão quanto às situações de segurança quer no que toca à tenda noturna, que era incomportável manter a noite, onde era, no espaço anterior. Quanto ao trial teremos em consideração todas as sugestões porque de facto temos a mesma opinião e a mesma preocupação em fazer melhorar ainda mais este Certame e agradecemos também as palavras de incentivo tanto ao Deputado Miguel Cabral como ao Deputado Luís Lino. Em relação à sugestão da Rota do Corso dizer que esta vai continuar a ter o apoio deste Executivo, sempre para melhorar e ser proactivo na melhoria.-----

Relativamente à intervenção do Deputado Luís Pedro que falou aqui num contencioso nomeadamente do processo conhecido como Agropecuária Teixeira o ponto da situação, é o seguinte: está em causa a declaração de nulidade do despacho do senhor Presidente da Câmara feito com base no parecer Técnico dos Serviços nomeadamente o Técnico Superior e também com o parecer favorável da Chefe da Divisão de Ambiente e Gestão Territorial que aprovou a demolição/construção do edifício de cave e rés-do-chão e da emissão do respetivo Alvará de 2020 no dia 12 de novembro de 2025 foi proferida a sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela a dar razão aos autores e a confirmar a nulidade desse despacho e do alvará de licenciamento por violação do Plano de Urbanização de Macedo Cavaleiros. Portanto meus caros, segundo o Tribunal não foi respeitado o alinhamento existente o que não pomos em causa e sem tomar partido por nenhuma das partes porque não tenho conhecimento técnico para tal, mas há uma coisa que eu sei, os prejuízos económicos que a sentença pode trazer para o nosso Município nomeadamente indemnizações ao particular pela demolição e a adaptação para garantir o cumprimento do alinhamento, as perdas relacionadas com a atividade económica bem



n/3
Lup.
[Signature]

como a responsabilidade civil do Município que permitiu a construção naqueles termos que hoje existe, e estamos a falar de centenas e centenas de milhares de euros de prejuízo para o Município e por essa mesma razão para evitar uma indemnização milionária optamos por recorrer da sentença. A demolição da parte que não respeita o alinhamento e viola o Plano de Urbanização a concretizar-se, poderá prejudicar gravemente o interesse público municipal. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Rufino Lopes e eu quero deixar aqui um agradecimento pessoal não só do Executivo mas um agradecimento pessoal porque foram realmente alguns dias que passamos este Presidente de Junta sempre ativos e sempre em busca de que tudo corresse pelo melhor conjugaram-se vários fatores não só a questão do bom tempo não só a questão do terreno para a tenda e eu queria antes de continuar este agradecimento ao Rufino esclarecer também aqui as pessoas em relação à questão da tenda mas deixo desde já os parabéns ao Executivo da Junta da União de Freguesias de Podence e Santa Combinha, porque sou testemunha que foram incansáveis, bem como a Associação dos Caretos de Podence, todos colaboraram para que este evento tivesse o sucesso que teve e agradecemos a disponibilidade para trabalhar obviamente no futuro muitos parabéns. Penso que o sucesso foi inevitável e tinha aqui só um pequeno aparte antes de explicar a quem nos ouve lá em casa a questão da cedência dos terrenos porque eu acho que foi claro e nas redes sociais e eu tive pena e manifestei esse pesar e essa pena ao Presidente de Junta Rufino e também aqui deixo o agradecimento ao Vereador Benjamim Rodrigues que no dia em que deixou de ser Presidente entregou a Capa de Careto ao Município, e eu recordo que foi outra para a Associação dos Caretos que neste caso está com o Presidente da Associação, António Carneiro e deveria ser uma para o Presidente da Junta que tinha o ex-presidente e tive muita pena que o atual Presidente da Junta não pudesse vestir a Capa porque não foi entregue na Junta. Mas desde já dizer que esperamos que para o próximo ano consigamos estar todos de capa e a lutar para que o evento continue a ser um sucesso. -----

No que concerne à cedência dos terrenos de Podence dizer que de facto este ano pudemos instalar a tenda para os Expositores e para a realização dos espetáculos durante os 4 dias do Entrudo Chocalheiro em Podence, e lamento não ter sido antes mas foi o tempo em que conseguimos. Esta tenda e este poder de a instalar foi fruto de um acordo com o proprietário de uma das parcelas que no ano passado se opôs e impediu a colocação da mesma como vocês se devem ainda recordar, e este ano contrariamente após uma conversa e sentados à mesa apelando ao bom senso do



proprietário foi possível não tendo havido qualquer contrapartida e eu repito, não tendo havido qualquer contrapartida exigida pelo proprietário a não ser que deixasse o terreno nas condições que se encontrava anteriormente, coisa que se verificou e está ali o Presidente da Junta que o pode também testemunhar. -----

O processo da expropriação continua a correr posso vos dizer isso e a DGAL deu autorização para a tomada de Posse Administrativa pelo Município mas de facto aquando dos preparativos, ainda para este carnaval e da necessidade de entrar no terreno ainda decorria o prazo para essa oposição pelo que a tenda resulta não diretamente da Posse Administrativa ainda em curso, mas sim da boa vontade dos proprietários e obviamente que também quero deixar aqui um agradecimento aos proprietários por terem anuído na questão de podermos colocar a tenda no terreno. ----

No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Valdemar Salselas em relação ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo e fala-se muito da revogação deste Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo e convém, aqui neste local repor a verdade e demonstrar alguma desinformação, conveniente, como se o Executivo estivesse conivente com algum “crime ambiental” na Albufeira do Azibo porque não é nada disso. A revogação de determinados instrumentos especiais de Ordenamento como é este do Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo não é um ato isolado nem é uma decisão casuística dirigida a este território trata-se de uma linha política nacional que tem vindo a ser aplicada há vários anos com substituição de planos especiais antigos por instrumentos mais atuais. Desde 2017 que vários planos de ordenamento da orla costeira foram revogados e convertidos, em 2019, em 2021 e 2022 sucederam-se novas substituições e revogações formais aprovadas em Conselho de Ministros. Não me recordo e não houve então esse dramatismo tão seletivo. O que está aqui em causa é simples. Muitos destes planos foram elaborados há décadas com realidades territoriais completamente diferentes das atuais que criavam duplicações inclusive com o PDM, sobreposição de competências e bloqueios administrativos. Manter instrumentos desajustados apenas para efeitos simbólicos não protege o nosso território mas sim paralisa-o. A proteção ambiental não desaparece com a revogação de um plano especial, as áreas continuam sujeitas ao PDM, à REN e à RAN, ao regime de avaliação de impacto ambiental, às normas da APA e à legislação nacional aplicável na lei. O enquadramento legal mantém-se o que se elimina é a redundância burocrática. É curioso que os mesmos que hoje levantam dúvidas nunca tenham concluído o processo de revisão que se arrastou durante anos



Handwritten signature in blue ink.

e se o plano estava desatualizado porque é que não o atualizaram quando tiveram a responsabilidade governativa? Se era tão essencial porque é que ficou parado? A verdade, meus amigos, é que a política séria de ordenamento do território exige coerência, simplificação e responsabilidade institucional. O que não exige é um alarmismo político sempre que uma decisão não convém à narrativa da oposição. O território não precisa de ruído, precisa de decisões fundamentadas e juridicamente sólidas. -----

Quanto à intervenção da Deputada Municipal Natália Carrazedo em relação às fugas, de água dizer que é óbvio que gostávamos de conseguir resolvê-las todas, mas ainda bem que se conseguiu resolver a tempo. No que concerne à questão do Conservatório de Música, também deixo essa questão para a Sr.^a vereadora do Pelouro a Vice-presidente da Câmara. -----

Em relação à Deputada Municipal Beatriz Pires, deixo também as explicações para a Vice-presidente, uma vez que tem o Pelouro da Educação, e falará das AECs. -----

Quanto ao Deputado Municipal Emanuel Nascimento em relação às suas intervenções, e foram muitas, começo pelos os fornos da telha dizendo que estamos a fazer o levantamento e esperamos que o Aviso para uma possível Candidatura para a recuperação destes fornos. Em relação à questão da estrada de Valdrêz/Salselas aproveito para juntar toda a rede viária e dizer que apesar desta rede viária municipal ter sido discutida no âmbito da CCDRN a possibilidade de um acesso de financiamento comunitário para que esta rede viária municipal pudesse ser melhorada, não há nada de concreto até ao momento sobre aberturas de Avisos, que é o que nos interessa, obviamente. Mas convém esclarecer que os Programas Comunitários, nomeadamente no âmbito do Portugal 20/30, não financiam manutenção corrente nem simples pavimentações. A elegibilidade está limitada a intervenções enquadradas em estratégias de mobilidade sustentável, competitividade económica ou a regeneração urbana, o que exclui, infelizmente, grande parte das necessidades reais da nossa rede viária municipal do Concelho. Existe, assim, neste momento, uma limitação estrutural, ou seja, a Política Comunitária privilegia projetos com forte componente ambiental ou de mobilidade sustentável, o que significa que muitas estradas municipais, sobretudo em meio rural, dificilmente encontram um enquadramento elegível nestas Candidaturas. Perante este contexto, a Estratégia Municipal tem de ser realista, ou seja, procurar financiamento externo, sempre que exista enquadramento adequado, mas não condicionar a segurança e a circulação das nossas populações à Abertura de



Avisos Comunitários, sendo que, de forma gradual, a Câmara Municipal tem de passar a assumir esse custo e renovar a nossa rede viária municipal. Neste momento, foi ordenada a realização de um levantamento sobre as estradas em pior estado e com maior tráfego para, dentro das possibilidades, o Município assumir os custos, sendo que já foram mandados abrir concursos para Corujas, foi adjudicada a estrada da entrada nascente e o Largo de Pinhovelo e também o projeto aqui do Bairro da Lamela. Obviamente que gostaríamos de poder, tal como nas fugas, poder “acudir” a todos logo ao mesmo tempo, mas dentro daquilo que possamos fazer, e mesmo em questões de financiamento, estamos atentos a isso. Em relação à iluminação do Azibo, está a ser feito o levantamento e em relação ao desabamento de terras, já está a ser feita a avaliação por parte dos Técnicos. Em Limãos, o levantamento em relação à colocação das lombas dizer que é uma das questões que me têm abordado bastante não só a nível da Cidade mas a também a nível de Freguesias. Ou seja, precisamos, basicamente de colocar lombas em quase tudo o que é sítio, e está a ser feito, obviamente, o levantamento para o tipo de lombas e se, caso a Estrada seja Nacional, solicitar a respetiva autorização junto das Entidades responsáveis. Em relação ao Adro da Igreja, ainda não tenho novidades para já e tomamos nota, obviamente, das sugestões da questão das avarias que serão tidas em conta.” -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.^a Vice-presidente da Câmara Municipal, Clementina Gemelgo** para dizer “gostaria de começar pela Assembleia Municipal Jovem deixando uma palavra de apreço e dizer de facto que foi um orgulho ouvi-los, porque pensam pela própria cabeça, porque têm sentido crítico, porque demonstram valores cívicos e como disse o Dr. Camilo, é uma segurança para nós ouvir estes jovens e ter a certeza que estão a preparar-se para serem os homens de amanhã com bons valores, com valores de solidariedade, de defesa do ambiente e de facto tranquiliza-nos um pouco ouvi-los falar e saber que quer a escola, quer a iniciativa da Assembleia Municipal Jovem, quer os professores e as famílias estão a fazer um bom trabalho porque o resultado está à vista e os meus parabéns a todos os envolvidos. -----

Sobre a Feira da Caça gostava também de agradecer todos os contributos, todas as chamadas de atenção para que se possa ainda melhorar, todos os contributos que possam acrescentar mais-valia à Feira e à Festa dos Caçadores e também do Turismo, agradecer os elogios que caem sempre bem e que nos servem também e



Handwritten signature in blue ink.

nos motivam para fazer mais e melhor. Dizer ao Deputado Luís Lino que as suas palavras de facto foram muito assertivas, concordo com 99% daquilo que disse e tudo faremos para de facto continuar a melhorar. -----

As melhorias trazem investimento, trazem custo naturalmente, quando melhoramos alguma coisa nunca é a custo zero, pese embora se tente fazer sempre o melhor e fazer render um bocadinho o peixe, há sempre de facto um aumento dos custos quando melhoramos quer as condições físicas, quer a segurança, quer a parte visual, quer toda a estética da Feira e nós baseámo-nos também muito naquele que foi o Relatório de Segurança da Proteção Civil e foi muito com base nesse Relatório que foi feito ano passado, que decidimos optar pela tenda para o After Hours e que de facto todos aqueles que estiveram presentes e que passaram por lá, viram que a tenda, apesar de ser boa ideia, é de facto manifestamente pequena e que a continuar nestes moldes terá que ser pensada num outro tamanho e se calhar num outro local. -----

A todos os contributos nesse aspeto agradecemos, queria também só salientar que a Feira não foi só da Caça, foi também do Turismo, foi também uma Mostra daquilo que nos distingue, enquanto gastronomia, no showcooking's, na apresentação dos produtos endógenos dos expositores que ali estiveram e também no Seminário sobre as Estações Náuticas e as Águas do nosso Azibo. Tivemos um Seminário onde estiveram presentes os promotores turísticos que estão a trabalhar no Azibo, alguns deles naturalmente, tivemos a presença do Presidente da Federação de Vela no sentido também de nos mostrar boas práticas e tentar capitalizar aqui para o Azibo provas de vela e até possivelmente uma parceria também com o Instituto PIAGET que também esteve presente. Com a inovação e com a criatividade e tecnologia que o IPB tem vindo a implementar nós lançámos-lhe um repto de poderem criar um Laboratório nesse sentido que pudesse ficar alocado em Macedo e ligado também à Estação Náutica. Por isso, sobre a Feira da Caça, de facto, foi um orgulho ter corrido bem e, de facto, aquela preocupação que aqui foi manifestada sobre a segurança nas provas do recinto da Feira de São Pedro, apesar de algumas baias, elas não são suficientes de facto e temos que acautelar futuramente essa posição. -----

Sobre a Educação, e uma vez que várias pessoas vieram aqui falar sobre isso, nós reformulámos de facto e nomeámos outros Chefes de Divisão. Estamos a trabalhar com novas equipas e elencámos na Educação algumas prioridades. Curiosamente, algumas passam pelas AEC's (Atividades Extra Curriculares), mas também pelas CAF's (Componente de Apoio à Família), porque nos reportam que de facto há crianças que não estando registado nesta componente de apoio à família, não têm o



edifício ou não podem entrar para esta atividade que está sob a vigilância de um adulto, o que torna aqui de alguma maneira complicada a situação das crianças e também da preocupação dos pais que entendemos. -----

Sobre as AEC's, dizer também que reconhecemos sim e depois de termos reunido com os professores, que de facto o modelo está desajustado, que o final do dia não traz dignidade ao Técnico, ao Professor que quer fazer a atividade porque não têm condições e já foram aqui elencadas, não têm um espaço físico próprio, às vezes é aquele espaço que sobra, outras vezes não sobra nenhum e a aula até tem que ser na rua. As crianças também estão cansadas, estão desmotivadas e penso que temos que repensar este modelo, até porque há um concurso de Técnicos Superiores a decorrer e porventura, alguns deles ou a maioria dos professores das AEC's poderão ter concorrido e poderão entrar e na eventualidade de entrar poderão ou não ficar afetos às AEC's, poderão ou não ser Técnicos Superiores do Município em outras atividades. E, portanto, de facto teremos que procurar o melhor modelo e repensar e criar estratégias para que as crianças gostem de estar neste período do final do dia que é de facto muito cansativo. Houve aqui uma Deputada Municipal Jovem que falou num Clube de Dança, nós já temos em vista poder fazer ateliês de música, de artesanato, de fotografia, daquilo que as crianças quiserem, daquilo que eles forem também sugerindo para que ao final do dia eles possam ir fazer uma coisa diferente do que não fizeram durante o dia e que seja uma coisa da escolha deles que os motive e que os faça gostar daquele espaço e que para o adulto, para o profissional que ali está também se sinta realizado e motivado. De facto, da forma como estão a funcionar não são satisfatórias nem para as crianças nem para as famílias nem para os profissionais nem para o próprio Agrupamento. Outra das prioridades alimentação. De facto chegaram-nos várias queixas várias ideias dos pais e das próprias crianças que a alimentação tem sido em muitos casos insuficiente, pouco apelativa, monocromática o que quando uma criança já não é muito adepta de legumes e de vegetais, se tem a comida a cor do acompanhamento é da cor do esparguete de facto não é motivador e não motiva a criança a comer. Também verificámos porque também nos foi reportado e já tivemos oportunidade de reunir com a Associação de Pais, a quem agradecemos de facto a abertura e a total disponibilidade para trabalhar connosco, tem sido insuficiente foi-nos reportado também que muitas vezes são descarregadas mais senhas do que aquelas que são precisas para que a comida seja suficiente para que a comida não falte. Já faltou alguns dias já faltou em dias em que era massa cozida com



m/m
csl
[Signature]

ovos mexidos e faltaram os ovos mexidos e as crianças, algumas delas comeram apenas massa, porque também a sopa não está em pratada e porque também a salada não estava em pratada nem visível para que as crianças se pudessem servir. Neste sentido, já tivemos uma primeira reunião com a Euresst que é a Empresa fornecedora das refeições e com a Nutricionista e a Adjunta do Gestor de Operações da própria Empresa. Abordámos estes assuntos, nomeadamente a quantidade e a qualidade e sugerimos que suprimissem pratos com baixo índice de aceitação como por exemplo uma refeição com cavala que não é de facto nem manifestamente do agrado das nossas crianças e elas têm-no manifestado e os pais também, e a própria Associação de Pais também já o tinha dito e isto acarreta de facto um elevado desperdício alimentar porque se as crianças não comem, a comida irá certamente para o lixo. Também sobre as condições em que as refeições estão a ser servidas sobre o empratamento final e sobre o facto da salada e da sopa não estar disponível. Falámos sobre todas estas questões e nessa reunião ficou definido o direito à prova que poderá ter incidência em duas refeições por dia nos diferentes refeitórios estando já esta medida a ser executada em articulação com a Associação de Pais e com o Agrupamento de Escolas. Os próprios pais disponibilizaram-se para ir almoçar aos três refeitórios e daí também nos reportarem se de facto está a haver melhoria na alimentação e tem-nos chegado a indicação que a sopa já está em pratada e ao dispor de quem quiser e a salada também e que tem havido uma melhoria significativa e não é só nos dias em que vão pais almoçar mas em dias indiferenciados porque eles não anunciam o dia em que vão. -----

Sobre os transportes escolares que também já várias pessoas fizeram aqui referência. É um facto aconteceu por exemplo quando houve um dia ou dois com condições climáticas mais adversas e que nevou em algumas zonas, os autocarros do Município passaram as crianças vieram para a escola mas os autocarros da Empresa Santos não fizeram o transporte e é sobre os autocarros da Santos que há mais queixas dos pais e das crianças. Há crianças que dizem que chegam à escola que têm as calças molhadas porque os bancos estão molhados porque chove lá dentro, escorre do ar condicionado que está em cima. Há cadeiras que não têm cintos de segurança e de facto o Sr. Presidente de Moraes tem razão e a Sra. Presidente da Junta de Vale da Porca também. Chegam muitas vezes tarde às escolas, o horário não é cumprido e de facto também a outra Deputada Municipal Jovem também o disse, o facto de chegarem sempre e reiteradamente atrasados também não é positivo nem pode ser permitido que isto aconteça regularmente. Ainda sobre a alimentação numa reunião da



AMTQT apesar de não sermos Presidentes do Organismo eu apresentei uma sugestão porque contrariamente ao que vinha acontecendo nos anos anteriores, este ano a fruta da AMTQT estava a ser distribuída à quarta-feira o que fazia com que à segunda-feira alguma da fruta, nomeadamente as bananas e frutas que estivessem mais maduras estavam podres e em fracas condições para serem consumidas. Eu expus esta situação e penso, porque já tive esse reporte também dos responsáveis do Agrupamento, já voltaram a fazer a distribuição da fruta à segunda-feira como tinha vindo a ser feito nos anos anteriores e penso que essa situação também está sanada. Sobre as CAFs, também já falei que de facto, é importante que mesmo as crianças que não estejam inscritas, tenham um espaço condigno para estar porque quem não está inscrito muitas vezes não entra, fica da parte de fora e se ficar da parte de fora não tem se calhar a vigilância que seria necessária ter e nem está a ter o acompanhamento devido. Há uma candidatura para se construir um novo edifício escolar e se calhar quando esse edifício estiver concluído haverá aí mais facilidade de alocarmos salas próprias para este tipo de atividades e penso que será uma das mais-valias para que tanto as AEC's como as CAF's possam ter maior qualidade. -----

Sobre o Carnaval, dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Podence, ao Presidente da Associação dos Caretos de Podence e a todos os intervenientes, e dizer que de facto foi um evento que tem e está a criar cada vez mais dimensão e prova disso é que foram recentemente convidados pela Embaixada a ir à Guiné-Bissau e estão a ser requisitados um pouco por todo o lado, a nível nacional e a nível mundial, dizer que de facto é um Certame identitário da nossa Região que leva o nome dos Caretos de Podence e de Macedo para Portugal inteiro e para o estrangeiro. -----

Sobre o desfile noturno, tivemos de facto muita participação, mas tivemos também algum receio de fazer mais do que o Desfile de Carnaval, também porque a chuva ameaçava, porque tínhamos esta incerteza e também porque aqui nos conselhos vizinhos nós assistíamos quase que diariamente ao cancelamento de festividades e nós não queríamos estar a investir em mais um momento musical, em mais aberturas de concursos para bares ou para algum tipo de refeições que ali se pudessem fazer. Ou seja, não quisemos de facto arriscar. Fizemos o desfile, mas eu penso que quem passou no jardim também viu animação, também viu os grupos conviverem uns com os outros, também viu música e também viu dança. Se o tempo permitir e se o orçamento também assim o permitir, para o ano teremos então se calhar oportunidade de melhorar também aí essa condição. -----



Handwritten notes in blue ink, including the number '8/11' and several illegible signatures.

Sobre o Plano de Ordenamento do Azibo. E aqui pedia à Senhora Presidente da Assembleia que me desse algum tempo para explicar, porque é um processo que tem implicação com várias coisas, nomeadamente também com o PDM do Município e que gostava de explicar do início porque como diz o Chefe da Unidade Financeira, para percebermos bem as coisas, precisamos puxar a fita do tempo e ver a génese e o início dos acontecimentos. -----

A revogação do POA (Plano de Ordenamento da Albufeira) tem estado na ordem do dia e na preocupação de muita gente, sejam Partidos Políticos, Vereadores, Comunicação Social, Público em geral, e naturalmente merece também toda a atenção da parte do Executivo. É de facto importante que falemos do Azibo, do POA, das Candidaturas e Projetos, da atual situação em que se encontra, das melhorias que precisa, da construção de outras praias no nosso Distrito, dos estacionamento, das praias, do pórtico, da pressão e também das necessidades de Equipas Permanentes no Azibo, que saibam lidar com os Turistas, que nos visitam e que deles levem boa impressão tanto no trabalho que ali realizam como no modo educado e acolhedor como são recebidos ou como devem ser recebidos os Turistas, porque eles, os funcionários que ali estão a trabalhar, são de facto o nosso primeiro cartão-de-visita e aqueles que mais de perto contactam quem nos visita. Há portanto também muito a ser pensado sobre o Azibo e nomeadamente sobre a possibilidade de haver uma equipa que ali trabalhe em permanência. Mas vamos ao POA, ao Plano de Organização da Albufeira do Azibo e à sua revogação no Conselho de Ministros de 22 de Janeiro de 2026. Impõe-se, antes de outra coisa qualquer, o enquadramento da situação atual da Albufeira do Azibo, sendo que o Azibo tem três camadas de proteção mais as regras do PDM do Município. Estas três camadas de proteção que embora se sobreponham geograficamente servem objetivos e autoridades diferentes. -----

O primeiro filtro de proteção é de facto o POA, que funcionou como instrumento de gestão do território gerindo todo o plano de água com a sua envolvente imediata. Regulava quem podia fazer ali, o quê, como poderia fazer, e até onde é que poderia ser feito. Quem pode andar de barco, que tipo de barco, onde são as zonas de banho de lazer e onde se pode pescar a que distância é que os edifícios devem estar da margem do plano de água. -----

O segundo filtro é a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. Esta área protegida data de 1999 e foi criada por Decreto Governamental. Neste Decreto pode ler-se que a Albufeira do Azibo e as Zonas Envolventes constituem um repositório da vegetação natural de importância nacional e considera-se também importante atribuir à Câmara



Municipal de Macedo competências de Gestão do Património Natural e Diversidade Biológica da Região. Portanto, desde 1999 que o Azibo tem também o Estatuto de Paisagem Protegida, um Estatuto de Conservação da Natureza a nível Nacional com supervisão do ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, zelando pelo valor paisagístico, natural e cultural e mantendo a harmonia entre a ação do homem e a natureza. Se POA geria ou gere o Loteamento e o Plano da Água, a Paisagem Protegida protege a identidade, a biodiversidade de toda a zona envolvente. E por último, o terceiro filtro, a Rede Natura 2000 que é a principal Rede Ecológica da União Europeia. Rede Natura que foi criada para proteger a biodiversidade, os hábitos naturais e as espécies raras ou ameaçadas. A Rede Natura visa a conservação a longo prazo, permitindo o equilíbrio entre a atividade humana e a preservação ambiental. Esta é uma classificação de Proteção Europeia, também com Gestão Direta do Estado Português e da Agência Portuguesa do Ambiente. E corresponde, portanto, à camada mais rígida e mais técnica das camadas que protegem o Azibo, e dou um exemplo: *Se alguém quiser construir um hotel ou se o Município quiser construir uma estrada ou alguém que queira investir ali, se puder afetar ou que esta construção possa vir a afetar um habitat protegido pela Rede Natura 2000, terá de passar por uma avaliação de impacto ambiental muito rigorosa, independentemente dos pareceres favoráveis que possam ter dado, quer o PDM, quer a Paisagem Protegida.* Portanto, os mecanismos de defesa da Albufeira do Azibo vão continuar ativos e a fazer o seu papel. -----

Volto agora ao assunto central, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo (POA), que foi criado em 1993, portanto, tem 32 anos, ainda antes da própria Paisagem Protegida, que foi criada em 1999. Apesar do POA ter funcionado como instrumento fundamental de Gestão do Plano da Água e da Zona Terrestre, decorridos que estão mais 30 anos desde a sua criação, os objetivos e o enquadramento legal que determinavam a sua publicação foram significativamente alterados e estão desfasados da realidade, considerando que o POA foi anterior à Lei de Bases Gerais da Política Pública dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, que datam de 1998 e que foram sucessivamente revogados até à redação atual, quer pelo Decreto 80 de 2015, quer pelo Decreto-Lei de 107 de 2009. Chegados aqui à revogação do POA pelo Conselho de Ministros, surgiram legitimamente várias dúvidas e incertezas. E na penúltima reunião de Câmara, um dos Senhores Vereadores perguntou se de facto



tinha sido da iniciativa deste Executivo o pedido para se dar andamento à revogação do POA, ao que nós respondemos, que não tínhamos tido essa iniciativa. -----

E o que levou, de facto, na altura a lamentar a forma como se estava a legislar, aquilo que aparentemente pensa-se ser, ou possa parecer uma decisão do Conselho de Ministros algo surpreendente, (para alguns partidos ou para algumas pessoas), não o deveria ser, atendendo que, por força do disposto da Lei de Bases, da Política Pública dos Solos, o Ordenamento do Território e o Urbanismo em vigor em 2017, o Plano de Ordenamento do Azibo deveria ter integrado, deveria ter sido integrado nos Planos Territoriais de Âmbito Municipal e Intermunicipal, ou seja, a Lei em 2017 previa que o POA fosse integrado no PDM do município no prazo de três anos, pelo que o executivo à data, liderado pelo Dr. Duarte Moreno, deu início a este processo. Houve reuniões de Municípios onde se discutiu a proposta e se analisaram as normas do POA a integrar ou não o PDM do Município. A CCDRN validaria um conjunto de Normativos, cabendo depois à Câmara Municipal prosseguir com o Procedimento de Transposição. -----

A Câmara Municipal em reunião de junho de 2017 deliberou, por unanimidade, dar início ao Procedimento de Transposição, Transferência ou deslocação do POA para o Plano Diretor Municipal. Este trabalho de Transferência de Normas do POA para o PDM foi estipulado para ser feito em quatro fases, e essas quatro fases foram cumpridas. Eu vou passá-las à frente, para não vos demorar muito mais, dizer só que elas foram todas concluídas, e que isto pode ser comprovado na ata n.º 14 de 2017, no mandato de 2013 a 2017, onde era Presidente da Câmara, como já disse o Dr. Duarte Moreno. Cumpridas todas as fases, e já no mandato do Dr. Benjamim Rodrigues, no primeiro mandato, em reunião ordinária do 8 de julho de 2021, o Sr. Presidente, à data, propôs que a Câmara deliberasse aprovar a proposta de Transposição do Plano de Ordenamento de Albufeira do Azibo para o Plano Diretor Municipal de Macedo Cavaleiros, e que seja dado conhecimento à Assembleia Municipal de Macedo e à CCDRN que este documento final de Transposição foi aprovado, e ainda que o documento aprovado seja remetido para publicação e depósito, cumprindo-se assim todos os procedimentos formais deste prazo legal estabelecido. A proposta do seu Presidente, Benjamim Rodrigues, foi aprovada por unanimidade dos presentes, na reunião do 8 de julho de 2021, como podem também confirmar na própria ata. Ou seja, entre 2021 e 2026, a CCDRN e a APA validaram a Transposição feita pelo Executivo do Dr. Benjamim Rodrigues e aqui respondo cabalmente penso eu, à pergunta que o Sr. Vereador tinha feito na última reunião de



Câmara sobre quem tinha pedido a revogação do documento ou quem tinha iniciado o processo. Penso ter respondido a esta e a todas algumas dúvidas que possam subsistir. Termina apenas dizendo que esta revogação não coloca em causa a Proteção da Albufeira do Azibo, pelo contrário, e que ela foi iniciada tanto pelo Dr. Duarte como pelo Dr. Benjamim por força da Lei, não porque eles quisessem, mas porque se achava que de facto as normas que estavam no POA estavam desajustadas e que aquelas que ainda fossem positivas poderiam ser inseridas no PDM, facilitando aqui um bocadinho a burocracia para os munícipes e não para o próprio Município. -----

Posto isto, o Governo revogou agora o POA porque este já tinha sido integrado no PDM de Macedo Cavaleiros e a propósito, o PDM ainda está em Revisão e estará em Consulta Pública muito em breve, e todos nós, cada um de nós poderá dar a sua opinião ou o seu contributo, quer sobre o POA, quer sobre os assuntos que entenderem ali vertidos neste documento. Não posso de facto deixar de lamentar que as pessoas possam pensar que foi um ato para pôr em perigo ou para liberalizar os investimentos no Azibo, não se trata de nada disso. O Azibo continua protegido por aqueles três filtros que falei e poderá continuar o POA vertido dentro do PDM.” -----

----- **Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra.** -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) – Que disse “ eu não venho aqui fazer nenhuma afronta ao Sr. Presidente da Câmara. Dizer-lhe que quando lhe telefonei alertando para aquela situação de os alunos da Zona Nascente poderem ir para Izeda, foi numa questão de amizade, porque vocês também não falaram aqui nada sobre isso, suponho portanto que está tudo tratado e está tudo resolvido e que não temos qualquer problema se os alunos de Morais e Talhas forem para Izeda, mas eu tentei alertá-lo como amigo, não foi mais nada, mas confesso que se fosse hoje, se calhar não o fazia. Sobre a questão da fuga, o Sr. Presidente seguramente não entendeu. Em Morais não houve nenhuma fuga. Porque a fuga, quem a resolveu, fui eu porque era das nossas águas e estava a abastecer quatro casas. Mas agora que eu ouvi a minha colega Presidente da Junta de Murçós, acho que para ser resolvido o problema da água naquelas 4 casas, mais rápido, é fácil. Eu vou cortar a água aquelas pessoas e vocês vão ser mais céleres a resolver o problema, pois vão logo lá e resolvem, tanto o problema do buraco como o da água. Também e em relação ao que disse também aqui do técnico, que foi dia 27 de novembro, é verdade, eu disse-lhe isso. Em relação



às competências, disse que vai ver como está o processo e eu fico a guardar. Já agora também lhe deixo outra nota: que o Sr. Presidente cumpra uma sugestão do seu colega de bancada, no anterior mandato, Carlos Rodrigues, que sugeriu ao Presidente Benjamim Rodrigues, e está em ata, que as competências depois fossem com retroativos a 2018. Faça isso, cumpra com a palavra dele. Outra situação que depois falou aqui também, e eu fiquei assim um bocado na expectativa e também curioso, a questão da empresa Agro Teixeira, onde é que por acaso eu compro muito, e que por certo quem deu o parecer final acho que foi a Câmara, mas o Sr. Presidente falou que aquilo veio dos Técnicos que têm que dar os pareceres. E, nós aqui na Assembleia gostávamos de saber quem foi que deu esse parecer e não custava nada dizer aqui à Assembleia quem deu esse parecer, porque doa a quem doer as pessoas têm que assumir os pareceres que dão. -----

Dizer também que há um ano atrás falávamos aqui na estrada de ligação de Castelões para o Vilar do Monte, onde se dizia que não era construída por causa da política. Falávamos aqui também que a estrada de Corujas não era construída porque era política. Falávamos aqui que a estrada de Valdrêz não era construída por causa de política. Falávamos aqui que a estrada de Castro para Vinhas não era construída por causa de política. Mas afinal não. Afinal agora o seu Presidente veio a dizer que não há dinheiro, que temos que ter calma, e que temos que fazer Candidaturas. Mas há um ano atrás todos falávamos que era uma questão de política. Mas nessa altura a Câmara, com o seu dinheiro, fez a estrada das Arcas e do Mogrão, por isso, também dá para fazer outras.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) – Que fez a seguinte intervenção:

“Em relação ao transporte de doentes urgentes, dizer que não vejo problema nenhum que possa haver um co-pagamento, mas é preciso esclarecer algumas questões que são muito relevantes, porque é o Estado Central que é o responsável pelo transporte dos doentes não urgentes. E este Estado Central tem, segundo o Decreto-Lei, uma série de questões que se levantam e elas são predominantemente económicas. Ou seja, há uma série de itens que fazem referência à forma como deve ser efetuado esse transporte e aquilo que a mim e a nós, nos deve preocupar é, se nós vamos fazer um copagamento ou se vamos pagar para que o transporte seja feito, quais são os critérios que vamos usar? Porque é relevante que o dinheiro dos municípios não seja gasto à “toa”. E eu quero alertar para isto: se o Estado que é o Poder Central está a fazer o pagamento, nós vamos fazer o pagamento por cima desse pagamento? Ou



seja, vamos retirar aquilo que é o Estado, “poupando-lhe o dinheiro ao Estado” e gastando o dinheiro do Município? É que depois não o podemos ir buscar? Se estivermos a fazer pagamento para lá daquilo que é o pagamento do Estado a quem não tem direito ao pagamento do Estado, também podemos estar aqui a cometer, eventualmente, um gasto para lá razoável, porque para todos, para quem tem carência económica, mas os da carência económica já estão englobados naquilo que é o pagamento do Estado. Ou seja, a mim parece-me que isto é uma questão que realmente nos deve preocupar, porque me parece que será gastar dinheiro assim de forma pouco perceptível ou pouco transparente, pelo menos. -----

Em relação à obra da Avenida Ilha do Sal naturalmente, e segundo percebo, que a obra terá iniciado pelo que eu vi no Executivo anterior, mas a pavimentação ocorreu já com o atual Executivo. E, se me permitem, o Município é o responsável pela vigilância do trabalho. Ora, se o Município é responsável pela vigilância do trabalho, e se o trabalho não foi bem feito, será naturalmente o Executivo atual que é o responsável pela obra e pelo resultado da mesma. Não quero com isto desresponsabilizar uns para responsabilizar outros, mas parece-me pouco claro ou pelo menos pouco transparente apontar a responsabilidade a quem já não está no Executivo quando a obra termina, já na vossa mão. Penso que para já era só isto. Por fim uma outra questão também relativa à responsabilidade da atualização do Plano em relação ao Azibo: ele era da responsabilidade, ou é da responsabilidade, ou era pelo menos do ICNF e da APA, pelos vistos, acho que o Município não teria aqui também muito a fazer. Podia pressionar, mas a responsabilidade não era do Município. Esta achega é só para clarificar, para que as pessoas não fiquem com dúvidas, pois parece que andamos aqui a atribuir culpas uns para os outros e não é isso que nós pretendemos. O que nós pretendemos é que fique claro.” -----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) – Que disse “ Eu era para prescindir da palavra, mas após ouvir o Deputado Alfredo Preto que fez questão sobre o conteúdo da minha intervenção e sobre a obra Ilha do Sal, fica claro que há quem esteja mais preocupado em salvar a imagem do anterior Executivo do que enfrentar a realidade. Mas a realidade não desaparece com discursos. E a realidade é esta. A Avenida Ilha do Sal foi uma obra eleitoral, uma obra lançada a poucas semanas das eleições, uma obra feita à pressa, uma obra feita para aparecer. Não foi planeamento, não foi estratégia, foi propaganda em forma de alcatrão, foi uma tentativa de mostrar serviço



Handwritten signature in blue ink.

antes de ir a votos. E hoje estamos a ver o resultado dessa pressa eleitoral. Uma obra nova que já está a desfazer-se. Não passaram anos, passaram meses. Sim, meses, e o pavimento já apresenta degradação grave. Isto não é normal. Isto não é apenas culpa da chuva. Isto é má execução. Isto são materiais que não correspondem ao que deveria ter sido aplicado. Isto é uma obra mal feita e tem responsáveis, tem responsáveis políticos. E tem responsáveis técnicos. Porque alguém aprovou o projeto, alguém adjudicou a obra, alguém escolheu o empreiteiro, alguém fiscalizou ou devia ter fiscalizado, e todos sabemos quem governava nesta altura. Não foi este Executivo. Foi o anterior Executivo do Partido Socialista. E por mais discursos que façam aqui hoje, isso não muda. O que é verdade é que fizeram obra rápida. E quando se quer obra rápida, a qualidade fica para segundo plano. O que é verdade é que hoje temos uma obra que já precisa de ser reparada quando devia durar anos. Isto não é gestão pública séria. Isto é desperdício do dinheiro dos contribuintes e o problema não acaba nesta avenida, porque esta obra é apenas o retrato do que foi a política de estradas do anterior Executivo. Uma política baseada em remendos. Uma política baseada em intervenções superficiais. Uma política baseada em visibilidade e não em durabilidade. E por isso, hoje temos estradas degradadas por todo o concelho, temos ruas cheias de buracos na cidade, temos acessos degradados nas aldeias, temos arruamentos, temos populações que sentem que ficaram esquecidas e não foi falta de dinheiro, foi falta de prioridade. -----

Senhoras e Senhores Deputados, uma obra feita a semanas das eleições e que começa a desfazer-se poucos meses depois tem um nome claro. É propaganda paga pelos contribuintes, e os contribuintes agora não estão para pagar duas vezes porque pagaram para fazer e vão pagar para reparar. Podem tentar mudar o discurso aqui nesta Assembleia, mas não conseguem mudar aquilo que as pessoas veem todos os dias, porque há uma verdade que ninguém consegue apagar. Esta obra não foi feita para durar, foi feita para aparecer. E quando as obras são feitas para aparecer, quem paga são sempre os mesmos, os munícipes.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder aos Srs. Deputados Municipais. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra ao Deputado Municipal Ramiro Valadar disse “quando respondi estava a referir-me aos buracos, referente à questão da água, ou seja, das fugas e nada mais. Em relação ao orçamento que falou, eu li o parecer do Chefe de Divisão, uma vez que não fala ali em orçamento, e você



disse que ele falou no orçamento. Só estou a ler aquilo que vem no pendente. Em relação à questão da delegação de competências, obviamente como eu disse, não estamos aqui a fugir às responsabilidades, mas isto também não tem a ver só com o Município, tem a ver também com a parte da DGAL. Em relação à parte do contencioso, e quando diz para eu falar no nome do Técnico, obviamente se é um contencioso eu não posso divulgar aqui nomes, como é óbvio, porque é uma questão legal. Obviamente quando forem públicos não terei problema nenhum em vir aqui, e acho que logo que sejam públicos, toda a gente os vai saber. Em relação às estradas, uma das coisas que disse, e eu torno a repetir, é que a Câmara assumirá os custos da Requalificação da Rede Viária. Obviamente que se conseguir Candidaturas para o fazer, melhor. Não estamos aqui a fugir, a dizer que foram promessas ou foram tidas e achadas. -----

Em relação à intervenção do Deputado Municipal Alfredo Preto, é uma questão Regulamentar. E eu perguntava-lhe onde é que está a falta de transparência no transporte não urgente? Dizer-lhe que enquanto não for efetivamente regulamentado e o Sr. Deputado não souber os termos dessa complementaridade, não pode falar da falta de transparência. Há vários Municípios a fazê-los e eu sei que não tem coragem de negar que além das isenções previstas pelo SNS, há necessidades de complementar o serviço e que há idosos, que têm dinheiro, mas têm dificuldades. Temos portanto que aguardar pelo Regulamento para depois, se poder pronunciar. ----

Em relação à obra da Ilha do Sal, não sei se eu me expliquei bem porque eu respondi e só no fim é que disse que quando nós entramos para o Executivo a obra já tinha sido começada. Eu não estou a fugir, obviamente, às responsabilidades apenas disse como decorreu o processo da referida obra. -----

Em relação ao POA, clarificar que a situação já estava a decorrer não havendo aqui responsabilidade nem do nosso nem do anterior Executivo.” -----

ORDEM DO DIA -----

**PONTO 1 - COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS
– DESIGNAÇÃO ATÉ DOIS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA –
PROPOSTA SUBSCRITA PELOS PARTIDOS COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL -----**



----- A Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta, que se transcreve. -----

“ Presente a proposta subscrita pelos 4 Partidos Políticos com assento na Assembleia Municipal que se transcreve. -----

Os representantes dos Partidos Políticos do PSD, PS, CDS e CHEGA, propõem que a **Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais** seja assim constituída: Membros efetivos – **Miguel Afonso Gomes Reis e Ramiro Borges Valadar** ----- Membros suplentes - **José David Veiga Vaz e Maria Cristina Moura Regente.**” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal procedeu à votação da proposta, por escrutínio secreto, tendo sido aprovada com 57 votos sim e 3 votos em branco. -

PONTO 2 - REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO PARA O MANDATO 2025/2029: DELIBERAÇÃO -----

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, colocou à consideração do plenário a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2025/2029. -----

----- Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra: -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos apresentada a proposta de Alteração ao Regimento da Assembleia Municipal do Município de Macedo de Cavaleiros. -----

PONTO 3 - APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL REFERENTE À ATIVIDADE ANO PERÍODO COMPREENDIDO 12 DE DEZEMBRO DE 2025 A 17 DE FEVEREIRO DE 2026, ELABORADA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 ALÍNEA C) DO ART.º 25.º E DO N.º 4 DO ART.º 35.º, DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013-----



----- **Abertas as inscrições, inscreveram-se** os Deputados do Grupo Parlamentar do PS, Sandra Matos e Elisabete Choupina, Grupo Parlamentar do CDS, Daniela Rebelo e Grupo Parlamentar do PSD Diana Alves. -----

ELISABETE DE JESUS MARTINHO FERNANDES CHOUPINA (PS) – Fez a seguinte intervenção: “Esta é a minha primeira intervenção na Assembleia Municipal e por isso queria agradecer a confiança que em mim foi depositada bem como a oportunidade de representar os macedenses. -----

Relativamente à informação escrita apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara gostaria de deter a minha análise na secção referente à contabilidade, mais especificamente no que toca à despesa, com fornecedores e aos prazos de pagamento. A análise rigorosa dos documentos revela um indicador de excelência. De acordo com o saldo orçamental apresentado a 4 de fevereiro de 2026, a fatura mais antiga que foi paga datava de 26 de novembro de 2025. Repito, 26 de novembro de 2025. O que é que estes números nos dizem, para além da frieza das tabelas? Dizem-nos que o Executivo anterior não só honrou os seus compromissos, como manteve uma gestão de tesouraria exemplar até ao final do seu exercício. Pagar faturas com esta regularidade demonstra três pilares fundamentais da gestão que nos precedeu. Respeito pela economia local. Ao manter os pagamentos a fornecedores em dia, o anterior Executivo garantiu a liquidez das Empresas que trabalham com a Autarquia. Muitas delas familiares e locais. Segundo, eficiência contabilística. Não houve faturas na gaveta, nem o empurrar da responsabilidade para o futuro. A máquina administrativa funcionou com fluidez e transparência. Terceiro, responsabilidade política. É fácil apresentar contas equilibradas quando se deixa de pagar. Difícil, e por isso, louvável é manter o ritmo de liquidação de despesa até ao último momento, entregando a casa arrumada e sem esqueletos financeiros. Portanto, estes dados não são apenas métricas contabilísticas, são a prova documental de que o anterior Executivo pautou a sua ação por uma boa gestão dos recursos públicos, reforço, boa gestão dos recursos públicos. É este o padrão de rigor que os munícipes esperam e que estes documentos agora corroboram de forma inequívoca. Esperamos que este rigor e esta pontualidade no cumprimento das obrigações da Câmara Municipal se mantenham, pois o caminho da credibilidade financeira é o único que permite o desenvolvimento do nosso Concelho.” -----



DIANA ISABEL BARREIRA ALVES (PSD) – Fez a seguinte intervenção “ permita-me começar por referir que a informação apresentada pelo Executivo encontra-se clara, sistematizada e detalhada, permitindo acompanhar de forma objetiva o conjunto de iniciativas desenvolvidas neste período. Desta forma, é possível verificar um conjunto de ações, reuniões cooperativas e associações de produtores, articulação com criadores de raças autóctones e diálogo com entidades do âmbito nacional e internacional. Constatei também, com particular relevância, a criação do Conselho Municipal Agrícola. Na última Assembleia, tive oportunidade de referir a importância da criação da Divisão Municipal de Agricultura, como passo estruturante para o setor. A constituição de um Conselho Municipal Agrícola poderá agora representar um complemento fundamental a esse caminho, promovendo maior articulação entre o Município, as Associações, os produtores e os diferentes agentes do território. Representa também uma demonstração política importante. É possível colocar a agricultura no centro das prioridades municipais e reconhecer, com respeito e justiça, o trabalho de quem nela investe diariamente. A criação destes instrumentos é essencial para que toda a Comunidade compreenda de forma mais clara o valor estratégico da agricultura no nosso Conselho. Importa agora garantir que este caminho tenha continuidade, consolidando uma estratégia de médio e longo prazo que permita transformar estas iniciativas numa política agrícola consistente e duradoura para o nosso Concelho.” -----

DANIELA DE ALMEIDA REBELO (CDS) – Fez a seguinte intervenção: “ No seguimento de uma reunião com a Sra. Diretora dos Programas de Apoio à Habitação, o IRU, o CDS gostaria de colocar algumas questões. -----
Para começar, se é possível partilhar o que motivou a reunião e o que é que Macedo pode retirar de abonatório da mesma. O CDS também gostaria de saber se vamos continuar, “a desperdiçar” todo o conceito do primeiro direito num ou dois bairros cujas obras parecem intermináveis. Sabemos que os prazos foram dilatados um pouco por todo o país, mas com o intuito de abarcar os processos aprovados tardiamente, não tanto com o intuito de prolongar os primeiros. Mas hoje aqui já foram referidas oito ou nove candidaturas. Isso é excelente. Perguntarmos em que modalidade: o Município como intermediário ou como Senhorio? É que o CDS gostaria de lançar mais um desafio e propõe que olhemos para o Primeiro Direito com criatividade como alavanca para uma resposta habitacional muito mais abrangente, como por exemplo a uma escala maior o exemplo do Porto ou numa escala bem menor o exemplo de Elvas.



Estes dois Concelhos, estas duas realidades em particular, apesar de completamente diferentes, conseguiram algo comum que foi não se cingirem à interpretação monofocal dos Instrumentos de Financiamento Europeu, mas interpretaram com muita criatividade e engenho de acordo com as necessidades das suas realidades e com melhoria impactante na imagem urbana. E em Macedo precisávamos muito beneficiar desta criatividade revitalizadora, em particular as aldeias. -----

Outro assunto que ponderei retirar, uma vez que já foi aqui referido por dois jovens e por outra bancada, mas mantive precisamente pela pertinência de unirmos vozes e fazer ecoar esta preocupação. Por isso reiteramos, precisamos de uma solução urgente para a igualdade de oportunidades para os nossos jovens através da mobilidade.” -----

SANDRA CRISTINA BAPTISTA MATOS (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Verificamos que recentemente houve uma reunião entre a Divisão Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural com o Presidente da Junta de Lamas sobre a possível qualificação, Certificação da Cereja da respetiva Freguesia. Gostaria que esclarecessem em concreto em que consiste esta estratégia, uma vez que temos no nosso concelho duas Freguesias com uma produção considerável deste produto, a cereja, Lamas e Bornes, e precisamos que nos esclareçam exatamente este assunto.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às questões que lhe foram colocadas. -----

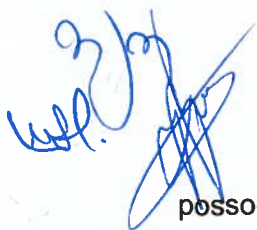
No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse “ Em resposta à Deputada Elizabeth, no que concerne aos indicadores da contabilidade, podemos dizer que é um indicador que pretendemos e fazemos questão de manter, não foram pagas todas as faturas, e já que estamos a falar em boa contabilidade, eu iria também dar-lhe aqui um pequeno “lamiré”, sobre o que encontramos e aqui eu vou referenciar, as dívidas não cabimentadas. A dívida que foi identificada agora resulta, essencialmente de um conjunto de situações que foram acumuladas, como vocês sabem, nos últimos anos, e estão relacionadas com o seguinte: execução de obras e serviços sem procedimento legal completo, foram identificados vários trabalhos executados para o Município, nomeadamente obras de construção e saneamento, desde o Prado de Cavaleiros até à Zona do Ginço, colocação de reservatórios, etc.



27/11/2026
M. J. L.
[Signature]

Intervenções em zonas da Praia do Azibo, nomeadamente o desterro da bancada no Campo de Ténis, a colocação da rede que se vem arrastando desde o primeiro mandato do anterior executivo, trabalhos classificados como trabalhos extra em várias obras, algumas delas já anteriormente em investigação no DIAP do Porto, sem enquadramento legal. Num documento interno foi identificado um conjunto de trabalhos já executados, classificados como por legalizar, no valor aproximadamente 49.921,62 euros. Outro empreiteiro, relativamente a trabalhos extras, cerca de 5.000 euros, outro prestador que reclama cerca de 150.000 euros sem contratos, faturas ou procedimentos formais, e pelo menos duas faturas por liquidar relativas ao fornecimento de bens, a que acresce uma outra surgida na semana passada que ultrapassa os 2.000 euros. Em vários destes casos os prestadores alegam ter executado trabalhos e aguardam posterior regularização em montantes que excedem para já os 200.000 euros. Na maior parte destes casos não existiu o procedimento prévio de contratação pública válido, (ilegal), não houve cabimentação e compromisso antes da despesa, não existiram contratos formais ou aditamentos para a realização de trabalhos a mais, não foram emitidas as faturas atempadamente, não houve autorização formal conforme o código dos contratos públicos e depois temos também procedimentos abertos após a execução dos trabalhos. Há indícios de situações em que os serviços foram executados primeiro e o procedimento administrativo foi aberto apenas depois, o que pode configurar irregularidade na realização das despesas públicas e estamos a falar de cerca de 30.000 euros. Depois temos ainda outra situação em que foi adjudicada uma obra de 80.000 euros apesar da existência de parecer ambiental desfavorável da APA, levantando dúvidas da legalidade do procedimento e eventual risco financeiro para o nosso Município. E depois temos ainda uma aquisição de equipamentos que foi instalado no edifício que não é propriedade sequer do município e em que não houve benefício efetivo para o Município e por todos estes motivos foi determinada a abertura do processo formal de averiguações internas para confirmar estes factos e verificar a legalidade das situações e apurar responsabilidades. Por isso, no que concerne ao indicador a que a Deputada queria indicar, é um indicador muito bom e nós queremos obviamente continuar a mantê-lo, mas não podemos esquecer, já que estamos a falar de contabilidade e de boas contas, esta parte.. -----

No que concerne a Deputada Diana Alves, nada foi perguntado, agradeço obviamente o seu contributo, mas sim dizer que a agricultura é uma aposta clara deste Executivo, e ainda mais para os jovens agricultores que temos tantos no nosso concelho. E



posso-lhe dizer que neste momento temos 59 projetos de jovens agricultores no nosso concelho e uma das questões de colocarmos e abrirmos uma Divisão da Agricultura vem de encontro a isso e tentar ao máximo aumentar a nossa capacidade dos nossos agricultores e dos nossos jovens agricultores para poderem ficar no nosso território. No que diz respeito à intervenção da Deputada Daniela Rebelo relativamente ao IRU, dizer-lhe que agradecemos as sugestões obviamente e esta reunião com a Diretora dos Programas de Apoio à Habitação foi uma reunião pedida pelos vários Municípios que integram a CIM Terras de Trás os Montes, a propósito e por causa das Candidaturas do PRR, cuja execução ultrapassa o fim dos termos e da transição para outro programa e eventuais cortes. Aquelas questões que colocou em relação ao Porto e Elvas, obviamente que são territórios completamente diferentes e mesmo diferentes dos nossos, mas estaremos sempre abertos a ouvir e a sentar para ouvir essas sugestões para avaliar que poderemos fazer em termos da habitação. -----

Em relação à Deputada Sandra Matos, dizer-lhe que obviamente o objetivo é a Certificação da Cereja e temos no nosso concelho duas grandes Freguesias com grande produção e acho que faria todo sentido sentarmo-nos à mesa para falarmos sobre a Certificação e tentarmos fazer aqui uma região que seja forte no que concerne à Cereja, seja a de Lamas ou a de Bornes.” -----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) – Que fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, há pouco falamos aqui que o Executivo do PS, quando chegou em 2017 à Câmara, não teve tempo porque apenas dois meses não davam para organizar a Festa de Natal. Não foram os dois meses, Sr. Presidente, foi a falta de dinheiro. Essa é que foi a verdadeira razão. Não foi o facto serem os dois meses. O Sr. Presidente, agora quando chegou ao Executivo havia dinheiro mas em 2017 não havia. Estas contas que veio aqui mencionar que há aqui umas malabarices, então o que temos de dizer de 2017... é que para além de dois milhões de euros não cabimentados, que vieram “bater à porta”, andou esta gente, que não conseguiam dormir durante alguns meses, porque não sabiam como é que haviam de pagar, pois não havia dinheiro. Havia sim, uma dívida de 20 milhões de euros. E como é que se resolve isto? É que agora o que é facto e é factual, o Sr. Presidente não pode acusar de todo que o Partido Socialista tenha feito uma gestão danosa, porque não a fez. E portanto temos que salvaguardar aqui e dizer o que é verdade. Se você encontrou aqui, com certeza poderá ter encontrado uma outra situação, não duvidamos disso.



Agora, não são situações equiparáveis, Sr. Presidente.” -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) – Que disse “ quando foi em 2017 que foi exposto aqui o nome do Dr. Duarte Moreno, eu fui contra e achei lamentável tudo o que foi aqui falado, na altura. E como o Miguel falou, houve várias contas que foram faladas. Quando agora o Sr. Presidente vem aqui a falar, e eu somei aqui quase tudo, não dá 300 mil euros e quando o Sr. Presidente certamente que também irá deixar dívida. E lamento que se esqueça do passado e do estado em como encontraram a Câmara quando chegaram cá em 2017. Já disse e repito, na altura eu não gostei que se falasse das outras pessoas, como também não gosto agora. Porque há 8 anos atrás só numa rúbrica, quando estas pessoas chegaram ao Executivo, havia a Estrada das Cabanas que ficou 200 mil euros e estava feita a obra mas por pagar. “ -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ em relação ao Deputado Luís Cabral, dizer que não fui eu que aleguei. Eu dou-lhe a ata, se for preciso, porque estas declarações foram do antigo Presidente. E ninguém equiparou aqui nada. Factos são factos e eu não sou responsável por aquilo que foi. Sou responsável pelo aquilo que é, e sou responsável por aquilo que vou encontrar agora. Eu não tenho responsabilidades pelo passado e assumo e assumirei os atos da minha gestão.” -----

PONTO 4 - DECLARAÇÃO: REGISTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2025: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA ATUAL REDAÇÃO – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), EM ARTICULAÇÃO COM O PREVISTO NO ART.º 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; -----

-----A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 28.01.2026, que se transcreve. -----

---- “REGISTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31.12.2025: DELIBERAÇÃO -----

Presente a Declaração do Chefe de Unidade de Administração e Finanças, datada de



22.01.2026 que se transcreve: -----

“ *Abílio Rogério Castanheira Pinto*, Chefe da Unidade de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, DECLARA, para os fins estipulados na alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LPCA), em articulação com o previsto no art.º 17.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, que todos os compromissos plurianuais existentes a 31.12.2025, no montante de 5.069.369,83€ (cinco milhões, sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove euros e oitenta e três cêntimos), encontram-se devidamente registados na base central de encargos plurianuais, porquanto, forma comunicados à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), entidade a quem compete tal registo central, através do “Mapa de Execução Orçamental da Despesa” (coluna de compromissos a transitar e obrigações por pagar) e “Relato dos Compromissos Assumidos e Não Pagos”, em anexo, via Sistema de Informação para o Subsetor da Administração Local – SISAL. -- Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da LPCA, a presente Declaração deverá ser remetida para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, devendo ainda ser publicitada no Portal do Município.” -----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.” -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

NUNO JOSÉ NUNES TRINDADE (PS) – Que fez a seguinte intervenção
“relativamente a este ponto, queria só solicitar uns esclarecimentos sobre umas dúvidas que me surgiram. E já agora parabéns pela informação escrita pois está apresentável e legível. -----

No caso das Contas mantém-se o problema que tínhamos antes pois, ainda não aprenderam a exportar um PDF com qualidade. Mas isto já vem de trás, e não é assim tão difícil. Há efetivamente ali muito número que a gente não consegue ler, porque está ilegível mas ainda assim, surgiram ali umas pequenas dúvidas. Se me puder esclarecer, agradeço pois poderá ter sido um lapso. -----

Na rubrica de Compromissos para a Freguesia de Lagoa eu penso que aquele valor que ficou previsto em Protocolo, é verdade que pode ser uma opção política e eu respeito, é apenas essa dúvida que quero tirar. O ponto vai passar, não precisa do meu voto, por enquanto e quando precisar, também não serei eu um obstáculo à governação, porquanto as opções políticas são para respeitar. Mas gosto de saber



também as coisas e tem de haver aqui alguma clareza, porque aquele valor que está previsto nessa rubrica, na realidade é três vezes superior e salta-me à vista também essa informação ali, que não sei se será para corrigir, pode ter sido um erro, pode haver um reajuste depois, quero só esse esclarecimento. -----

E depois outro, que também me saltou à vista, que é a rubrica que vinha de trás da Zona Lúdica do Sabor. Eu não sei se a obra que falou agora aqui dos 80 mil euros, poderá ser referente ao Cais de Lagoa, quando falou de Nayapa, se for, pode também esclarecer porquê, porque era uma obra já adjudicada e já com o contrato publicado no portal base. Mas deixe-me só dizer, Sr. Presidente, essa obra não era um encargo para o Município, porque essa obra é financiada pela Movera, e não é 80 mil euros, é 195 mil euros, que era a rubrica que estava prevista para a Zona Lúdica do Sabor e estou aqui a falar destes valores, porque são obras estruturais e importantes, que podem fixar gente nas localidades, e não estou a falar de obras de embelezamento. --- Na última Assembleia, o Presidente da Junta de Morais Ramiro Valadar, deu-lhe aqui um exemplo de um investidor que pretendia investir em Morais para dormidas e eu vou também partilhar aqui outra informação consigo. Esta obra da Zona Lúdica do Sabor também desperta interesse de investidores privados. Um deles pode chegar aos 8 milhões de euros de investimento, com 23 postos de trabalho diretos, mais dos que vão entrar agora na Câmara. Ou seja, estamos a falar de obras importantes, obras prioritárias, e quero mostrar-lhes aqui qual a razão, porque deste tipo de investimento que estamos a falar, foi feito ali um estudo por esses investidores, para ver qual é que seria a necessidade de dormidas naquela zona, que rondaria por vezes, se chegar por fim de semana às 38, ou seja, a tal residencial de Morais ainda não chega, ainda tem que ir para Castro Vicente, e alguns ainda vêm para Macedo. E tendo em conta isto, Sr. Presidente, é como lhe digo, a Zona Nascente do concelho quer crescer, portanto deixem-nos crescer, é só isso que pedimos, porque se não, qualquer dia, em vez de só os alunos irem para Izeda, vamos também nós, para Bragança, para Vimioso, para Mogadouro, ou para onde nos quiserem e nos tratarem bem.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que respondeu “ Sr. Deputado Nuno Trindade em relação àquele valor, realmente vamos verificar se realmente é um lapso. Em relação ao CAIS de Lagoa dizer-lhe que tomara o Executivo poder instalar já o CAIS, pois a questão é que a obra foi adjudicada com o parecer negativo da APA, que não o permite, mas obviamente que vamos fazer tudo que estiver ao nosso alcance para instalar o CAIS,



até porque, daquilo que disse e bem, e eu tenho a noção desse investidor, e sei desses valores também, e obviamente que isso não é só bom para Lagoa, aliás, isso é bom para o Concelho e também para todo o Distrito. Por isso obviamente que estamos na mesma sintonia para poder instalar esse CAIS, agora não o podemos fazer de maneira ilegal, dado o parecer negativo da APA. Referiu-se também à Movera, mas sobre esta questão e se financia ou não financia o CAIS, dizer-lhe que não há um compromisso formal assumido sobre isso, e eu convido-o a reunir para ver o Parecer negativo da APA e podermos chegar a um consenso, até porque era ideia deste Executivo, depois desta Assembleia, fazermos essa reunião para rapidamente resolvermos esta questão do CAIS de Lagoa.” -----

Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

5 - DECLARAÇÃO: PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2025: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA b) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO (LCPA), EM ARTICULAÇÃO COM O PREVISTO NO ART.º 17.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 28.01.2026, que se transcreve. -----

“ PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2025: CONHECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL -----

Presente a Declaração do Chefe de Unidade de Administração e Finanças, datada de 22.01.2026 que se transcreve: -----

“ Abílio Rogério Castanheira Pinto, Chefe da Unidade de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, DECLARA, para os fins estipulados na alínea a) do nº 1 do art.º 15.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LPCA), em articulação com o previsto no art.º 17.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual



n/m
cust.
[Signature]

redação, que a 31.12.2025 existiam os seguintes pagamentos e recebimentos, em atraso: -----

I – Pagamentos no valor de 388.741,19€ (trezentos e oitenta e oito mil, setecentos e quarenta e um euros e dezanove cêntimos), conforme “Relação de Encargos Assumidos e não Pagos”, em anexo; --II – Recebimentos no valor de 576.427,64€ (quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e vinte e sete euros e sessenta e quatro cêntimos), conforme “Demonstração da Execução Orçamental da Receita”, em anexo. Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 15.º da LPCA, a presente Declaração deverá ser remetida para conhecimento da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, devendo ainda ser publicitada no Portal do Município.” -----
A Câmara Municipal tomou conhecimento.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 6 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2026 – 1.ª ALTERAÇÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA O), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 18.02.2026, que se transcreve. -----

“ **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2026: DELIBERAÇÃO** --

----- Presente a Proposta da Sra. Vereadora Cristina Pires de 13.02.2026, que se transcreve: -----

“I. Enquadramento e base legal -----

Nos termos do regime aplicável à gestão de recursos humanos na Administração Pública e dos princípios da legalidade, da boa administração, da eficiência, da racionalidade financeira, da continuidade do serviço público e da adequação do vínculo às funções exercidas, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar a proposta de mapa de pessoal e respetivas alterações, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo do Município. -----

O mapa de pessoal constitui instrumento estruturante de planeamento e gestão dos recursos humanos municipais, devendo refletir, de forma rigorosa, atualizada e fundamentada, as necessidades permanentes e efetivas dos serviços, em articulação com o orçamento municipal e com as opções estratégicas de organização interna do



Município. -----

II. Fundamentação da alteração ao Mapa de Pessoal -----

A auscultação dos dirigentes dos diversos serviços municipais permitiu identificar a existência de carências estruturais, permanentes e reiteradas de recursos humanos em áreas nucleares da atuação do Município, designadamente nas obras municipais, setor de candidaturas, educação e ambiente. -----

Estas carências não assumem natureza conjuntural ou excecional, antes se revelando regulares, previsíveis e contínuas ao longo dos anos, comprometendo a capacidade do Município para assegurar, com qualidade, eficiência e estabilidade, o exercício das suas atribuições legais e o normal funcionamento dos serviços. -----

Para suprir tais insuficiências, o Município recorreu em alguns sectores nomeadamente na educação e ambiente, de forma reiterada, a trabalhadores integrados em programas de inserção socioprofissional promovidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

Sem prejuízo da relevância destes programas enquanto instrumentos de política ativa de emprego, a sua utilização continuada para assegurar atividades municipais permanentes revela-se juridicamente desajustada e organizacionalmente insustentável, atenta a natureza transitória, excecional e precária dos vínculos subjacentes, que não configuram relações jurídicas de emprego público nem garantem estabilidade, continuidade funcional ou consolidação de competências. -----

A circunstância de muitos destes trabalhadores terem exercido funções essenciais de forma continuada ao longo de vários anos demonstra, de forma inequívoca, que as necessidades que satisfazem não são temporárias, mas sim permanentes e estruturais. A manutenção deste modelo traduz um desalinhamento entre a natureza das funções exercidas e o tipo de vínculo utilizado, contrariando princípios basilares da boa administração e da continuidade do serviço público. -----

De facto, não obstante o Executivo Municipal reconhecer, de forma transparente, que as despesas com pessoal representam uma parcela significativa das despesas correntes, realidade expressamente assumida aquando da apresentação do orçamento municipal, o reconhecimento deste facto não pode ser interpretado de forma isolada ou simplista, sob pena de se retirar conclusões erradas quanto às opções agora propostas. -----

Com efeito, o peso da despesa com pessoal não resulta exclusivamente da dimensão do mapa de pessoal, mas também - e de forma particularmente relevante - da forma



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and a smaller one below it.

como o trabalho é organizado, distribuído e enquadrado juridicamente. -----

Um modelo assente em muitos vínculos precários, soluções transitórias prolongadas no tempo e elevada rotatividade de trabalhadores tende a gerar ineficiências sistémicas, custos indiretos, perda de produtividade e dificuldades de coordenação, que agravam a despesa global sem produzir ganhos estruturais para a organização. --- Neste sentido, a crítica ao peso da despesa com pessoal constitui precisamente o ponto de partida para a presente proposta, e não a sua negação. Criticar o modelo vigente e, simultaneamente, nada fazer para o reformar traduzir-se-ia numa contradição política e administrativa. Pelo contrário, agir para corrigir as causas estruturais desse peso excessivo corresponde a uma atitude coerente, responsável e alinhada com os princípios da boa administração. -----

Importa ainda sublinhar que a manutenção de necessidades permanentes assentes em vínculos precários não reduz a despesa de forma sustentável, antes a desloca para formas menos visíveis e menos controláveis, designadamente através da fragmentação das equipas, da constante necessidade de integração e formação de novos trabalhadores, da perda de conhecimento institucional, da dificuldade de planeamento e do recurso frequente a soluções de emergência.-----

A criação ponderada de postos de trabalho permanentes, devidamente fundamentada e integrada no planeamento orçamental, não representa um aumento descontrolado da despesa, mas sim uma opção de racionalização e estabilização estrutural, que permite alinhar funções permanentes com vínculos adequados, melhorar a coordenação estratégica dos serviços, aumentar a eficiência organizacional, reduzir custos indiretos associados à precariedade e conferir maior previsibilidade e controlo à despesa com pessoal a médio prazo. -----

Por outro lado, importa distinguir claramente entre crescimento quantitativo do mapa de pessoal e reorganização qualitativa do modelo de gestão de recursos humanos. A presente proposta não visa um crescimento indiscriminado do número de trabalhadores, mas antes a regularização de situações estruturalmente consolidadas, mediante a substituição progressiva de soluções precárias por vínculos juridicamente adequados, estáveis e planeáveis. -----

Paralelamente, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver um esforço continuado de racionalização e maximização dos recursos humanos existentes, através da reorganização interna dos serviços, redistribuição de tarefas e adaptação funcional dos trabalhadores. -----

Todavia, tais medidas atingiram o seu limite funcional, persistindo desajustes entre



funções, cargas de trabalho e perfis profissionais, bem como insuficiências na cobertura de postos essenciais, com particular incidência nas carreiras de assistente técnico e assistente operacional, agravadas pela ocorrência frequente de baixas médicas e ausências prolongadas, especialmente sentidas nos estabelecimentos de ensino e noutros setores operacionais. -----

Neste contexto, o Executivo Municipal entende que manter a situação atual significaria perpetuar um problema estrutural identificado, sendo politicamente incoerente criticar o modelo vigente sem adotar medidas concretas para o corrigir. A presente alteração ao mapa de pessoal constitui, assim, uma resposta responsável, juridicamente adequada e financeiramente sustentada, que materializa, em termos práticos, a necessidade de reformar o modelo de gestão de recursos humanos do Município. -O provimento dos postos de trabalho previstos será efetuado de forma faseada ao longo do ano de 2026 e seguintes, em articulação com a revisão orçamental aprovada, garantindo uma implementação prudente, controlada e compatível com a capacidade financeira do Município. -----

III. Discriminação dos postos de trabalho a criar -----

Em concretização da alteração ao Mapa de Pessoal proposta e com base no levantamento técnico efetuado pelos serviços, cuja informação detalhada se encontra anexa à presente proposta, identificam-se os postos de trabalho a criar, bem como as necessidades de mobilidade interna, nos seguintes termos. -----

1. Postos de trabalho a prover -----

Atendendo às carências identificadas nos serviços municipais e à necessidade de reforço da capacidade operacional, técnica e de coordenação, propõe-se a criação dos seguintes postos de trabalho: -----

5 (cinco) postos de trabalho na carreira de Técnico Superior, a afetar preferencialmente a áreas técnicas e de coordenação dos serviços municipais, designadamente à secção de contratação pública e contabilidade, gabinete de desenvolvimento de projetos e candidaturas, serviço de saúde e bem-estar, serviço de apoio ao agricultor ou gabinete de desenvolvimento das pessoas e da organização sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços ou unidades orgânicas, em função de necessidades supervenientes do Município. -----

10 (dez) postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico, a afetar preferencialmente aos serviços administrativos e de apoio técnico, designadamente secção de recursos humanos, gabinete de apoio ao empreendedor e ao empresário,



m/n
aull.
[Signature]

serviço de apoio ao agricultor, gabinete de desenvolvimento das pessoas e da organização, gabinete de apoio às freguesias, sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços ou unidades orgânicas, em função de necessidades supervenientes do Município. -----

13 (treze) postos de trabalho na carreira de Assistente Operacional, a afetar preferencialmente aos serviços operacionais da educação e parque escolar, nomeadamente estabelecimentos de ensino e serviços de apoio logístico, divisão municipal de ambiente e serviços urbanos sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços municipais, em função de necessidades supervenientes que venham a ser identificadas. -----

Os postos acima identificados destinam-se a reforçar áreas operacionais e administrativas essenciais ao funcionamento regular dos serviços municipais, em particular nos setores com maior pressão funcional e défice estrutural de recursos humanos. -----

2. Mobilidades internas previstas -----

Paralelamente à criação de novos postos de trabalho, e no âmbito de uma gestão integrada e racional dos recursos humanos, encontram-se previstas mobilidades internas, com o objetivo de ajustar perfis profissionais às funções efetivamente exercidas, nos seguintes termos: -----

2 (duas) mobilidades da carreira de Assistente Técnico para Técnico Superior, a afetar preferencialmente a áreas técnicas especializadas; -----

1 (um) posto de trabalho com funções de Coordenador Técnico, a afetar preferencialmente a serviços com necessidade de coordenação técnica e operacional, sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços municipais, em função das necessidades organizacionais. -----

2 (duas) mobilidades da carreira de Assistente Operacional para Assistente Técnico, a afetar preferencialmente a serviços administrativos; -----

1 (um) posto de trabalho com funções de Encarregado Geral, a afetar preferencialmente aos serviços operacionais com funções de coordenação, sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços municipais, em função das necessidades do Município. -----

1 (um) posto de trabalho com funções de Encarregado, a afetar preferencialmente aos serviços operacionais, sem prejuízo de posterior afetação a outros serviços municipais, em função das necessidades identificadas. -----



Estas mobilidades visam promover uma melhor adequação entre competências, responsabilidades e funções, contribuindo para o reforço da eficiência organizacional, da motivação dos trabalhadores e da estabilidade dos serviços. -----

IV. Enquadramento financeiro e orçamental -----

Os encargos financeiros decorrentes da presente alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo a criação dos novos postos de trabalho e as mobilidades internas previstas, encontram-se integralmente suportados pela revisão ao orçamento municipal, cuja aprovação se apresenta à presente Reunião de Câmara, a qual assegura o necessário cabimento e compromisso da despesa nas rubricas adequadas da despesa com pessoal. -----

A presente proposta foi elaborada em estrita articulação com a referida revisão orçamental, garantindo-se que o impacto financeiro associado se encontra devidamente quantificado, previsto e acomodado no orçamento municipal em vigor, não colocando em causa o equilíbrio orçamental nem os limites legais aplicáveis à despesa com pessoal. -----

Deste modo, a alteração ao mapa de pessoal agora proposta respeita os princípios da sustentabilidade financeira, da legalidade orçamental e da boa gestão dos recursos públicos, constituindo uma opção financeiramente responsável, planeada e compatível com a capacidade financeira do Município. -----

V. Proposta de deliberação -----

Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos da fundamentação apresentada e cujo mapa atualizado se anexa; -----
2. Submeter a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação e aprovação, nos termos legais; -----
3. Determinar que o provimento dos postos de trabalho seja efetuado de forma faseada ao longo do ano de 2026 e seguintes, em função das necessidades dos serviços e da disponibilidade orçamental.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a proposta da 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos termos propostos e, para os efeitos do n.º 1, alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal. -----



Handwritten signatures in blue ink.

----- Votação: quatro (4) votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca), três (3) votos contra (Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Susana Viana) -----

Declaração de voto: “ Os vereadores do Partido Socialista votam contra a proposta de alteração do mapa de pessoal pelos seguintes fundamentos: -----

1. A proposta de criação de 31 postos de trabalho não se encontra fundamentada nos termos da Lei n.º 35/2014, no que respeita à caracterização e justificação das necessidades de recrutamento, tal como resulta do disposto no artigo 28.º do citado diploma legal. -----
2. Alegar como alegam que o aumento de postos de trabalho visa evitar o recurso aos programas do IEF, a fundamentação é irrealista e infundada, pois dos 71 postos de trabalho criados e a criar, apenas 19 são elegíveis nestes programas, como sejam aqueles que correspondem à carreira de assistente operacional. -----
3. No que concerne à criação do posto de coordenador técnico, a proposta viola o disposto no artigo 88.º, n.º 3 do Anexo I à Lei n.º 35/2014, no que se refere à regra da densidade. -----
4. No que concerne à criação do posto de trabalho de encarregado geral operacional, conforme parecer entregue da CCDRN que fica a fazer parte desta declaração de voto, a proposta viola o disposto no artigo 88.º, n.º 4 do Anexo I à Lei n.º 35/2014, no que se refere à regra da densidade. -----
5. No que concerne à criação do posto de trabalho de encarregado operacional, a proposta viola o disposto no artigo 88.º, n.º 5 do Anexo I à Lei n.º 35/2014, no que se refere à regra da densidade. -----
6. A proposta não tem cabimento orçamental, nem sustentabilidade futura pelos motivos antes aduzidos.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que, por sua vez, passou a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires**, tendo em conta que tem o Pelouro dos Recursos Humanos. -----

No uso da palavra a **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** fez a seguinte intervenção:
“Relativamente a este ponto, como tem sido motivo de conversa, importa clarificar a situação com clareza e alguma transparência. Dos 71 lugares criados no mapa de pessoal, importa por começar a esclarecer que 31 já transitavam do anterior executivo. Assim, a decisão deste executivo incidiu sobre 40 novos lugares. O mapa pessoal, portanto, integra 71 lugares, sendo que 15 dizem respeito ao procedimento concursal



de técnicos superiores e 5 ao procedimento concursal para assistentes técnicos, encontrando-se este já em curso na sequência de abertura pelo anterior executivo. Deduzindo estes 20 lugares que estão em concurso, ficam 51 lugares que poderão ser providos através de abertura de novos procedimentos ou utilizados para mobilidades internas ou até recurso à bolsa de recrutamento, considerando que há estes dois concursos a decorrer. Portanto, sublinho novamente, dos 71 lugares criados no mapa pessoal, 40 foram efetivamente criados por este novo executivo. Acresce-se que, dos lugares constantes no mapa pessoal, neste momento, de 9 lugares destinam-se a mobilidades internas, ou seja, à valorização e reorganização de trabalhadores que já pertencem aos quadros do município. E porque são necessários estes lugares? Primeiro, porque está prevista a aposentação de 28 trabalhadores nos anos de 2026 e 2027. E não agir agora seria deixar serviços essenciais em risco dentro de dois anos. Segundo, porque houve transferência de competências, como já sabem, nomeadamente na área de educação, o que trouxe novas responsabilidades ao município, e não podemos assumir mais competências sem os recursos humanos necessários para lhe dar resposta. Terceiro, porque ao longo dos últimos anos, o município tem recorrido a programas ocupacionais através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e é aqui que importa sermos claros. Um programa ocupacional é temporário, normalmente dura um ano e é seguido do interregno de três meses, mesmo assim, há trabalhadores que, desta forma, têm colaborado com o município há 10, 15 ou mais anos, o que acontece então para que as pessoas que não saibam compreendam aquilo que se passa relativamente a estes trabalhadores? O município continua a ter necessidade de recursos humanos, recorre então aos programas ocupacionais. Contudo, no fim de um ano, o trabalhador fica impedido de exercer funções na mesma entidade durante três meses. Esta limitação obriga a sua substituição por outro profissional para suprir a vaga, desencadeando um ciclo sucessivo de substituições. Tal situação não contribui para a estabilidade organizacional, pelo contrário, gera uma rotatividade forçada e acentua a precariedade laboral. Consequentemente, as famílias ficam privadas da necessidade de estabilidade pessoal e financeira, uma vez que se mantém um vínculo profissional descontínuo e incerto. Importa esclarecer que a maioria dos lugares criados são para assistentes operacionais, principalmente para exercerem funções nas escolas. ----- E aqui não estamos a falar de cargos políticos, estamos a falar da base do funcionamento do município. E quando falamos das escolas, não estamos a falar de



um serviço qualquer, estamos a falar de crianças, crianças que precisam de referências, de rostos conhecidos e de estabilidade emocional. Num contexto em que todos reconhecemos que os nossos alunos enfrentam cada vez mais desafios, quer sociais, familiares, emocionais, faz sentido termos funcionários constantemente a rodar? Eu acho que não. Além disso, há uma questão que não pode ser ignorada. As pessoas que vêm através de programas ocupacionais não são sujeitas à avaliação psicológica prévia específica para trabalhar com crianças, como acontece nos procedimentos concursais para integração no quadro. Mas importa também esclarecer que estes lugares também não se destinam só às escolas, abrangem vários serviços essenciais ao funcionamento do município. Foram escoltados os diversos serviços municipais, analisadas as carências existentes, avaliadas as novas competências assumidas pelo município, e foram identificadas necessidades permanentes nas várias divisões. Estamos igualmente a estruturar novas áreas estratégicas, como vocês sabem, foi criada a divisão de agricultura e a divisão de desporto e que exige equipas próprias e, por isso, a criação de lugares de suporte a estas divisões novas. Podíamos continuar a rodar pessoas como se fossem números, é verdade, mas escolhemos tratar pessoas como aquilo que são, essenciais. E para nós isto não é despesismo, estamos a falar de responsabilidade e de segurança institucional. Não podemos continuar a suprir necessidades permanentes com soluções temporárias. Não podemos manter os mesmos trabalhadores durante 10 ou 15 anos numa situação de precariedade encapotada. Se a função é permanente, o posto de trabalho deve ser permanente, portanto, este executivo quer estabilidade nos serviços, quer equipas consistentes e quer profissionais integrados, avaliados, responsabilizados e valorizados. E agora peço permissão à Senhora Presidente da Assembleia para dar a palavra ao Sr. Diretor para fazer um esclarecimento técnico. -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao **Sr. Diretor do Departamento Municipal de Coordenação Estratégica, Rui Costa** que no uso palavra fez o seguinte esclarecimento: “ A senhora Vereadora já fez uma breve abordagem. O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão e estamos aqui para o defender em análise técnica. A opção do executivo refere que há necessidade de preenchimento de postos de trabalho no município para o futuro e devemos encarar este mapa pessoal que é apresentado como um instrumento de gestão, que queremos seja ágil e que dê respostas rápidas em caso de necessidade. Nós já auscultamos os serviços e nesta primeira fase percebemos que havia um défice claro em algumas



situações. Por outro lado, como referiu a senhora Vereadora, temos as novas divisões que carecem de equipas novas. Nós percebemos também, numa antecipação de necessidades futuras, que havia a previsibilidade de reforma de 28 trabalhadores. Faço agora uma pequena apresentação PowerPoint com explicação. Este foi o mapa que nós tivemos por base. A azul estão todos os lugares já aprovados em mapas anteriores. Seja o mapa de 25, seja o mapa que acompanhou o orçamento em dezembro para o orçamento de 2026. -----

Foram acrescentados neste momento, e estamos em aprovação neste momento, o estão ao verde. Em cima, onde se diz técnicos superiores 20 lugares a concurso, estamos a incluir 15 técnicos superiores das AEC's que estão em concurso. Aqueles 5 assistentes técnicos estão em concurso neste momento e esperamos que concluem em pouco tempo. Foram detetadas necessidades de assistentes técnicos que este Executivo Municipal, nos próximos 18 meses, não pode abrir concurso. Fique claro que se tiver a associar estes lugares a alguma situação menos clara, não é possível abrir concurso, porque os 5 vão-lhe gerar uma bolsa de recrutamento e tem que ser respeitada. Depois, detetou-se na escola uma grave carência de funcionários e tivemos que acrescentar aos 6, 13 postos de trabalho. Claro que vão dizer, e legitimamente, que as mudanças vão gerar lugares vagos, mas aqui a perspetiva é não haver lugares vagos, com as 28 reformas que estão ali previstas, não precisarmos que as pessoas saiam para provermos os postos de trabalho. O que queremos é, imediatamente antes, que haja uma aprendizagem com quem vai sair, para se passar informação, para não se perderem competências neste sentido. Vai gerar lugares vagos que nós nos comprometemos, obviamente, no modelo de gestão, responsável a não prover lugares vagos, só a prover os 71 lugares que estão referidos. Claro que estamos a falar de um instrumento provisional que os 71 até podem todos, mais tarde, nem vir a dar concurso. Não vir a dar provimento por mobilidade, reconhecimento de mérito a trabalhadores e de situações que nós temos carência, em algumas áreas., ou seja, no fim de se concluir este processo, temos 14 novos postos de trabalho. Nos últimos 8 anos, isto são dados nominais, foi feito um levantamento. Temos que for ao recurso, aquilo que falou a senhora Vereadora, foi recurso a 545 pessoas ao IEFP. Se nós estamos a falar de necessidades não permanentes, se o IEFP não serve para prover postos não permanentes, e eu até posso falar que venho de lá, sou quadro do IEFP, não poderiam estes números aparecer e nós vamos olhar onde estão, maioritariamente, estas pessoas, nas escolas. Se nós temos 545 postos de trabalho e



Handwritten signature in blue ink.

quando há aquele ato de tempo de 3 meses que a senhora Vereadora referiu, nos últimos 2 anos tivemos que recorrer a atos isolados destes trabalhadores para suprir estes 3 meses, ou este mês da ausência. E quando no passado se recorria à paisagem protegida e se recorria, enquanto era associação ao Geoparque, para ter os trabalhadores em circuito, trabalhando continuamente, e estamos a falar de trabalhadores que estão ali escrito, não recebem ordenado mínimo. Estamos a falar de pessoas que não têm direito a férias, não têm direito a subsídio natal ou férias, não têm direito a faltas e se faltarem por doença 15 dias são excluídos do programa. Sem direitos, não têm direito ao pagamento de trabalho extraordinário, não pode ser exigido. Não têm direito a qualquer abono no final do contrato. Não descontam para reforma nem para doença. As pessoas não têm um contrato de trabalho para apresentar para um crédito de habitação ou para um crédito de automóvel. E temos pessoas, porque eu fiz o apanhado nominal, temos pessoas que estão continuamente há mais de 10 anos. Se 545, que dá uma média mensal de 68 pessoas, se uma média anual de 68 pessoas, estaremos a falar realmente do exagero de prover estas necessidades? Estas pessoas ou estes postos de trabalho, porque nós não sabemos quem vai prover os postos de trabalho, que possivelmente irão a concurso, estamos a falar dos assistentes operacionais, que já verificamos que os assistentes técnicos, este executivo não pode levar a concurso. Será que não temos essa necessidade? Será que aquilo que a escola referiu não será verdade? Será que as carências que nós verificamos em Morais, que há um mês ameaçaram fechar a escola porque saiu uma pessoa do centro de emprego em setembro e a seguir esteve em ato isolado e não havia nenhuma candidatura para ela regressar e surgiu a necessidade de colocar uma pessoa que estava a receber subsídio, porque era a única vaga que estava aberta do centro de emprego que podia ser utilizada e para desenrascar, porque não podiam dar condições de segurança, garantias de segurança na escola de Morais, que entre outros deficits também não tinha, ficou sem uma trabalhadora, não podemos chamar de trabalhadora, sem uma pessoa a executar funções na escola. Será que isto é o que queremos manter? É esta a votação que está em causa e deixo à vossa consideração.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu vou tentar ser breve, mas este ponto requer aqui uma análise um bocadinho mais aprofundada. Eu agradeço os esclarecimentos que nos foram dados e em primeiro lugar, eu quero dizer que o Partido Socialista, jamais se opará à



contratação de pessoas que estejam em situação de precariedade. Isto não é, nem nunca foi, a “panagem” do Partido Socialista, se há Partido que defende que as situações de precariedade devem terminar, somos nós, por isso quanto a isso estamos perfeitamente à vontade. Agora vamos fazer uma análise profunda destes dados. Queria-vos só dizer que na reunião de Câmara, que precedeu a aprovação deste ponto para vir à Assembleia, houve uma intervenção do Sr. Vereador Paulo Rogão, peço desculpa, que não vem anexa à intervenção. E ela seria importante, era importante que na Câmara, e porque eu assisti à reunião de hoje e na ata vêm lá questões que são menos relevantes e que disseram que seria importante que ficassem, por isso seria importante que esta intervenção também lá estivesse, porque ela explica muito do que nós vamos falar a seguir, mas eu vou fazer questão de falar destes números. Vou começar do início e vou começar de 2017 para vos dizer que o município tinha 256 trabalhadores, em 2018, 275, em 2019, 266, peço desculpa, em 2020, 300, em 2021, 308, em 2022, 335, não temos dados, segundo o balanço social de 2023, em 2024, 354 e em 2025, 344. Dizer-vos que foram enquadrados aqui ao abrigo da transferência de competências 61 trabalhadores das escolas no ano de 2020, e em 2021, 6 trabalhadores do Geoparque Terras de Cavaleiros. Feitas as contas, perfaz um aumento de lugares entre 2017 e 2025, de 21 lugares no quadro do município, se associarmos estes que vos disse, posto isto, e falando agora claramente dos números que se apresentam, e é por isso que nós aqui estamos, nós não somos contra, porque seríamos claramente a favor, fazendo sentido, 71 novos postos de trabalho, a Sra. Vereadora, em primeiro lugar, disse-nos que 31 já estavam previstos, que serão para integrar, e bem entendemos nós, os trabalhadores das atividades extracurriculares, ou os postos de trabalho referentes às atividades extracurriculares, mais a admissão de 5 técnicos que eu suponho que sejam os técnicos do BUPI, digo 5 técnicos para ocupar lugares do BUPI, não quero dizer que sejam os técnicos do BUPI, mas 5 técnicos para ocupar os lugares do BUPI. Bom, quanto a isto nós estamos perfeitamente de acordo, não vejo problema absolutamente nenhum, parece-me razoável, e sim, que a bolsa se mantenha pelos 18 meses que a Lei prevê. As 9 mobilidades internas, alertando que as mobilidades internas geram lugares, e se nós aprovarmos estes lugares, teremos lugares a seguir abertos, que se mantêm e que podem ser ocupados, ou seja, um assistente operacional que transita para assistente técnico, abrimos uma vaga de assistente técnico, mas fica uma vaga de assistente operacional que pode ser ocupada da bolsa que esteja a decorrer, por isso, são



af/m
[Handwritten signature]

verdadeiros lugares efetivos que estamos a transferir para a mão do executivo. Depois, dizer-vos que os 28 reformados que venham a aparecer, não existem, eles vêm a aparecer, e já estamos claramente com vagas para eles, porque logo que o lugar do reformado sai, a vaga fica aberta e eles podem contratar, não precisam de uma vaga nova. O reformado tem uma saída, não é como no passado, que existia a Lei do “dois para um”, e que por cada dois só podia entrar um, hoje cada reformado pode admitir um elemento novo, e como tal, nós estamos a falar disto, 28 reformados geram 28 novos lugares, ou seja, 71 mais 28. Programas operacionais, segundo o que percebo, falámos aqui em grosso modo em 545 postos de trabalho, são 545 contratos de trabalho, que geram, eventualmente, e se dividirmos isto, 68 potenciais contratos de trabalho por ano, porém, e isto aqui é factual, estes contratos com o Centro de Emprego e Formação Profissional são para assistentes operacionais, caríssimos. A concurso só estão 19 lugares para assistentes operacionais, é disto que nós estamos a falar. Para além disto, temos ainda uma outra questão, a estrutura orgânica do atual Executivo foi recrutar quase exclusivamente ao exterior, quanto a isso é uma opção política e nós não temos nada a dizer, mas, resultando desta contratação política ou desta estrutura orgânica vagas, ou melhor, resultando lugares da antiga estrutura orgânica que passam a ser técnicos deste município e que ocupam lugares que podem e devem ser ocupados, ou seja, nós estamos a libertar mais gente para trabalhar. Também nos gabinetes de apoio, o anterior executivo contratualizou e ocupou os lugares com pessoas do interior do executivo, ficando agora também mais pessoas disponíveis para trabalhar, por isso nós temos alguma dificuldade em perceber de onde é que vêm estes lugares todos, é mesmo uma dificuldade. Para além disto, também nos causa aqui alguma estranheza, três avenças, uma das quais já está contratualizada no Serviço Jurídico, mais duas que perfazem um total quase de 75 mil euros. E agora vou-vos falar de números, só para terminar e para falar dos números, porque é isso que nos preocupa, é que o aumento do mapa de pessoal terá um encargo de cerca de um milhão e meio de euros, a nova estrutura orgânica acresce a este valor cerca de 350 mil euros ao ano em relação à anterior, o gabinete de apoio cerca de 75 mil euros em relação ao gabinete de apoio anterior e as avenças cerca de 75 mil euros, portanto estamos a falar de valores que se aproximam dos dois milhões de euros ao ano, estes valores são e têm um impacto orçamental muito significativo, portanto nós estamos muito preocupados com isto, estamos preocupados porque vai absorver todo o FEF disponível para salários e não há margem para investimento predominantemente, portanto, do investimento que vocês tanto falam e



que tanto se falou nas freguesias, do investimento que se fala nas obras, nas estradas, naquilo que não está feito, não vai haver dinheiro para absolutamente nada. Sim, os trabalhadores são importantes, mas tem que haver peso, tem que haver peso e medida, porque se nós vamos contratar assim não vai haver dinheiro para mais nada. Uma nota adicional, só e para terminar, há um parecer da CCDR que vossas Excelências já terão conhecimento e que ele é claro quanto à ilegalidade da criação do posto de trabalho de encarregado geral operacional e da criação de mais um posto de encarregado.” -----

SÉRGIO RICARDO DIAS LAMEIRAS (PSD) - Fez a seguinte intervenção: “Na política podemos discordar, mas não podemos confundir as pessoas, e aquilo que tem sido dito sobre estes 71 lugares e precisa ser repostado com verdade. Quando se fala em 71 lugares, tenta-se passar a ideia de que estamos perante uma vaga de contratações e um crescimento exagerado da máquina municipal, isso não corresponde à realidade. A maioria destes lugares não corresponde a novos trabalhadores, corresponde a trabalhadores que já desempenham funções no município há anos, que garantem serviços todos os dias, mas que continuam sem o devido enquadramento no mapa pessoal. Estamos a falar de pessoas que já cá estão, estamos a falar de funções que já existem, estamos a falar de necessidades permanentes que durante demasiado tempo foram ignoradas. Um exemplo claro são os professores das atividades de enriquecimento curricular, AEC’s, que asseguram atividades fundamentais e que apesar de anos de serviço nunca tiveram o seu lugar devidamente previsto no mapa pessoal. Isto não é criar empregos, isto é regularizar o que já existe, é dar estabilidade a quem trabalha, é garantir transparência na gestão pública, entre estes 71 lugares incluem-se também assistentes operacionais para as escolas, profissionais que lidam diariamente com crianças com enorme responsabilidade e sensibilidade. São pessoas que garantem segurança, são pessoas que garantem acompanhamento, são pessoas que asseguram o normal funcionamento das escolas. Não são números num papel, são profissionais que cuidam das nossas crianças todos os dias, mas há uma realidade que não podemos continuar a ignorar. Durante demasiado tempo recorreu-se a programas temporários do IEFP, que já aqui foi falado e muito bem explicado, para assegurar funções permanentes nas escolas. Programas que colocam pessoas, muitas vezes sem formação adequada, a lidar diariamente com crianças e a assumir responsabilidades que exigem preparação, sensibilidade e competência. Quem



Handwritten signature in blue ink.

trabalha nas escolas sabe que hoje existem cada vez mais alunos com dificuldades comportamentais, emocionais e psicológicas. Esta realidade exige pessoas preparadas, exige estabilidade, exige equipas permanentes. Não podemos aceitar que funções tão sensíveis continuem a ser asseguradas por soluções provisórias. As nossas crianças merecem profissionais qualificados, as escolas merecem equipas estáveis, os pais merecem confiança no sistema educativo, por isso, é tempo de dizer com clareza. Temos de acabar com a dependência de programas temporários do IEF nas escolas, temos de substituir precariedade por responsabilidade. Temos de substituir improviso por profissionalismo, cuidar das nossas crianças não pode ser uma solução temporária, tem de ser uma prioridade permanente. Alguns destes 71 lugares destinam-se também a responder a aposentações que ocorrem num curto espaço de tempo. Isto chama-se planeamento, isto chama-se responsabilidade. Porque governar não é reagir quando já é tarde, governar é antecipar. Durante anos assistimos a uma opção política diferente. Privilegiaram-se lugares de gabinete e funções administrativas, enquanto faltavam trabalhadores operacionais, faltavam equipas nas escolas e faltavam meios humanos no terreno. Governar com responsabilidade é dizer a verdade às pessoas, mas há algo ainda mais importante. Nas escolas, nas crianças e na confiança das famílias não há espaço para improviso, não há espaço para soluções temporárias, não há espaço para descuido. Porque quando falhamos com as nossas crianças, falhamos com tudo. Permitam-me ainda uma última nota. Infelizmente aquilo que debatemos aqui com seriedade nem sempre é o que chega às pessoas com o mesmo rigor. Ainda ontem um deputado da oposição voltou a utilizar as suas redes sociais para deturpar esta matéria, insistindo numa narrativa que não corresponde aos factos e que procura criar alarme onde ele não existe. E para isso, minhas senhoras e meus senhores, é preocupante. Uma coisa é termos visões políticas diferentes, outra coisa é alimentar desinformação. Quando se insiste em dizer às pessoas que estamos a criar 71 novos empregos, sabendo que a maioria corresponde a regularizações, planeamento de aposentações e reforço nas áreas críticas como as escolas, isso não é um erro de interpretação, é uma escolha. E essa escolha não contribui para um debate sério, não contribui para esclarecer os cidadãos, não contribui para dignificar a política. Os munícipes merecem mais, merecem verdade, merecem rigor, merecem que não se brinque com números para gerar ruído. Podemos e devemos discordar, mas não devemos confundir e muito menos enganar. O que está aqui em causa não é uma disputa partidária, é a organização do município, é a estabilidade das escolas, é a qualidade dos serviços



públicos. E isso é demasiado importante para ser tratado com leviandade nas redes sociais. Nós escolhemos fazer política com responsabilidade, com transparência e com verdade. É isso que continuamos a fazer.” -----

CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu ouvi com atenção o Deputado Alfredo Preto, em relação aos números que aqui apresentou, e eu tenho vindo a reunir alguns números que ainda não tinha apresentado, porque não me seria possível ter valores oficiais, entre aspas, porque eles demoram um tempo. Quando em 2017 o anterior executivo entrou, de acordo com o anuário dos municípios, que sai todos os anos, e eu parto do princípio que a informação que está nos anuários dos municípios é correta, em 2017, o anuário dos municípios diz que existiam cerca de 240 trabalhadores. Estes 240 trabalhadores, e de acordo com os orçamentos e as prestações de contas que vêm sendo apresentadas no município de Macedo de Cavaleiros, estes 240 trabalhadores custavam, em custos com o pessoal, cerca de 5 milhões de euros. Em 2024, que foi o último anuário que saiu. Em 2024, de acordo com o anuário dos municípios, o município tinha 407 trabalhadores. Vamos retirar aqui os tais 60 que falámos que foram das transferências, portanto, seriam 347. -----

Os valores que eu tenho são valores de publicações editadas, publicadas, de consulta pública, que toda a gente pode consultar. Aqui a minha questão é esta. Em 2017, estes trabalhadores custavam 5 milhões de euros. Mas em 2024 ou 2025, os custos com o pessoal, com esses tais mais 21, fariam com que os custos passassem de 5 milhões para 10 milhões. Alguém tem que me explicar essa conta. Vamos lá ser claros. O anuário dos municípios, aquilo que diz, é que tinham 240 trabalhadores. Neste momento, ou em 2024, tinha 407, os custos com o pessoal passaram de 5 milhões para 10 milhões. Dobrou. Eu não consigo é perceber porque é que nós estamos aqui agora a fazer estas contas. Era bom que esta preocupação que existe, viesse existindo desde sempre. Porque, Alfredo, eu lembro-me perfeitamente de uma reunião de Câmara, em que o anterior Presidente da Câmara afirmou que usava os serviços da Câmara como um fator social. Aliás, isso são palavras que estão gravadas. Que dava emprego a pessoas que, algumas delas, não tinham sequer capacidade para trabalhar. Esta preocupação que existe agora já devia ter existido muito atrás, das pessoas que estavam nessa bancada e nunca ninguém falou neste assunto. Nunca. Aliás, esse mesmo Presidente fez aqui uma intervenção na



ng/n
ufl
[Signature]

Assembleia, em que se dizia orgulhoso, como se isso fosse efetivamente motivo de orgulho, de ser um dos maiores empregadores do concelho. Estamos muito mal quando o município é um dos maiores empregadores do concelho. Muito mal. E agora, aquilo que estamos aqui a fazer, de falar de números, eu nunca vi esta preocupação com a entrada de pessoas. Aquilo que me interessa é que este Executivo foi eleito com a credibilidade dos macedenses, e eu tenho que lhe dar, não posso estar aqui agora a pensar, que ao fim de cinco meses de governação, a tirar-lhe ações sobre aquilo qual é o seu trabalho. Tenho que lhe dar um voto de confiança, como qualquer macedense que lhe deu o voto. E, portanto, quando tem um técnico da Câmara a dar-me explicações, a dizer-me que estes lugares são essenciais e que são importantes para a salvaguarda de melhores condições de trabalho, de melhores condições nas escolas, a única coisa que eu tenho a dizer aqui, meus amigos, e eu, isto serve já como a minha declaração de voto, é podem meter as pessoas. Se fazem falta, metam as pessoas. No final dos quatro anos, esta gente vai a eleições. E os macedenses vão dizer se eles fizeram um bom trabalho ou não. " -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que no uso da palavra disse: "Em resposta no que diz respeito às avenças, contrariamente ao que foi divulgado pelo deputado Alfredo Preto e pelo Partido Socialista, não estão em causa três avençados, mas sim dois. Uma avença na área jurídica do contencioso e outra na área da arquitetura. A terceira suposta avença com um advogado não é verdade. O Executivo tem intenção, sim, de fazer contrato de prestação de serviços com um consultor para formação e consultorias nas áreas da Administração Geral, Contratação Pública e Implementação de Norma de Controlo Interno, que não existe no Município e é obrigatória. E, ainda, apoio técnico à adaptação e operacionalização constantes da estrutura orgânica municipal, como o anterior Executivo teve na área da assessoria na parte das candidaturas. Sem esquecer que, no que diz respeito ao jurídico e contencioso, o Município, ou melhor, o anterior Executivo, teve a correr, em simultâneo, duas avenças. Uma com o doutor Duarte Oliveira, a quem este Executivo, mediante apresentação de prova de prestação de serviços, ainda pagou três meses de faturas atrasadas, já reclamadas ao anterior Executivo. Paralelamente, tem a avença, até maio, com uma sociedade de advogados do Porto, em que um dos advogados é nada mais, nada menos, que o Presidente da Assembleia de Freguesia de Talhas. Ora, se o anterior Executivo teve esta liberdade de escolha de avençado, porquê o atual Executivo não o poderá fazer? E, mais,



porquê que agora é um motivo de crítica? Diz também o Partido Socialista que há recursos internos suficientes e, aqui, cumpre, esclarecer que aquilo que a Câmara Municipal tem são juristas, não são advogados, que, entre outras coisas, estão proibidos, eu repito, de fazer contencioso. Mas se os três juristas são suficientes, por que razão acumulam e não conseguem cumprir prazos de processos de averiguações, pedidos de pareceres e têm atrasos estruturais herdados? Ora, pedem escusa por conflito de interesses e, até aí, tudo bem? Ora, um dos processos de averiguações deve ser instruído por entidade externa ou porquê que os processos de reversão, por exemplo, da zona industrial estão manifestamente atrasados? E isto não é um ataque à competência das pessoas em causa, é fazer política sem argumentos quando sabem as dificuldades do município neste setor. Executivos responsáveis não esperam que surjam acórdãos ou anular atos administrativos ou condenações do Tribunal de Contas para depois dizerem que faltavam meios, como acontece no caso da avença na área da arquitetura. A contratação em causa decorre de necessidades objetivas do serviço, concretas e verificáveis. O serviço do urbanismo tem prazos legais a cumprir, processos pendentes e responsabilidades técnicas que não podem ficar suspensas por conveniências políticas da oposição. Não estamos perante uma necessidade criada, estamos perante uma necessidade funcional real, que exige uma resposta imediata e ignorar isto sim seria lesivo ao interesse público. O regime de meia jornada deferido ao arquiteto é um direito legalmente previsto, a sua concessão foi efetuada dentro do enquadramento normativo aplicável e o município não pode nem deve recusar direitos legalmente consagrados com base em conveniências políticas. Perante esta realidade objetiva, o Executivo optou por um instrumento legalmente previsto no Código dos Contratos Públicos, dentro dos limiares legais, publicitado e escrutinável. Não há qualquer contorno de procedimento, há aplicação somente da Lei. A tentativa aqui do PS de transformar uma solução técnica e juridicamente sustentada num caso político, é tão só inadmissível quanto nenhuma avença feita pelo Partido Socialista foi escrutinada em reunião de Câmara porque nunca, contrariamente ao que a Lei prevê, foram objeto de parecer prévio. Isto é que é ilegal, violação do artigo 6º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de setembro e do artigo 4º da Portaria nº 149/2015 de 26 de maio, já que estamos a citar artigos.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Sr.ª Vereadora Cristina Pires** que no uso da palavra disse: “Queria só responder ao Deputado



27/11
Lup
[Signature]

Alfredo Preto, quando refere que uma parte significativa do Fundo de Equilíbrio Financeiro é absorvida por despesas com recursos humanos. Esta afirmação não corresponde à verdade. Isto porquê? Saliento, só para ficar bem frisado aqui, que os lugares previstos no mapa pessoal correspondem a uma projeção estruturada das necessidades permanentes do município, cuja concretização será assegurada de forma gradual ao longo do mandato e não neste ano. A sua criação não determina por si só a abertura imediata de todos os procedimentos concursais que estão criados no mapa. Solução que seria, aliás, operacional e administrativamente impraticável no corrente ano. Existe, sim, uma estratégia assente no planeamento, calendarização e rigor orçamental. Saliento ainda que esta realidade não é nova relativamente ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, nem exclusiva deste Executivo, porque nos anos em que a atual oposição assumiu a gestão municipal, a despesa com o pessoal representava uma percentagem semelhante no orçamento municipal. E como disse atrás, porque falou também que não foram criados só assistentes operacionais, são outros lugares criados no mapa pessoal, e como disse anteriormente, foram escoltados os diversos serviços municipais, e analisadas as carências dos diversos serviços, foram identificadas as tais necessidades permanentes e nas várias divisões, inclusive nas duas divisões novas, esses lugares foram criados para essas necessidades dessas divisões, portanto, não é só para as escolas, é para as várias divisões, quer técnicos superiores, assistentes operacionais e assistentes técnicos.” -----

ALFREDO CARLOS PRETO FERNANDES (PS) – Que no uso da palavra disse: “Eu quero que fique claro que eu não tenho nada a opor, não tenho mesmo nada a opor à criação de postos de trabalho, a minha dúvida prende-se só com o seguinte, vocês dizem que isto é para o universo de 4 anos, então se é para o universo de 4 anos, podíamos eventualmente agora aprovar 20 postos de trabalho para o próximo ano, depois mais 20, depois mais 10, depois mais 10, porque estamos a abrir agora 70, quer dizer, se não fazem falta, então vamos criá-los para quê? É isso que eu não consigo perceber e tenho alguma dificuldade. Depois, e falando ali para o Sr. Presidente, eu não falei em gabinete jurídico, falei nas avenças só pelo número, pelo valor, são opções políticas e naturalmente que eu a respeito, não tenho nada a dizer contra elas. Isso são vossas opções políticas e bem. O Sr. Deputado Cláudio Trovisco, que fala no aumento dos custos com o pessoal, e isso é fácil de explicar, o executivo, ou melhor, o Governo do Partido Socialista aumentou o salário mínimo em 40%, só daí advém um aumento significativo. Depois descongelou as carreiras e só o aumento do



descongelamento das carreiras e do salário mínimo explica o aumento da despesa com o pessoal, se somarmos esses tais 21 elementos, quer dizer, parece-me que não é difícil de explicar. Pronto, isso não me parece, mas eu não queria entrar por aí de todo, não era essa a questão, a questão era só mesmo, e para finalizar, que fique clara a posição do Partido Socialista nesta Assembleia, de que nós entendemos que um aumento de cerca de um milhão e meio de euros com o pessoal, e podem dizer que ele não é para cumprir, mas a verdade é que o que nos estão a pedir é que nós assumamos a validação de 71 novos postos de trabalho, que têm um impacto orçamental de um milhão e meio de euros, é isso que nos estão a pedir. Fique claro só isto, nós estamos perfeitamente de acordo com a criação dos postos de trabalho para as atividades extracurriculares, para a criação dos novos lugares, para os assistentes operacionais que advêm dos lugares do centro de emprego, mas não são só esses, porque as contas não batem certo.” -----

A Sr.ª Vereadora Cristina Pires respondeu: “Eu só quero frisar que não são 71 lugares que nós criamos no mapa pessoal, são apenas 40.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, 18 votos contra e 6 abstenções, aprovar a Proposta referente à 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2026. -----

PONTO 7 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2026 – 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA A), N.º 1 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

----- **A Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a deliberação da Câmara Municipal de 12.02.2026, que se transcreve. -----

“ **DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2026 – ALTERAÇÃO N.º 3 – ALTERAÇÃO MODIFICATIVA N.º 1 – PROPOSTA: DELIBERAÇÃO** -----

----- **Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 09.02.2026, que se transcreve:** -----

“ **Justificação:** -----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. -- A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental - trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----
Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos aos Documentos Previsionais do ano em curso determinam o procedimento de uma **alteração orçamental modificativa**, uma vez que se procede ao aumento de receitas, inscrição de projetos/ações do Plano de Investimentos e projetos/ações do Plano de Atividades.

ITEM	ALTERAÇÃO		Número Rubricas	IMPORTÂNCIAS	
	Tipo	Número		Aumentos (1)	Diminuições (2)
Despesa	ROR	1	18	593.062,68	-67.637,33
Receita	ROR	1	4	525.425,35	
PPI	RPI	1	5	237.000,00	-67.637,33
PAM	RPA	1	17	200.388,26	-10.000,00

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal." ----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à 1.ª Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal. -----

-----**Votação:** 4 votos a favor (Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca e 3 votos contra (Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Armindo Cepeda). -----

Os Srs. Vereadores Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Armindo Cepeda, fizeram a seguinte **declaração de voto:** " os vereadores do PS votam contra a presente alteração modificativa com fundamento no seguinte: na nota introdutória ao orçamento, o Sr. Presidente da Câmara refere o seguinte: "(...) Durante o primeiro



trimestre de 2026, o Executivo trabalhará com este orçamento de forma responsável e prudente, mas simultaneamente empenhado na realização do trabalho técnico e político necessário para a sua reorientação. Ao longo deste período, serão aprofundados os estudos, avaliações e diagnósticos indispensáveis à definição rigorosa das prioridades municipais, bem como a reorganização dos investimentos e projetos que carecem de viabilidade ou reformulação. O objetivo é claro: garantir que, logo que possível, seja apresentada uma revisão orçamental que alinhe o instrumento financeiro com a estratégia governativa que assumimos perante os cidadãos - uma estratégia assente na valorização dos Macedenses e do território, na modernização do Município, no reforço da coesão social e no desenvolvimento económico sustentado do concelho.” -----

----- **O Sr. Vereador Paulo Rogão** acrescentou, ainda: “Sr. Presidente da Câmara estamos perante mais uma oportunidade falhada. Esta alteração modificativa prevê um reforço orçamental de 525.425,35€, os quais são, maioritariamente, distribuídos por despesa corrente, nomeadamente com mais contratações de recursos humanos, apoios a entidades e outras despesas correntes de funcionamento, contemplando-se despesas que não estão no âmbito das atribuições e competências dos municípios. Daquele montante, ao nível dos investimentos, destaca-se, apenas, a pavimentação da rua da Lamela, em Macedo de Cavaleiros, com a qual concordamos e aprovamos na especialidade este ponto. Não se verifica o reforço de verbas em juntas de freguesia ou no aproveitamento de fundos comunitários, no que se refere à parte não financiada de obras novas. Face à declaração expressa na nota introdutória do orçamento antes referida, perguntamos agora nós: nesta alteração modificativa, onde está a estratégia assente na valorização dos Macedenses e do território, na modernização do Município, no reforço da coesão social e no desenvolvimento económico sustentado do concelho? Porque nada disto se verifica, porque o dinheiro é escasso e também se acaba, porque esta alteração modificativa deveria ir no sentido de novos investimentos, mais parcerias com as freguesias do concelho, de concretização de ações anunciadas na campanha eleitoral, porque Macedo não vive só de eventos festivos, votamos contra a presente alteração modificativa.” -----

LUÍS MIGUEL PIRES CABRAL (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Estamos aqui perante um documento que faz uma primeira revisão provisional e eu queria fazer aqui só um pequeno exame de memória porque este ano



mg/m
csl
[Signature]

fazemos 52 anos de Abril, o Partido Socialista foi executivo 4 vezes, tem 16 anos, o PSD teve 36, vai para o 37. E a verdade é que, Sr. Presidente, aquilo que nos traz aqui para as nossas freguesias é muito pouco. E sendo pouco, da minha parte e da minha bancada, como dizia um saudoso deputado que atualmente não está cá, José Madalena, da vossa bancada, eu voto sempre contra quando as freguesias realmente não têm graveto. E a verdade é que quando nós olhamos para os executivos do Partido Socialista, de facto nós deixamos betão, mas esse betão, Sr. Presidente, é qualidade de vida dos macedenses. Olhe, eu adoro pegar no meu cachorro, toda a gente sabe que eu tenho um pastor alemão, e adoro passear naquele Parque da Cidade. O partido que eu represento tem obras emblemáticas como o Parque da Cidade, a ciclovia, a recuperação da Câmara Municipal, espaços de concelho que com certeza devem aferir que têm qualidade porque são recém-inquilinos, a recuperação do Bairro de São Francisco, o Centro de Camionagem, que é uma obra que a mim me encanta, estou a dizer, obras que nós fizemos, obras que o Partido Socialista deixa como marca. E onde eu quero chegar, se não intervirem, se não houver diálogo desde a sala que acabam por fazer atrasar, seria mais rápido, o Welcome Center do Azibo, algumas marcas culturais, a Bienal. O que eu quero dizer com isto, Sr. Presidente, é que tem que pensar na marca e naquilo, e o seu executivo, tem que pensar na marca que querem deixar. E de facto hoje o que fica aqui plasmado é que, e o que as pessoas depois vão absorver lá em casa, é que de facto o executivo está a meter pessoal nos quadros. Pense em mais alguma coisa para as freguesias, Sr. Presidente, pense naquilo que daqui a 4 anos, lá está o que o Cláudio dizia, e muito bem, que daqui a 4 anos vão ser sufragados novamente, pense naquilo que vai acontecer, o seu legado e aquilo que as pessoas vão, no fundo, escrutinar no final destes 4 anos.” -----

MIGUEL ANGELO CASEIRO (PS) – Que no uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu vou manter o sentido de voto que votei na altura do orçamento, que foi a abstenção. Eu pedi dois favores ao Sr. Presidente do Município, se bem se recorda, para serem executados até abril, e não faz assim muito sentido votar agora contra, por esse motivo. Mas, em abril, obviamente teremos já aprovação de contas e já voltarei cá com um voto diferente, que não será abstenção, certamente.” -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, eu, como tenho que manter a minha coerência, e sempre disse que eu ou voto contra ou voto a favor, eu vou manter o meu voto contra, porque nesta



modificação a única coisa que existe é o Bairro da Lamela, que vocês agora têm que falar que já vinha do executivo anterior, e despesas correntes. A modificação é só essa, não há mais nada, não há nada para mim outra vez, é o meu pavilhão e os meus 195 mil que me tiraram, tenho que votar contra.” -----

EURICO JOSÉ GONÇALVES AFONSO (PS) - No uso da palavra fez a seguinte intervenção: “Eu vou falar de prioridades e de propostas de campanha, já que o Sr. Deputado Cláudio Trovisco levantou a questão da credibilidade do executivo. Eu acho que este executivo foi sufragado pelos macedenses, com uma proposta que apresentou aos macedenses, no entanto assume a governação, tem outra postura e ainda assim tem outra posição, que é dizer aquilo que não faz, por exemplo, quanto às prioridades do município, eu perguntei ao Sr. Presidente da Câmara, na minha última intervenção, quais eram efetivamente as prioridades do município. O Sr. Presidente disse-me o saneamento. O saneamento foi de facto uma proposta de campanha. Era preciso saneamento, enfim, a cobertura no município era 98, 99%, mas o Sr. Presidente dizia que uma pessoa é uma pessoa, tem tantos direitos como os outros. Eu não sei onde é que nestes documentos, mesmo com as alterações aos documentos previsionais, onde é que está o saneamento. É verdade que o documento não é muito legível, mas não me parece que esteja lá. Onde é que estão então as prioridades e a credibilidade no discurso? Outra questão levantada também, que foi a voz da vossa campanha, eram os jovens. Onde é que estão as propostas para os jovens na ação da Câmara? No quê concretamente? Daqui a um ano, dois, três, o que é que vai provar que os jovens se fixaram em Macedo Cavaleiros por causa do Executivo? Não sei, 59 jovens agricultores, com certeza os agricultores fixam-se bem, mas eu desconfio que essas pessoas eram aquelas que já tinham os terrenos. E os médicos, e os enfermeiros, e os professores? Deixava a questão. Sr. Presidente fez o convite aos representantes da Assembleia Municipal Jovem para visitarem, enfim, vão ser recebidos pelo Sr. Presidente. Eu gostaria de questionar o Executivo em relação ao Conselho Municipal da Juventude, que é também uma ferramenta de auscultação dos jovens do município, e que eu acho que o Executivo gosta de saber quais são as nossas necessidades e reivindicações.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu: “Então, em relação ao ponto 7, no que concerne a



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Miguel'.

alteração modificativa do orçamento, prevê-se realmente um aumento da despesa, mas baseado num correspondente aumento real da receita, na ordem dos 500 mil euros, nomeadamente a restituição do Fundo de Equilíbrio Financeiro, que estava retido, pagamento de uma candidatura ao PDR 2020, do combate à praga e doenças do Castanheiro, e também do rendimento das eólicas do quarto trimestre de 2025. Prevê-se e destaco o reforço de cerca de 220 mil euros para a pavimentação da Rua da Lamela, como disse aqui o Deputado Ramiro, e a previsão também de cerca de 70 mil euros para transporte não urgente de doentes para o concelho de Macedo Cavaleiros, que já foi aqui referido, a aquisição de instrumentos musicais para a Universidade Sénior, num montante de 4 mil euros, com participação à Federação Portuguesa de Vela, no sentido de dinamizar o Centro Náutico, foi inscrito o valor de cerca de 40 mil euros relativos à instalação de câmaras de vigilância, que não transitou do anterior orçamento, e reforço de cerca de 8 mil euros, que também não transitou do orçamento de 2025. Em relação ao Deputado Miguel Cabral, como disse bem, o Deputado Miguel Caseiro veio e vai cobrar em abril, estaremos cá, e ainda bem que falou nos 52 anos, estaremos cá em abril para as alterações que foram, por mim, referidas na última Assembleia. Em relação ao Miguel, aquela questão, eu não gosto muito da palavra favores, mas sim, as questões que foram colocadas, estaremos cá na Assembleia de Abril para que vote a favor, que é bom sinal. Em relação ao Miro, agradecer a coerência do voto, obviamente tem em palavra, isso é uma das coisas que eu também admiro bastante, que eu também tenho a minha e também gosto de a dar, e não falhar com ela. E, mais uma vez, em abril cá estaremos para ver o que é que a minha palavra dá-se, se realmente se cumpre ou não se cumpre. Em relação ao Erico, em relação das prioridades e das propostas deste Executivo, a mim parece-me que a bancada socialista quer que o Executivo faça em 4 meses aquilo que o anterior Executivo não fez em 8, certo? Em relação aos jovens, cá estaremos nós para os ouvir e para os escutar, e ver também as suas sugestões, que obviamente os jovens estão no nosso futuro, e há bocado falou na questão dos 59 jovens agricultores, obviamente que esta região não vive só da agricultura, grande parte da agricultura, mas obviamente que estaremos cá para ouvir os jovens, para ouvir as suas propostas e para, assim, juntos, termos capacidade de criar postos de trabalho cá, para que esses jovens não tenham que sair do nosso território e do nosso concelho.” -----



CLÁUDIO MIGUEL BENTO TROVISCO (PSD) - No uso da palavra disse: “Não me lembro de Assembleias com esta duração. Mas é bom, é bom que seja assim. Em resposta à questão que foi levantada pelos meus colegas, pelo Miguel Cabral e pelo Eurico, de facto não podemos negar que o Executivo anterior deixou obra, é um facto. Podemos elencá-las aqui, o Welcome Center, o Parque da Cidade, mas há uma coisa que o Executivo anterior não deixou, foi postos de trabalho novos. Todas essas obras que o Miguel falou, eu desafio a dizer quantos postos de trabalho novos criou. Porque o Executivo anterior, que foi um Executivo que em 2017, eu tenho aqui uma frase que dizia assim a nossa terra não tem que ficar eternamente à espera que algo aconteça. Isto era a frase central numa carta que entrou pelo correio dos macedenses. Em 2025, quando o Executivo perde as eleições, e que essas pessoas que afirmavam defender os interesses de Macedo, eu questiono o que é que deixaram afinal a não ser essas obras. Porque continuamos a ser um concelho cujas dinâmicas comerciais e empresariais praticamente estagnaram. Não temos qualquer melhoria na zona industrial, mesmo após a onda de assalto que houve em 2019, continuamos sem um parque logístico que foi anunciado em campanha, continuamos sem um centro de gabinetes empresariais que foi anunciado também ali por julho de 2020, continuamos sem empresa de transformação de pescado, continuamos sem unidade de produção de hidrogénio verde, continuamos sem qualquer iluminação no acesso principal da zona industrial. Apesar de me terem dito duas ou três vezes nesta casa que estaria a ser resolvido, não foi. Portanto, durante oito anos, nós fomos um concelho do vai ter. Macedo vai ter, Macedo vai ter. Nunca fomos o concelho do temos.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, 18 votos contra e 6 abstenções, aprovar a Proposta referente à Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2026. -----

PONTO 8 - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS AO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA U), N.º 1 DO ARTIGO 25.º E ARTIGO 108.º E 109.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 18 DE SETEMBRO -----



mg/n
cel.
[Signature]

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração da Assembleia Municipal a deliberação da Câmara Municipal de 12.02.2026, que se transcreve. -----

"PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS AO EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE PENINSULAR: DELIBERAÇÃO -----

Presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 09 de fevereiro de 2026, que se transcreve. -----

" I. Fundamentação -----

Considerando que o Município de Macedo de Cavaleiros tem vindo a desenvolver uma estratégia de afirmação territorial assente na cooperação institucional, na valorização dos seus recursos endógenos e na integração em redes nacionais e internacionais que potenciem o desenvolvimento sustentável, a coesão territorial e a competitividade do território; -----

Considerando que o Município integrou, em momento anterior, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, associação transfronteiriça de municípios da Galiza e do Norte de Portugal, cuja missão consiste na promoção da cooperação intermunicipal, no reforço da euro-região Galiza-Norte de Portugal e na representação conjunta dos interesses dos seus membros junto das instâncias regionais, nacionais e europeias; ---

Considerando que a saída do Município do Eixo Atlântico decorreu de uma opção política do anterior executivo municipal, não estando associada a qualquer incumprimento estatutário, limitação técnica ou avaliação objetiva negativa da utilidade daquela associação e não refletindo a orientação estratégica do atual Executivo; -----

Considerando que o atual contexto europeu, nacional e regional valoriza de forma crescente os instrumentos de cooperação transfronteiriça, designadamente no âmbito das políticas de coesão, dos programas de financiamento comunitário e das estratégias integradas de desenvolvimento territorial, sendo particularmente relevante a participação dos municípios do interior em redes estruturadas e reconhecidas; -----

Considerando que o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular se afirma como uma plataforma consolidada de cooperação institucional, com reconhecida capacidade de: -

- i) Articulação política e técnica entre municípios; -----
- ii) Conceção, acompanhamento e execução de projetos cofinanciados por fundos europeus; -----
- iii) Partilha de boas práticas nas áreas da mobilidade, ambiente, cultura, inovação, juventude, desporto e sustentabilidade; -----



iv) Defesa concertada dos interesses municipais junto de entidades nacionais e da União Europeia; -----

Considerando que a reintegração do Município de Macedo de Cavaleiros no Eixo Atlântico permite: -----

v) Reforçar a sua integração na euro-região Galiza-Norte de Portugal; -----

vi) Potenciar sinergias com municípios com desafios territoriais semelhantes; -----

vii) Aumentar a capacidade de intervenção e influência do Município em redes de decisão supra-municipais; -----

viii) Contribuir para a valorização dos territórios de baixa densidade, assegurando maior equilíbrio e representatividade no seio da euro-região; -----

Considerando que o Município dispõe de ativos territoriais, ambientais, culturais e sociais relevantes - nomeadamente no domínio do património natural, cultural e imaterial, da sustentabilidade ambiental e da inovação territorial - que podem constituir um contributo efetivo e qualificado para as dinâmicas do Eixo Atlântico; -----

Considerando, ainda, que o atual Executivo Municipal manifesta vontade política clara e sustentada de participação ativa na associação, comprometendo-se com o cumprimento das obrigações estatutárias, com a presença nos órgãos e iniciativas e com a colaboração técnica necessária à concretização dos seus objetivos; -----

Atento o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais, designadamente quanto às competências da Câmara Municipal em matéria de cooperação institucional, associação a entidades nacionais e internacionais e prossecução do interesse público local; -----

II-Proposta de deliberação -----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere: -----

1 - Aprovar a adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, enquanto membro de pleno direito; -----

2 - Aprovar a aceitação dos estatutos do Eixo Atlântico, bem como dos direitos e deveres inerentes à condição de associado; -----

3 - Mandatar o Senhor Presidente da Câmara Municipal para a prática de todos os atos necessários à formalização da adesão, incluindo a subscrição de documentos e a representação do Município junto dos órgãos da associação; -----

4 - Determinar a comunicação da presente deliberação ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, para efeitos de instrução do processo de readmissão. -----

5 - Remeter o assunto à Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros." -----



Os Estatutos dão-se como transcritos, ficando cópia dos mesmos devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, nos termos e para efeitos do disposto na alínea s) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Adesão do Município de Macedo de Cavaleiros à Associação dos Municípios do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e submetê-la a aprovação da Assembleia Municipal nos termos do disposto no artigo 108.º e 109.º do citado diploma legal, para aprovação. -----

Votação: 4 votos a favor (*Sérgio Borges, Clementina Gemelgo, Cristina Pires e Leonardo Vila Franca*) e 3 votos contra (*Benjamim Rodrigues, Paulo Rogão e Armindo Cepeda*). -----

Os Vereadores do Partido Socialista fizeram a seguinte declaração de voto: "votamos contra porque na nossa perspetiva se mantêm os mesmos pressupostos que determinaram, no passado recente, a decisão de saída da referida Associação." -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** faz o seguinte esclarecimento aos Srs. Deputados Municipais: "Em relação a este oitavo ponto, e relativamente a este assunto, eu bem sei que a saída do município de Cavaleiros, da Associação de Municípios do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, esteve envolta em grande celeuma, se bem se recordam, e discórdia, quando foi aqui deliberada a saída, em 2022, dizendo o Executivo, em funções à data, que nunca houve retorno, que sempre foi um gasto e que o investimento era todo puxado para a Galiza e para alguns municípios portugueses. Por outro lado, foi também, à data lida nessa mesma Assembleia, uma carta do Secretário-Geral do Eixo Atlântico, nos termos da qual, entre outras, foi dito que o Presidente da Câmara Municipal nunca respondeu quando convidado, para fazer parte de comissões políticas, que não apresentaram nenhuma candidatura gratuita a realizar pela Agência de Ecologia Urbana, e que nenhum atleta de Macedo de Cavaleiros participou nos Jogos do Eixo Atlântico que, naquele ano, tinham reunido 2.200 atletas na cidade da Maia, que ninguém em representação do Município havia participado nas reuniões de preparação do mapa de coesão social, nem de nenhum grupo temático, nem nos eventos culturais, como foram à Mostra Musical ou ao Bienal de Pintura ou Turísticos, como a Expo aos Cidades, seminários turísticos ou mesmo nos eventos desportivos que, em anteriores mandatos, o Município teve participação bastante ativa. Isto em



2022. Quanto ao argumento de que o Eixo estaria direcionado para as grandes cidades ou centros urbanos em resposta, foi dito à data que, dos 39 membros, apenas 15 se podem considerar grandes centros urbanos e mais se respondeu que, naquela altura, os nossos vizinhos Mirandela e Bragança tinham e têm participação muito ativa na Associação Transfronteiriça do Noroeste Peninsular. Feito o enquadramento histórico desta situação, entendo este executivo que é a hora de o município de Macedo de Cavaleiros regressar a este Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular que reúne municípios do Norte de Portugal e da Galiza. E hoje não estamos apenas a discutir a adesão a uma Associação Transfronteiriça. Estamos a discutir que tipo de conselho queremos ter. Um concelho fechado sobre si próprio ou um conselho que tenta assumir o seu lugar no espaço ibérico. Macedo de Cavaleiros é interior, sim, mas não tem de estar condenado à irrelevância. Torna-se periférico quando escolhe afastar-se das redes onde se ajuda a decidir o futuro. E o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular é, precisamente, uma dessas redes estratégicas. Quando saímos, reduzimos a nossa presença institucional no Noroeste Peninsular num tempo em que o interior precisa de mais voz, mais escala e mais capacidade de influência, optamos pelo afastamento. A pergunta que hoje se impõe é simples. Ganhamos alguma coisa com isso? Captamos mais fundos? Aumentamos a nossa influência? Reforçamos a nossa posição regional? Meus amigos, o mundo mudou. A política municipal já não se faz apenas dentro das fronteiras do nosso concelho. Faz-se em redes, em articulação, em parceria. Quem está fora das plataformas de cooperação fica, obviamente, inevitavelmente, com menos informação, menos influência e, logo, menos oportunidades. E há um dado que não pode ser ignorado. Não é por acaso que os nossos vizinhos Mirandela e Bragança sempre se mantiveram no Eixo Atlântico. São concelhos com desafios semelhantes aos nossos, interioridade, despovoamento, necessidade de captar investimento e nunca, nunca prescindiram desta ferramenta estratégica. Não é por acaso, mas é por visão. Quando os nossos vizinhos permaneceram numa estrutura regional, relevante e nós não, corremos o risco de ficar para trás. Projetos, parcerias, influência institucional e a visibilidade regional tendem a concentrar-se onde há, obviamente, presença ativa. O interior não ganha quando se fragmenta, ganha quando soma forças. Regressar ao Eixo Atlântico significa recuperar um pouco da escala política, significa aumentar a capacidade de integrar candidaturas conjuntas a fundos europeus, partilhar conhecimento técnico, reduzir custos de preparação de projetos e reforçar a probabilidade de aprovação. Num contexto



Handwritten signature in blue ink.

bastante competitivo, estar em rede é uma vantagem objetiva. Significa também reforçar a nossa voz coletiva na defesa de infraestruturas, na mobilidade, na transição digital, no ambiente e na coesão territorial. Sozinho, um município como o de Macedo de Cavaleiros tem uma influência limitada, integrado numa rede transfronteiriça consolidada, passa a fazer parte de um bloco com maior capacidade reivindicativa junto das instâncias não só nacionais, mas também europeias. Do ponto de vista económico, a ligação estruturada à Galiza abre oportunidades naturais para as nossas empresas locais, para intercâmbios e para promoção do nosso território. Do ponto de vista social e cultural, cria horizontes para as escolas, para as associações e para os nossos jovens. Há quem veja apenas a quota anual, nós devemos ver o retorno estratégico. Há quem fale de custo, nós falamos de investimento político. Há quem prefira a neutralidade confortável, nós defendemos a presença ativa e proactiva. A verdadeira questão não é quanto custa regressar, a verdadeira questão é quanto custa continuar ausente. Macedo de Cavaleiros não pode resignar-se à marginalidade institucional, deve afirmar o seu lugar no Noroeste Peninsular, lado a lado com os municípios que compreenderam que o futuro do interior se constrói em comparação. E com sentido de responsabilidade, visão estratégica e ambição para o nosso concelho, que defendemos o regresso a este eixo atlântico do Noroeste Peninsular. A entrada no Eixo Atlântico não será, por si só, obviamente, a salvação do concelho de Macedo de Cavaleiros, mas é importante. É uma decisão estratégica para reforçar o acesso ao Interreg, especialmente ao Programa Europeu PCTEP, Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal. De forma clara, o Interreg, e mais concretamente o Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal, como o próprio nome indica, financia projetos de cooperação entre Portugal e Espanha, e é precisamente aqui que a adesão ao eixo atlântico se torna estratégica. Ao integrar o Eixo, o Município passa a fazer parte de uma rede permanente que junta autarquias do Norte de Portugal e da Galiza, e isto significa acesso direto e estruturado a parceiros elegíveis, facilidade na criação de consórcios transfronteiriços, maior rapidez na preparação de candidaturas e apoio técnico acumulado pela experiência da rede. Projetos com maior dimensão territorial e melhor pontuação. Sem esta integração, meus caros, o Município tem de procurar parceiros caso a caso, ou seja, negociar individualmente, estruturar candidaturas de raiz e competir com redes que já estão consolidadas. Com a nossa adesão ao Eixo, deixa de estar isolado e passa a integrar uma Associação, portanto, aderir ao eixo, repito, não é apenas entrar numa Associação, é posicionar o Município numa estrutura que facilita e reforça o acesso ao



Interreg e ao Programa de Cooperação Transfronteiriço entre Espanha e Portugal, como já o disse, não garante financiamento automático. Nada o garante, mas apenas aumenta claramente a capacidade de o conseguirmos. E para um Território como o nosso, essa diferença estratégica pode ser determinante. Deixo-vos uma última nota, que no período 2014-2020 do PCTEP foram aprovados 132 projetos na primeira convocatória, abrangendo áreas como a inovação, a competitividade empresarial, o ambiente, o turismo, a mobilidade e a cooperação institucional. A lista oficial desses projetos encontra-se publicada para todos verem no Portal do Programa. No período atual de 2021-2027 já foram realizadas várias convocatórias e aprovados múltiplos projetos, cerca de 80 a 90 projetos mais do que os que disse atrás, e vamos seguir para o nono Aviso de Convocatórias. Só referir que ainda mesmo hoje em reunião de Câmara, o nosso Vereador nos deu duas sugestões e boas. Por que não fazer cá os jogos do Eixo Atlântico e aproveitar o nosso Centro Náutico?" -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

RAMIRO BORGES VALADAR (PS) - Usando da palavra fez a seguinte intervenção: "Como falamos na Comissão Política, em que estavam representantes da bancada do PSD, estavam representantes da Junta de Freguesia David Vaz, eu acho que esta questão é uma questão política, vocês acham que devem entrar. O Presidente leu aqui o seu texto outra vez, como deve ser. Só que não disse o que ganhamos, não disse o que ganhamos, falou nos projetos, sabemos o que temos que pagar, mas não sabemos o que ganhamos. Mas eu acho que isto é uma questão política, depende de vocês. E eu, como o voto é meu, votarei a favor, porque é uma questão política, e é a vocês é que diz respeito." -----

LUÍS MIGUEL OLIVEIRA PIRES CABRAL (PS) – Fez a seguinte intervenção: "Esta é uma questão meramente estratégica. Acha bem, tem toda a legitimidade para o fazer, sei que os nossos Vereadores votaram contra, há liberdade de voto na bancada, quem quiser votar contra, vota, quem quiser votar a favor, vota, quem quiser votar a abstenção, vota. Queria que nos explicasse aqui, se tem já em carteira algum tipo de ideias que isto nos possa trazer, porque a mim também não me parece mal que no Eixo Atlântico possamos estar conjuntamente com o Mirandela e com o Bragança, agora gostaríamos, e se calhar em casa, gostariam de saber o que é que de facto tem



em carteira em contrapartida dos 12 mil euros de cota que pagam. Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse isso aqui. Já agora se sabe dos valores e que tipo de iniciativas é que prevê que Macedo possa vir a beneficiar com isto.” -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que disse “Em relação àquilo que podemos ganhar, obviamente, o Deputado Miguel deve ter saído durante a minha intervenção, porque já o mencionei aqui. Em relação à questão do que podemos ganhar, eu até referi que são 39 municípios e se fizermos cá os jogos, dá muita dinâmica ao nosso Território e fazendo parte do Eixo arrancamos com vantagem e com o intuito de que podemos ganhar muito com pouco investimento.” -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor, 7 votos contra e 10 abstenções, aprovar a Proposta de Adesão do Município de Macedo de Cavaleiros ao Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. ---

Intervenção do Público -----

Nada a registar. -----

Eram vinte e uma horas e não havendo mais nada a tratar, foi pela excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.

Maria José Lema Soares Moreno
Edna Manuel Rodrigues Figueira
Margarida Rosafortuna Paes Lires

